

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

SIMÃO ALVES TANNOUS

**“Relendo notícias”:
o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-
1964).**

Salvador
2011

SIMÃO ALVES TANNOUS

**“Relendo notícias”:
o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963-
1964).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira.

Salvador
2011

SIMÃO ALVES TANNOUS

“Relendo notícias”: o jornalismo baiano e o governo de João Goulart (1963- 1964).

Salvador, 11 de julho de 2011.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira



Profª. Drª. Lina Maria Brandão de Aras



Profª. Drª. Sandra Regina Barbosa da Silva Souza

À minha família e
àqueles que me apoiaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

No caminhar para o desenvolvimento e conclusão deste projeto inúmeras pessoas contribuíram direta ou indiretamente. Poderei cometer injustiças, mas pretendo agradecer a cada um. Inicialmente, não poderia esquecer Maria José (minha mãe) e Rafic Tannous (meu pai) que mostraram a importância da educação, fazendo sacrifícios em prol do meu conhecimento.

Alguns amigos me incentivaram nesta trajetória, não posso esquecer Flávio, o qual chamo carinhosamente de Bolinha, Alberto Lissandro, um irmão-amigo, e Rodrigo Sacramento. Durante o caminhar agradeço a meus colegas de mestrado Aloísio e Mônica, exemplos de comprometimento e interesse.

Seria extremamente injusto da minha parte não agradecer a Lina Maria Brandão de Aras, seu carinho e comprometimento com a História me auxiliaram a descobrir o meu tema. Além do forte agradecimento, fico encantado com o exemplo de ser humano, constituindo-se hoje um exemplo de professor a ser seguido.

Queria agradecer imensamente ao meu orientador Muniz Ferreira, um homem com invejável conhecimento, estando sempre disposto a avaliar, corrigir, indicar, por fim, um fiel orientador. Seu vasto conhecimento é um incentivo, auxiliando qualquer na busca do saber.

Resumo

Este trabalho analisa a visão dos dois principais veículos de comunicação impressa do estado da Bahia (Jornal a Tarde e Jornal da Bahia) nos anos de 1963-64, compreendendo suas posições sobre o governo presidencialista de João Goulart. Além de enfatizar a necessidade de compreender o papel do jornalismo na divulgação do perigo comunista, importante fator para a derrubada do governo Goulart. Desta forma é de fundamental importância analisar a fonte jornalística no contexto dos anos 1960 como uma das principais responsáveis pela derrubada do regime constitucional de 31 de março de 1964. Sem esquecer a influência de um momento marcado por um contexto político marcado pela exaltação contra o comunismo e a Revolução Cubana, bem como as dificuldades enfrentadas pelo governo Goulart frente às demandas dos mais diversificados setores da sociedade, levando-se em consideração as peculiaridades da conjuntura baiana no período estudado.

Palavras-chave: Imprensa, A Tarde, Jornal da Bahia, João Goulart, golpe civil-militar de 1964.

Abstract

This paper examines the vision of two major news outlets printed the state of Bahia (Official Journal of the Afternoon and Bahia) for the years 1963-64, including their positions on the presidential government of João Goulart. In addition to emphasizing the need to understand the role of journalism in the dissemination of communist threat, an important factor in the overthrow of the Goulart government. Thus it is of fundamental importance to analyze the journalistic source in the context of the 1960s as a major responsible for the overthrow of the constitutional regime of March 31, 1964. Not to mention the influence of a period marked by a political context marked by the exaltation against communism and the Cuban Revolution, and the difficulties faced by Goulart meet the demands of the most diverse sectors of society, taking into account the peculiarities of the situation Bahia the period studied.

Key words: Press, A Tarde, Jornal da Bahia, João Goulart, civil-military coup of 1964.

Sumário

Conteúdo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	20
O CENÁRIO POLÍTICO E A IMPRENSA.....	20
O GOVERNO JOÃO GOULART	20
O CENÁRIO BAIANO	25
O COMUNISMO	27
A IMPRENSA E A QUEDA DO GOVERNO GOULART	29
O A TARDE E O JORNAL DA BAHIA.....	33
CAPÍTULO II.....	37
JOÃO GOULART E A DESCONFIANÇA VIGIADA	37
O PLEBISCITO DE 1963: ESPERANÇAS NUM GOVERNO VIGIADO	37
OLHARES INTERNACIONAIS SOBRE A POLÍTICA SOCIOECONÔMICA DO BRASIL	44
O PERIGO COMUNISTA	49
RECURSOS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA.....	54
REFORMA AGRÁRIA.....	57
OUTRAS QUESTÕES	62
CAPÍTULO III.....	71
A IMPRENSA BAIANA NA CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE DE 1964	71
A REVOLTA DOS SARGENTOS E A OPOSIÇÃO A JANGO	71
AS GREVES	76
A PROPOSTA DE ESTADO DE SÍTIO	81
A INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS.....	85
A QUEDA DO REGIME CONSTITUCIONAL	90
CONCLUSÃO.....	108
FONTES	111
BIBLIOGRAFIA	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
ARENA	Ação Renovadora Nacional
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CC	Comando de Caça aos Comunistas
CCCNB	Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CDF	Cruzada Democrática Feminina
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
FACOM	Faculdade de Comunicação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GAP	Grupo de Ação Patriótica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LDN	Liga de Defesa Nacional
LIMDE	Liga da Mulher Democrática
MAC	Movimento Anticomunista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMC	Movimento por um Mundo Cristão
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POLOP	Política Operária
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto da Unidade e Ação
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

Introdução

A compreensão do papel do jornalismo na derrubada do governo de João Goulart merece incorporação aos esquemas explicativos que estudam o processo da queda do regime constitucional em 31 de março de 1964. Observando a obra de Francine Grazziotin, percebemos que a retomada do uso do jornal como fonte histórica se deu a partir dos anos setenta no Brasil. Para o autor:

A possibilidade de abordar novas temáticas, tais como estudo de gênero, de relação de trabalho, a ‘história dos vencidos’ em geral, deram espaço também para os estudos regionais e a chamada micro-história. Com essa busca pelos temas regionais aumentou também a busca por novas fontes [...]¹.

O uso do jornal possibilita a análise do universo das relações pessoais e políticas das mais diversas regiões, além de poder acompanhar a tomada de posição no contexto macro e micro da região estudada. É relevante a capacidade da imprensa em encaminhar o debate sobre determinados assuntos, interferindo no rumo dos acontecimentos e motivando os atores ou instituições a se posicionarem diante dos fatos publicados.

A década de 1960 foi marcada por movimentos de renovação cultural impregnados de grande politização e radicalização, tanto por parte da direita e extrema direita, quanto da esquerda e extrema esquerda. Foi neste contexto que a imprensa conheceu o apogeu do jornalismo político, que acompanhava reivindicações e contestações político-ideológicas. Outra característica da imprensa:

É que, até os anos 1960, quando a indústria de comunicação de massa era incipiente, ela podia ser considerada partidária. Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade².

Na Bahia, a imprensa não se comportava de forma diferente. Aloysio de Carvalho Filho, o Lulu Parola, afirmava não acreditar numa imprensa baiana neutra e conclui:

Quem quer que percorra a história do jornalismo na Bahia encontrará invariável e viva, a nota política! Nela, os poucos jornais que se diziam ou se dizem neutros não são mais do que apartidários³.

¹ GRAZZIOTIN, Francine. “Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica”. In: *Semina*. UPF, V IV, 2005, p. 1.

² FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 108-109.

³ CARVALHO FILHO, Aloysio de. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960”. In: *Apontamentos para a História da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005, p. 69.

Ainda na década de 1960, o engajamento da imprensa se dava em um contexto político de grande exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. Assim, segundo Alzira de Abreu:

A imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma ‘intervenção militar’⁴.

É necessário, portanto, discutir que os posicionamentos contra o comunismo e as mudanças da estrutura da sociedade ocorriam devido à visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas. Maria Rosa Duarte de Oliveira chega a explicitar certa “manipulação do inconsciente coletivo” do povo brasileiro por parte da imprensa, o que reforçava crenças arraigadas e ingênuas de religiosidade. E assim:

A força de um ingênuo temor a Deus, restos de uma herança de catequização e medo do diabólico sentido de ‘estar sem Deus’. Esta ‘infidelidade’ acarreta uma punição certa: o inferno vermelho de um Judas-traição cifrada em uma única palavra-morcego: Comunismo. Esta é a marca do anticristo, para lutar contra ele, só há uma possibilidade: A cruz. Ou ainda, o antídoto para a ‘foice e o martelo’, a anti-cruz do signo comunismo’, é a cruz do signo ‘democracia’⁵.

Uma vasta produção anticomunista lançada pela elite conservadora era fruto do temível exemplo da Revolução Cubana (1962), o que constituía uma ameaça para os países latino-americanos e, o medo das aproximações de Goulart com os setores nacional-populares. Diante disto, parte da imprensa atuou localmente como uma das divulgadoras do anticomunismo, influenciando na conjuntura da queda do governo democrático. A relação se dava através da composição entre pessoas que compunha a tarefa jornalística e os grupos interessados na desestabilização do governo Goulart.

Analisando os estudos de Alzira de Abreu, podemos destacar que num curto espaço de tempo a imprensa adotou vários posicionamentos. Em um primeiro momento, logo após a renúncia de Jânio Quadros, a maioria dos jornais abriu espaço para discursos favoráveis a preservação do regime e a posse de João Goulart. Posteriormente, a imprensa apoiou a solução parlamentarista (02/09/1961) e, depois, o plebiscito (06/01/1963). A seguir, quando

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 108.

⁵ OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993, p. 118.

com a ocorrência da Revolta dos Sargentos (12/09/1963) a imprensa começou o distanciamento do governo de João Goulart, apresentando como solução o *impeachment* do presidente e, portanto, sua substituição dentro da legalidade. Por fim, com o Comício das Reformas (13/03/1964), o Levante dos Marinheiros (26/03/1964), a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro (30/03/1964) e a intensificação da mobilização ideológica quando o governo acabou perdendo o apoio dos grupos de centro, aproximou-se da esquerda levando a maioria dos jornais a pedir a substituição do governo dentro dos preceitos constitucionais, enquanto a minoria exigiu a intervenção militar como única forma de restabelecer a ordem.

João Goulart foi, muitas vezes, visto como um político marcado por posicionamentos político-ideológicos de curto prazo. Tese que acaba sendo defendida pela literatura econômica tradicional e pela elite conservadora. Esta não consegue perceber que as mudanças de atitude de João Goulart eram uma resposta aos interesses da população, quando o governo sofria pressões reagia.

O Executivo nacional-reformista do governo João Goulart e seu desenvolvimentismo ameaçavam a industrialização capitalista que fora financiada pelas políticas inter-relacionadas de associação do capital estrangeiro e da exploração da força de trabalho. Agindo contrariamente aos anos anteriores, o governo que, beneficiava a expansão e corporações multinacionais, objetivou redirecionar o tipo de produção, estimulando as indústrias de porte médio e setores agrários. Por outro lado, as empresas estatais responsáveis pelo setor de infraestrutura começaram a acompanhar a crise e decair. Enfim, os interesses multinacionais-associados e as demandas das classes médias começavam a questionar o posicionamento do governo Goulart.

O mandato do presidente João Goulart foi cindido pelo impasse sobre a forma de governo, ou seja, parlamentarismo ou presidencialismo. Seu governo tinha de estar atento aos compromissos políticos com os trabalhadores e estava encurralado pelos anseios da elite nacional e pelo contexto internacional da Guerra Fria. No âmbito econômico, a instabilidade político-institucional refletia-se e estava intimamente ligada à execução da política econômica de curto prazo que visava à estabilização da economia, mantendo sempre vivas as metas de crescimento com reformas sociais.

A crise refletia o embate entre duas forças sócio-econômicas fundamentais: de um lado, os interesses multinacionais-associados; do outro, as classes trabalhadoras que passavam por um processo de intensa politização. O gradual ritmo de organização política das classes subordinadas acirrava as lutas de classe e tais acontecimentos precipitaram uma crise

institucional que induziu a formação de uma frente burguesa que objetivava esvaziar o movimento da classe trabalhadora. Para Dreifuss:

A industrialização capitalista, do ponto de vista dos interesses multinacionais e associados, só poderia prosperar sob a bandeira de uma ordem administrativa de inspiração empresarial e de segurança política. Para as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos, a luta de classe dentro de um sistema de formulação de diretrizes políticas e tomada de decisão internacionalizadas deveria ser circunscrita a limites nacionais seguros⁶.

É importante enfatizar também o impacto da mobilização anticomunista no período anterior a derrubada de Goulart. O temor anticomunista teve papel preponderante no processo de arregimentação dos grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores da oposição. Desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o conservadorismo anticomunista já se sentia incomodado com a presença de João Goulart.

A conjuntura acabou sendo marcada pela proliferação de organizações anticomunistas, em decorrência do medo que assolava as direitas. No decorrer do processo, com o quadro de incerteza e radicalização que se instalara, voltaram-se contra o presidente, até mesmo, os segmentos sociais que apoiaram sua ascensão e que, inicialmente, foram simpáticos às propostas reformistas.

O militarismo se mobilizava em resposta a incapacidade civil de resolver a crise que destruía o regime político. Os estudos de Dreifuss apontam que a intervenção militar assumia uma função ideológica numa sociedade marcada pelo caos e corrupção. O que escondia a estratégia para conter as forças populares e a manobra política de uma fração dominante para subjugar as forças sócio-econômicas populistas⁷.

Como a maioria dos estados brasileiros, a Bahia vivenciou de forma dramática os efeitos do movimento-civil militar de 1964. Para Muniz Gonçalves Ferreira:

De fato, a própria ocorrência do fenômeno no plano nacional e seu desdobramento em terras baianas representam uma solução aos dilemas gerados no âmago de uma formação social confrontada com alternativas sociais diversas, como a da possibilidade de um desenvolvimento econômico autônomo, socialmente integrado e politicamente democrático ou o crescimento econômico dependente, socialmente assimétrico e politicamente autoritário⁸.

⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 134.

⁷ *Ibid.*, p. 143.

⁸ FERREIRA, M. G. . *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. 2004. Clio, Revista de Pesquisa Histórica, n° 22, 2004.

No contexto baiano durante o governo parlamentarista do presidente Goulart, havia uma grande oposição ao presidente liderada, principalmente, pela UDN e PSD, representantes de um liberalismo conservador com base social nas oligarquias agrárias, incorporando, cada vez mais, setores da burguesia interessados numa industrialização associada a capitais internacionais. Ao lado do presidente estavam o PTB, organização de trabalhadores, estudantes e camponeses interessados numa agenda nacional-popular de reformas, cuja ação expressava a participação de setores historicamente excluídos, o que incomoda a elite conservadora.

Ainda no campo estadual, as coligações para a eleição governamental giravam em torno de dois candidatos. De um lado Antônio Lomanto Junior com a coligação UDN-PTB-PL-PRT-PR-PRP e PST; de outro, Waldir Pires, inserido na aliança PSD-PDC-PTN-PSP e PSB. O vencedor das eleições ao governo da Bahia de 1962 foi Antônio Lomanto Júnior, integrante da coligação UDN-PTB. Paradoxalmente, a UDN era adversária nacional do presidente João Goulart (PTB), no entanto incluía em sua chapa o PTB baiano. Lomanto procurou viabilizar a sua administração através da manutenção de relações amistosas com o presidente João Goulart e, ao mesmo tempo, era necessário conter as forças sociais mais aguerridas, tanto na confrontação ao presidente, quanto na luta pela aceleração das reformas de base. O governo Lomanto no ponto de vista prático:

[...] naquele contexto, isto significava hipotecar apoio ao presidente Goulart, distanciando-se, contudo dos componentes mais reformistas de suas proposições governamentais, advogando, em contrapartida, uma resolução dos principais problemas nacionais segundo os princípios de um progressismo cristão, mais palatável a boa parte de seus aliados e colaboradores⁹.

Lomanto buscava esvaziar o impacto da proposta da reforma de base do presidente João Goulart, assim como restabelecer as bases da estabilidade política e da governabilidade através do fortalecimento político de estados e municípios. Enquanto o chefe do executivo baiano continuava na tentativa de conciliação, a sociedade baiana foi surpreendida pelo golpe civil-militar de 1964.

O fato é que o golpe civil-militar de 1964 reestruturava o cenário político local. Apesar de tentar investir num apoio a defesa do mandato do presidente João Goulart, Lomanto Júnior, devido à pressão militar, acabou apoiando a “Revolução”. Já o prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, partidário da UDN, manifestou-se a favor das reformas de base e

⁹ Ibid., p. 2.

acabou sendo confinado na sede da 6ª Região Militar, tendo seus direitos políticos cassados.

Segundo Paulo Fábio Dantas Neto:

O golpe de 64 causou forte impacto na sociedade política baiana. Reorientou a linha político-administrativa do governo estadual, cassou mandatos, recuperou a influência nacional de Juracy Magalhães e converteu Luís Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães em influentes quadros políticos da ‘Revolução’¹⁰.

Ao tratar do jornalismo baiano é necessário destacar o papel do jornal *A Tarde* e do *Jornal da Bahia*. O jornal *A Tarde* embora muito conservador, já era na época um veículo de prestígio, possuía um sistema de impressão moderno e elevados índices de penetração nas camadas cultas da Bahia e era o líder de circulação no período. Por outro lado, o *Jornal da Bahia* merece atenção por seu caráter progressista, e contrapunha ao *A Tarde* e em sua redação trabalhavam antigos jornalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro.

É impossível falar destes dois jornais e não ressaltar a importância do redator-chefe do jornal *A Tarde*, Jorge Calmon, e do fundador e diretor do *Jornal da Bahia* João Falcão. Jorge Calmon em entrevista ao jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia comentou sobre o papel do jornalismo na época em que foi redator-chefe:

Teve de tudo. Grandes momentos de satisfação, de júbilo, quando vencíamos uma campanha, como aquela contra a divisão da Bahia e criação do Estado da Santa Cruz. Por iniciativa minha, *A Tarde* se posicionou contra isso. Em outra, contra a saída da sede da Petrobrás da Bahia, conseguimos parar a cidade por meia hora¹¹.

Sobre o posicionamento de Ernesto Simões Filho frente aos governos estaduais Jorge Calmon ressalta:

Era a mensagem política dele, Simões Filho. Naquele tempo era possível se fazer isso na imprensa, colocar suas idéias, seus projetos políticos. Hoje já não se pode, tem a questão empresarial¹².

João Falcão era um homem mais progressista. Concretizava o sonho da fundação de um jornal, segundo ele independente, já que para o mesmo, a imprensa baiana era marcada pela “*existência de uma imprensa conservadora e vinculada a líderes políticos*”¹³. Os dois

¹⁰ DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 1.

¹¹ CALMON, Jorge. *Entrevista ao jornal-laboratório da FACOM*, Junho de 2006, retirado do sítio: http://www.jornaldafacom.ufba.br/v3/reportagens/reportagem_28.htm. Acessado em 13 de março de 2009, p. 1.

¹² *Ibid.*, p. 1.

¹³ FALCÃO, João. *Jornal da Bahia: um jornal perseguido por ACM*, Armazém literário, 2006, retirado do sítio: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=401AZL001>. Acessado em 5 de março de 2009.

jornais acabaram se tornando os principais veículos de mídia impressa na Bahia, participando da formação de opinião dos seus leitores nos mais diversos aspectos da política nacional e local.

O objetivo foi estudar o discurso do jornalismo baiano até o golpe de 64, observando até que ponto o mesmo posicionou-se frente ao comunismo, não esquecendo a conjuntura internacional da Guerra Fria e da Revolução Cubana, realizando, também, as análises que o jornalismo fazia da possibilidade da expansão do comunismo no Brasil. Para isto, trabalhamos os jornais *A Tarde* e *Jornal da Bahia*. O período escolhido vai de 1963 a 1964, iniciando-se em janeiro de 1963 com o debate sobre o plebiscito e encerrando-se em abril com o golpe civil-militar de 1964. Visando compreender os posicionamentos e opiniões que circulavam entre o meio jornalístico e como estes chegavam ao público.

A intenção da pesquisa foi compreender o discurso de parte do jornalismo baiano (*A Tarde* e *Jornal da Bahia*), entre a campanha do plebiscito em 1963 e a consolidação do golpe civil-militar em 1964, frente aos posicionamentos do governo Goulart a uma conjuntura marcada pela atenção aos compromissos políticos com os trabalhadores, pelos anseios da elite nacional e pelo contexto internacional da Guerra Fria.

O tema proposto torna-se relevante por diferenciar-se da maioria dos projetos sobre o período do Regime Militar localizados na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Os temas encontrados retratam a resistência estudantil ou as organizações de esquerda no período. Usando o jornalismo como fonte de suas análises, no entanto nenhum se atém especificamente no recorte pretendido por este trabalho.

Pretendendo diversificar, este análise buscando ampliar os estudos temáticos sobre Regime Militar na Bahia, através da análise das publicações diárias, de dois jornais de grande circulação, compreendendo de que forma estes veículos de comunicação acompanhavam os posicionamentos do governo Goulart até a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964.

Enfim, consiste em pesquisar um importante objeto inserido na capital baiana. Vale destacar que outros estados, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, já abordaram a importância do jornalismo na divulgação do “fantasma comunista”, demonstrando como as notícias contribuíam para a desestabilização do Governo João Goulart e a consolidação do Golpe Civil-Militar.

Nesse período foram acirrados os debates da imprensa sobre as transformações político, sociais e econômicas pelas quais o país passava, além de mostrar os posicionamentos

do jornalismo frente aos fatos e a certeza de que era necessário opinar numa tentativa de manter a democracia. A preservação do sistema naquela conjuntura marcada pela Guerra Fria, necessariamente atentava para o perigo da invasão do comunismo no país. Grande parte da imprensa preocupava-se com a manutenção da ordem democrática-cristã e repudiava as atitudes ditas subversivas e comprometedoras da segurança institucional do Brasil. Logicamente, a discussão sobre tal tema não pode excluir os debates sobre as classes e seus interesses históricos naquele momento.

É preciso ressaltar que estudar um texto jornalístico requer a cautela de uma leitura que proporcione uma análise objetiva e, outra, subjetiva. Esta subjetividade parte da tentativa de identificar o que se quer registrar:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas¹⁴.

Para Roger Chartier é necessário identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras pelas as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço a ser decifrado. Desta forma, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

De acordo com Chartier, representação é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma imagem capaz de reconstruir em memória e de figurá-lo tal como ele é. A relação de representação é entendida deste modo como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro.

Assim, seguindo Roger Chartier, podemos articular três modalidades de relação com o mundo social. Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através da quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. E, em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas

¹⁴ CAPELATO, M. H. R.. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1998, p. 12.

graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Estudar o discurso comunista e anti-comunista nos jornais baianos, significa compreender a realidade construída pelos jornais. É buscar identificar com que classes sociais estes jornais se relacionavam resultando numa relação de força entre as representações impostas por aqueles que tem poder de classificar e de nomear.

Segundo Pierre Bourdieu, o sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura de tais bens, está intimamente associado à constituição progressiva de um campo intelectual e artístico. Ou seja, a autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. A autonomia do campo intelectual e artístico se dá em relação aos campos econômico, político e religioso, noutras palavras, em relação a todas aquelas instâncias que pretendem atuar na esfera cultural em busca de algum interesse, seja ele em nome de um poder ou de uma autoridade.

A independência do campo literário em relação às influências e inferências de outros campos depende da liberdade dos produtores culturais (sejam os escritores ou editores) frente aos mecenas, às autoridades estatais e eclesiásticas. Então, entendemos a necessidade de analisar os pensamentos dos editores que eram responsáveis pelo jornal *A Tarde e Jornal da Bahia*. Assim, utilizamos os editoriais e notícias de primeira página, analisando em termos quantitativo e qualitativo as opiniões e entendimentos dados por este veículo aquela conjuntura. A pretensão é de identificar aquele material e, analisando os dados criticamente, propor respostas que possam evidenciar quais foram os discursos e com quais setores cada jornal analisado se aproximava mais. Não podemos esquecer que os proprietários de jornais tinham interesses classistas que eram expostos nos seus editoriais, da mesma forma que o destaque a determinadas notícias em suas primeiras páginas demonstravam o interesse em construir e preservar uma opinião sobre um determinado fato.

Diante de tais perspectivas, da História Política e do jornal como fonte histórica, analisaremos de que forma o jornalismo baiano, entre 1963 e 1964, contribuiu para a proliferação de um discurso sobre o governo Jango. Tentamos também fugir de uma visão conservadora que tende a analisar o governo Goulart como um político estrategista. Avaliamos as suas posições como uma forma de não desprezar todas as forças políticas que atuavam na arena brasileira: conservadores, progressistas, comunistas e as necessidades da população. Demonstrando que o conservadorismo acaba exercendo uma força infame contra o governo João Goulart, ofuscando suas inúmeras realizações, dentre elas, o estabelecimento de uma política externa independente, relações comerciais com a República Popular da China,

ampliação do intercâmbio comercial, execução de um programa de emergência para a educação, financiamento em longo prazo para 100 mil famílias adquirirem sua casa própria, regulamentação do estatuto do Trabalhador Rural e do Código de Telecomunicações, além da ampliação do setor siderúrgico.

A história política passou a ser vista como o espaço em que o poder e a política assumem o status de representações sociais em conexão com as práticas sociais; assim, para o estudo da política é necessário o reconhecimento também de outras representações sociais como a memória ou memórias coletivas, bem como outras práticas discursivas associadas ao poder. Jacques Le Goff aponta que a memória coletiva é disputada pelas forças sociais na tentativa de conquista do poder, assim:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas¹⁵.

É importante ressaltar que ao tratar de fontes jornalísticas, é necessário estar atento aos desejos dos produtores de jornais, fosse o destaque sobre um assunto, sua omissão ou a minimização do mesmo. A imprensa como instituição particular comercializa o seu produto, no entanto, faz isto tentando vender uma mercadoria muito particular, a mercadoria política, mesclando os interesses do cidadão e os do dono do jornal. Ao abordar o jornal como fonte histórica é preciso analisar o momento histórico em que este material foi produzido. Trabalho de pesquisa e reflexão que cabe ao historiador. Esperamos assim, ter auxiliado no avanço sobre os estudos da História da Bahia.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 422.

Capítulo I

O cenário político e a imprensa

O governo João Goulart

Após a conturbada renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu o governo submetido ao regime parlamentarista. Os ministros militares recusavam a posse de João Goulart, levando a formação de um bloco de apoio ao presidente, denominada de Rede da Legalidade¹⁶. No Congresso formou-se uma coalizão entre o PSD, parte da UDN, PTB, grupos de esquerda e nacionalista, com apoio da parte legalista das Forças Armadas, visando uma solução que garantisse a continuidade democrática¹⁷. Assim, o parlamentarismo foi estabelecido, como a solução aceita pelas diversas correntes.

Durante o governo Goulart ocorreu uma reestruturação das organizações de esquerda, novas orientações e criação de novos grupos no país. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo na ilegalidade, alcançava importante influência no meio sindical e no jogo político, seu modelo de revolução nacional-democrático o levou a ser aliado do governo Goulart.

Neste contexto, foi criado em 1962 o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e surgiu, também, a Ação Popular (AP), a Política Operária (Polop) e as ligas camponesas, entre outros¹⁸. Este grupo poderia ser chamado de uma “coalizão radical pró-reformas”, onde as reivindicações, mesmo de forma heterogênea, consistiam em medidas que visassem alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, levando a um desenvolvimento econômico autônomo¹⁹.

Os grupos de direita também se organizaram em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), do Movimento anticomunista (MAC), da Tradição, Família e Propriedade (TEP), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), do Grupo de Ação Patriótica (GAP), entre outros²⁰. Este grupo tinha em comum uma aversão a administração de Jango, baseada no receio de uma política nacionalista e reformista que permitisse uma maior

¹⁶ Que era uma rede de apoio a João Goulart, que contava com apoio de mais de 200 emissoras em todo o país e transmitia apelos e informações sobre as negociações que se desenvolviam entre o Congresso e os militares, tendo influência positiva na tomada de posição da população em favor da continuidade democrática.

¹⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 113.

¹⁸ *Ibid.*, p. 110

¹⁹ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 11.

²⁰ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 110.

mobilização em torno das demandas de setores das classes trabalhadoras²¹. Utilizaram o anticomunismo para difundir o medo na classe média e qualificar as “reformas de base” como instrumento de passagem do regime capitalista para o comunista²².

Na luta pela posse de Goulart o proletariado amadureceu politicamente como classe, os líderes sindicais formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade e Ação (PUA) e outras associações em nível regional, que pretendiam unificar o movimento operário, no intuito de defender reivindicações econômicas e influenciar nas decisões do poder público. A participação do proletariado urbano na cena política auxiliou nas pressões para a votação em favor do plebiscito²³.

O posicionamento do proletariado na campanha pelo plebiscito foi seguido por parcela do empresariado, alguns parlamentaristas e militares. Entretanto, outra parte do empresariado, representantes da burguesia comercial e de grupos estrangeiros, articulavam-se contra o governo, participando de movimentos cujo objetivo seria o de combater o suposto perigo comunista. Estes foram responsáveis por articular o radicalismo de direita, patrocinando a criação e o funcionamento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que possuíam estreito contato com a CIA. Esta fornecia orientação, experiência, e recursos financeiros que seriam utilizados para influenciar em eleições, impor diretrizes ao Congresso, abalar os alicerces do governo e derrubar o regime democrático²⁴.

A influência da CIA não alcançava somente o empresariado, conseguiu cooptar vereadores, deputados (estaduais e federais), senadores, governadores, jornalistas, estudantes, padres, camponeses, ou seja, elementos de toda a sociedade civil²⁵. No entanto, mesmo com o investimento realizado por esta rede, o nacional-reformismo cresceu nas eleições de 1962. A Frente Parlamentar Nacionalista²⁶ fortaleceu a luta pelas reformas e intensificou a campanha pelo restabelecimento do presidencialismo²⁷.

²¹ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 12.

²² ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 110.

²³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 167-168.

²⁴ *Ibid.*, p. 174.

²⁵ *Ibid.*, p. 179.

²⁶ Era um grupo criado no Congresso Nacional em 1956, este condenava o imperialismo em geral, a ação do capital estrangeiro, reivindicando a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre os recursos naturais básicos. A maioria dos seus membros forma cassados pelo regime militar.

²⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.185-186.

Desde a ascensão de Goulart em 1961 que a CIA sentia-se incomodada. A organização norte-americana via em Jango um homem com longa história de colaboração com os comunistas, pretendendo aumentar a força política destes, preferencialmente, no movimento operário. O PTB não discriminava os comunistas, mantendo uma tradicional aliança desde 1954, como uma condição indispensável à unidade do movimento operário e à preservação de uma frente em defesa das posições nacionalistas. Contudo, o PTB limitava a ação dos comunistas, vinculando o sindicalismo à política tradicional. Com a cassação do registro eleitoral do PCB, as massas operárias integraram-se ao PTB, principalmente no Rio Grande do Sul. Diante disto, Goulart sentiu a necessidade de expandir as possibilidades do movimento operário, antes restrito as reivindicações de aumentos salariais, e dar ao seu partido uma concepção política e ideológica de cunho nacionalista e reformista²⁸.

Posteriormente, no ano de 1963 um plebiscito determinou o retorno do presidencialismo. O presidente Goulart conseguiu lidar com todas as pressões que pretendia conduzi-lo para fora da legalidade e arrancou do Congresso a emenda do plebiscito. Jango resistia e suas atitudes reforçavam a inviabilidade do parlamentarismo, mesmo com a oposição do PSD, UDN e PSP, a emenda do Senador Bendito Valadares foi aprovada e o plebiscito foi marcado para 6 de janeiro de 1963²⁹.

O povo brasileiro mobilizou-se pelas reformas sociais propostas pelo executivo, com palavras de ordem como reforma agrária, luta contra o capital estrangeiro, liberdade sindical e luta salarial, foram às urnas e rejeitaram o parlamentarismo devolvendo o poder a Jango³⁰.

No governo, Goulart lidava com a herança dos problemas econômicos, sofrendo com a inflação e a deterioração da balança comercial. Por outro lado, havia assumido com a classe trabalhadora o compromisso de melhoria de suas condições de vida, o que impedia uma política de arrocho salarial³¹. A tentativa de restabelecer a economia sem penalizar os trabalhadores constitui a grande contradição que liquidou a política econômico-financeira de Celso Furtado e San Tiago Dantas. Da mesma forma, que a crise social aprofundava-se, de um lado observamos as associações rurais e comerciais que rejeitavam o anteprojeto de reforma agrária; no outro lado, os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a

²⁸ Ibid., p. 304-305.

²⁹ Ibid., p. 171.

³⁰ MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 94.

³¹ Ibid., p 104.

Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o PCB e outras organizações populares intensificaram o combate ao Plano Trienal, e mesmo dentro do PTB as críticas a Jango intensificaram-se³².

Assim, o governo de João Goulart foi um governo sitiado, pelos inimigos internos, a coalizão conservadora que não aceitava as reformas sociais, pela conjuntura política externa da Guerra Fria, mas, também, pelo desequilíbrio das variáveis macroeconômicas. O presidente não possuía a possibilidade de um acordo social que viabilizasse a compatibilização das demandas sociais e conflitantes naquele momento³³.

A conjuntura também foi marcada pela proliferação de organizações anticomunistas decorrente do medo que afligia as direitas. Entre as organizações de campanha anticomunista de 1961-1964 temos a Cruzada Brasileira Anticomunista, A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Liga de Defesa Nacional (LDN) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC)³⁴. O objetivo destas organizações era variável. Algumas tiveram experiência efêmera, que logo no início do governo Goulart foram organizadas para protestar contra a política externa independente, como a Liga Feminina Anticomunista, a União Feminina e o Centro Cívico. Outras tinham profundos vínculos com os valores cristãos, como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, grupos ligados a Diocese de Niterói, e a Liga Cristã Contra o Comunismo, fundada em São Paulo³⁵.

Certos grupos tinham o objetivo de divulgar propaganda contrária ao comunismo, como a Cruzada Cristã Anticomunista e o Centro Brasileiro de Europa Livre. Surgiram organizações de vertente terroristas, entre elas o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), estas se caracterizaram por realizar seqüestros de militantes da esquerda e colocar bombas em alvos supostamente comunistas, continuando ativas durante o regime militar³⁶.

Entidades anticomunistas femininas também foram criadas, tendo importância central nas mobilizações que levaram ao golpe, podemos destacar a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), União Cívica Feminina (UDF), Liga da Mulher Democrática (Limde), Cruzada Democrática Feminina (CDF), entre outras. E por último, as já citadas, e mais

³² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 217-218.

³³ MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 104.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 130.

³⁵ *Ibid.*, p. 130.

³⁶ *Ibid.*, p. 131.

importantes e influentes o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)³⁷. A atuação conjunta entre o IPES e o IBAD estimulou a proliferação de organizações anticomunistas, além do suporte ideológico e político, ajudavam financeiramente os grupos menores³⁸.

A deterioração do quadro político e econômico ao longo do ano de 1963 colocou Goulart em situação muito difícil. As greves, o acirramento das ações empreendidas pela esquerda, o levante dos Sargentos, entre outros fatores, levou a opinião conservadora a exagerar sobre a possibilidade de uma conspiração revolucionária dos comunistas. O acúmulo de medo, ansiedade e as campanhas das organizações anticomunistas resultaram numa aproximação entre o campo centrista e conservador com o da direita anticomunista.

No final de 1963, os setores conservadores e liberais estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, intensificando a campanha do temor anticomunista³⁹. Na verdade, enquanto havia uma exagerada campanha sobre a intenção de Goulart dar um golpe para permanecer no poder, era a direita que subvertia o regime. A entrada da CIA no Brasil com o empreendimento de várias modalidades de *covert action* e *spoiling action* agravou a crise e induziu o processo político a radicalização⁴⁰.

Goulart não pretendia romper com o regime constitucional, o que inibia um golpe de Estado era a relutância das Forças Armadas em desfechar um golpe contra um governo constitucional. Os extremos que Jango cometeu foram decretar medidas nacionalistas e populares, pressionar o Congresso, frente à pressão das massas, mudar artigos da Constituição em favor da execução das reformas, principalmente a rural⁴¹.

O temor ao comunismo foi o cimento que proporcionou a unificação de setores heterogêneos na mobilização anti-Goulart. Parcelas mais radicais e conservadoras desejavam o autoritarismo em si, outros tinham como preocupação finalizar as políticas nacionalistas e estatais ensaiadas por Goulart. Porém, estas opiniões não tinham como obter consenso entre as elites sociais e os setores moderados e conservadores, a única posição unânime era a recusa a “comunização” do país⁴². Foi, então, disseminada a versão de que havia o risco de uma

³⁷ Ibid., p. 133.

³⁸ Ibid., p. 135.

³⁹ Ibid., p. 138.

⁴⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 306-307.

⁴¹ Ibid., p. 310.

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 146.

revolução comunista iminente, assim, a derrubada de Jango seria uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual poderia beneficiar os comunistas⁴³.

O cenário baiano

A eleição de 1962 na Bahia foi marcada pela disputa entre Antonio Lomanto Junior (UDN-PTB-PL-PRT-PR-PRP e PST) e Waldir Pires (PSD-PDC-PTN-PSP e PSB). Lomanto Junior era defensor de uma política que agregava uma modernização conservadora e representava as vozes do sertão⁴⁴, era apoiado por Juracy Magalhães, adversário declarado do presidente Goulart. Curiosamente, a UDN e o PTB eram rivais na esfera federal, contudo estes dois partidos representavam a força conservadora na Bahia⁴⁵. Do outro lado, o PSD de Waldir Pires trazia em seu discurso o comprometimento com o reformismo econômico-social e o apoio as demandas populares pretendidas por Jango⁴⁶.

A campanha de Lomanto Junior teve como lema “o interior marcha para o governo” e buscava apoio em um discurso municipalista associado ao momento das regiões do interior baiano ocupar mais espaço no Estado. Era um discurso marcado pelas peculiaridades regionais, comportando aspectos tradicionais da sociedade baiana mergulhados numa onda modernizante que agradava as elites dirigentes. Também, demonstrou a pretensão de industrializar a Bahia e deu forte ênfase aos valores religiosos em sua campanha⁴⁷. Utilizou-se do discurso religioso e anticomunista para associar o candidato Waldir Pires ao comunismo⁴⁸.

Já a campanha de Waldir Pires, baseada no lema “novos métodos de governo”, buscava apoio em um projeto modernizador da ação do Estado com a introdução de quadros técnicos na administração pública. A pretensão era desenvolver a economia e indústria na Bahia através da intervenção estatal, seguindo a gestão de Antônio Balbino (1955-1959) que

⁴³ Ibid., p. 146.

⁴⁴ NETO, Paulo Fábio Dantas. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 163.

⁴⁵ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 26.

⁴⁶ FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O golpe de estado de 1964 na Bahia*. 2004, p. 1-2.

⁴⁷ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 24-25.

⁴⁸ NETO, Paulo Fábio Dantas. *Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004, p. 3.

havia criado a *Comissão de Planejamento Econômico* (CPE), e inovado com as ações de Rômulo Almeida na Secretaria da Fazenda do Estado⁴⁹.

Waldir Pires dialogava com setores tradicionalmente excluídos, as classes trabalhadoras, urbanas ou rurais, incluindo em seu projeto de gestão as demandas destes grupos, o que desagradava à elite baiana⁵⁰. É importante destacar que o discurso de modernização da Bahia através da intervenção do Estado estava presente nas duas campanhas, havendo uma discordância na forma que esta seria conduzida por cada candidato.

Após sair vitorioso nas eleições de 1962, Lomanto Junior deparou-se com a tarefa de viabilizar um governo que estabelecesse relações amistosas com o presidente Goulart, lidando tanto com as forças sociais mais contrárias ao presidente, quanto com as que pretendiam a implementação das reformas de base. Assim, o governador demonstrava apoio a Jango, distanciando-se dos componentes mais reformistas do governo, defendendo a resolução dos problemas nacionais sobre o ponto de vista de um “progressismo cristão”, o que agradava aos seus aliados⁵¹. Segundo Muniz Ferreira:

Lomanto procurou atuar, durante os doze meses de sua gestão que antecederam o golpe de 1964, como um “algodão entre os cristais”, amortecendo os atritos entre *os* Magalhães e Jango, o lacerdismo e o trabalhismo, a UDN e o PTB⁵².

Na Bahia, bem como em boa parte do Brasil, paulatinamente a quantidade de adversários de Jango e das reformas de base ampliava-se. No estado podemos citar a mobilização de massa promovida pela Igreja Católica contra o “comunismo ateu”, movimento iniciado após a nota de reprovação do Monsenhor Malta sobre a visita do marechal Josip Broz Tito presidente da Liga dos Comunistas da Iugoslávia ao Brasil. Continuando a campanha com a procissão de Corpus Christi convocada pela Cruzada do Rosário em Família, e com a manifestação na Praça da Sé organizada pelo Rosário de Nossa Senhora⁵³.

O golpe de 1964, não foi marcado somente pela violência contra a sociedade civil, ele acarretou forte impacto na sociedade política baiana. Reorientando a linha político-administrativa do governo estadual, representando a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Júnior e o colapso da ala liberal da UDN⁵⁴. Reduzindo o número de atores políticos

⁴⁹ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. Salvador, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 25.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 26.

⁵¹ FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O golpe de estado de 1964 na Bahia*. 2004, p. 2.

⁵² *Ibid.*, p. 2-3.

⁵³ *Ibid.*, p. 6.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 14.

atuantes no cenário baiano, sobreviviam os poucos selecionados para atuar na nova ordem. Foi assim que Juracy Magalhães recuperou a influência nacional, convertendo Luís Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães em importantes quadros políticos⁵⁵.

No cenário baiano, integrantes do eixo janguista PTB-PR, quando não foram cassados por serem de esquerda ou ligados a sindicatos, aderiram a nova ordem, adentrando ou na Arena ou no MDB. O PSD foi abalado, perdendo importância, e a maioria do seu quadro integraria a Arena. Antonio Balbino e Josaphat Marinho conservariam seus mandados no senado, Waldir Pires exilou-se e Oliveira Brito recuou em seus propósitos no cenário nacional até a implementação do AI-5⁵⁶.

Após o golpe, as elites políticas baianas passaram a acentuar a perspectiva da modernização econômica. Em pouco tempo, priorizou-se o crescimento econômico do estado, que teve sua urbanização intensificada, a industrialização acelerada e a administração racionalizada⁵⁷. Ocorreu, então, um direcionamento para um sistema de administração pública verticalizada, capaz de atender as necessidades da nova dinâmica do desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e excludente. Priorizando o tecnocrata em lugar do político nas decisões administrativas, chegando o momento da modernização conservadora na Bahia⁵⁸.

O comunismo

A conjuntura internacional após a Segunda Guerra Mundial era a da Guerra Fria, na qual os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia política, econômica e militar no mundo. Neste período, os Estados Unidos lideraram uma política de combate ao comunismo em seu território e no mundo. Para isto, utilizou os meios de comunicações, divulgando uma campanha valorizando a sua ideologia capitalista e anticomunista. Essa ideologia também chegava aos países aliados dos Estados Unidos, que identificavam o comunismo com tudo que havia de maligno no mundo. Esse discurso anticomunista repercutiria também no Brasil.

O aparecimento do anticomunismo no Brasil data do período pós-revolucionário de 1917. No âmbito internacional, o anticomunismo foi provocado pela reação ao surgimento

⁵⁵ NETO, Paulo Fábio Dantas. Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004, p 1.

⁵⁶ NETO, Paulo Fábio Dantas. Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 238.

⁵⁷ Ibid., p. 239.

⁵⁸ FERREIRA, Muniz Gonçalves. O golpe de estado de 1964 na Bahia. 2004, p. 14-15.

mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias que surgiram no período após a Primeira Guerra Mundial. No decorrer da história brasileira esse tema sempre esteve presente, mesmo que oscilando de intensidade, ele era útil a propósitos políticos. A década de 1960 é considerada um período propício a disseminação dessas idéias, uma vez que nos contextos de instabilidade política, o anticomunismo se manifestava com maior frequência.

Nos anos de 1961 a 1964, o anticomunismo no Brasil foi influenciado por razões internas e externas. No plano internacional, os acontecimentos na América Latina, sobretudo a Revolução Cubana, deixaram em alerta os setores conservadores brasileiros. A conjuntura foi marcada pela proliferação de organizações anticomunistas. Nos anos anteriores ao golpe de 64 surgiram várias entidades desta natureza, em muitos casos de forma passageira. Estas organizações eram responsáveis pela divulgação de propagandas contrárias ao comunismo⁵⁹. O anticomunismo foi usado para amedrontar a classe média, propagando a idéia de que as “reformas de base” do governo Goulart seriam uma passagem para o regime comunista. Os jornais, com maior ou menos intensidade, participavam da pregação anticomunista. O engajamento em torno de um contexto político contrário ao comunismo e a Revolução Cubana era marca de alguns proprietários de veículos de comunicação e jornalistas.

A década de 1960 não marcou a politização e radicalização apenas dos conservadores contrários ao comunismo, a esquerda e a população também acompanhavam este processo de posicionamento e cobranças no cenário nacional. Ocorreu uma intensa mobilização da sociedade pelas reformas sociais, buscando a efetivação de uma reforma agrária, a luta contra o capital estrangeiro, liberdade sindical e luta pela melhoria salarial⁶⁰.

A campanha dos conservadores conseguiu ofuscar inúmeras realizações do governo João Goulart como a adoção de uma política externa independente, implantação de uma política nacional de saúde, programa de emergência para a educação, financiamento para 100 mil famílias adquirirem casas próprias, regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural, entre outras⁶¹. Análises mais aprofundadas demonstram que o governo tinha metas e um projeto ambicioso.

A difusão do perigo comunista era feita também por produções de textos encartados nos jornais comerciais, material produzido por entidades voltadas para a propaganda

⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131,

⁶⁰ MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 94.

⁶¹ *Ibid.*, p. 98.

anticomunista, como o IBAD e o IPES. Durante a campanha de outubro de 1962 para a renovação do Congresso, ocorreu uma intensa mobilização dos conservadores contra os candidatos supostamente “comunistas”.

Com a deterioração do quadro político e econômico, o presidente ficou numa situação difícil. Goulart decepcionava os progressistas e comunistas por não conseguir aprovar as reformas de base, especialmente a reforma agrária. O medo e a decepção do campo centrista e conservador resultou numa aproximação com as posições de direita anticomunista⁶². No final de 1963, os setores conservadores e liberais estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, intensificando a campanha anticomunista⁶³.

A imprensa e a queda do Governo Goulart

No contexto dos anos sessenta, havia um engajamento político expresso em prol de uma sociedade mais justa e igual, o que poderia ser alcançado através da orientação dos diversos movimentos políticos, optando-se por um regime democrático ou um regime socialista. A escolha destes modelos era seguida de um intenso debate, acompanhado do jornalismo político em ascensão, a imprensa acompanhava as reivindicações e contestações político-ideológicas posicionando-se e opinando⁶⁴.

Monique Benati Rangel destaca a mudança de influência estrangeira ocorrida no Brasil. O jornalismo brasileiro até a década de 1950 estabelecia aproximações com a cultura européia, a partir de então, as relações entre Brasil e Estados Unidos aumentaram e levou a uma ascendência da cultura norte-americana sobre o Brasil⁶⁵.

A influência dos Estados Unidos estimulou o surgimento de uma nova forma de fazer jornalismo. A mídia norte-americana adotou no início do século XX as idéias de objetividade, imparcialidade e neutralidade. Influenciados pelas práticas norte-americanas, a imprensa brasileira tentou incorporar em seus diários os mecanismos que estabelecem a objetividade, buscando uma *“exclusão de valores pessoais nas notícias, a busca dos dois lados na história, a não utilização de adjetivos e de juízos de valor, o uso de aspas, a separação de ‘opinião’ e da ‘informação’, etc.”*⁶⁶

⁶² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 137.

⁶³ Ibid., p. 138.

⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 108.

⁶⁵ RANGEL, Monique Benati. *Escândalo Impresso: o Governo Goulart em O Globo e no Jornal do Brasil*, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005, p. 3.

⁶⁶ Ibid., p. 4.

O termo objetividade jornalística aponta para inúmeros dilemas. Não devemos esquecer que a produção da imprensa perpassa pelos interesses institucionais, profissionais e sociais pretendidos. É necessário compreender que a relação do jornalista com o mundo é mediada pelos interesses de determinados contextos. A notícia acaba sofrendo influência de fatores como: “*o contexto histórico, o contexto jornalístico, os interesses práticos que permeia a atividade, etc.*”⁶⁷.

O jornal impresso pode ser um dos principais espaços para o entendimento das contradições e interesses que cercam a conjuntura analisada. Uma análise mais cautelosa permite entender os meandros de um contexto marcado por lutas de classe e interesses internacionais cercados pela Guerra Fria, sem cair na idéia de objetividade pretendida pela mídia.

Com a tomada do discurso da objetividade o jornal se afirmou como fala autorizada, proclamando-se como uma fonte segura, garantida, não havendo a necessidade de buscar outras fontes de notícia, pois a imprensa seria um espaço de confiança para o leitor. A análise do jornal pelo historiador não pode descartar estas preocupações que envolvem o contexto estudado, o documento histórico não é algo puro, além do mais, ele é o reflexo de uma época, assim para Le Goff:

Mas, do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento. Ao mesmo tempo, ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história⁶⁸.

A imprensa é um espaço de luta pela preservação de uma memória. É o local onde podemos analisar que fatos sociais tornaram-se sólidos e duráveis. O estudo da mídia impressa é um bom espaço para o estudo da política, no entanto, é necessário o reconhecimento de outras representações sociais como a memória ou memórias coletivas, bem como outras práticas discursivas associadas ao poder. Jacques Le Goff aponta que a memória coletiva é disputada pelas forças sociais na tentativa de conquista do poder.

O campo jornalístico é um espaço estratégico no destacamento de um acontecimento. Os jornais através de seus proprietários e integrantes torna-se um espaço de levantamento dos debates políticos. Devido a esta importância na condução dos fatos, os políticos também

⁶⁷ Ibid., p.8.

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 9-10.

tentam influenciar os meios de comunicação. Assim, compreender o jornalismo como uma força no encaminhamento de discussões sobre determinados assuntos pode ajudar a perceber o quanto a imprensa é decisiva em determinados momentos de crise. Devido a uma visão conservadora dos seus proprietários, a maioria dos jornais estudados adotava uma visão contra o comunismo, bem como as mudanças na estrutura da sociedade⁶⁹.

Nos anos 1950-60 a imprensa brasileira passou por grandes transformações. Estas mudanças ocorriam num contexto de exaltação contra o comunismo e a Revolução Cubana. Neste período, houve uma reestruturação das organizações de esquerda, novas orientações e criações de novos grupos no país, com tendências políticas mais radicais. O Partido Comunista brasileiro (PCB), ainda na ilegalidade, exercia grande influência no meio sindical e no jogo político-partidário.

Os jornais, com maior ou menos intensidade, participavam da pregação anticomunista. O posicionamento em torno de um contexto político contrário ao comunismo e a Revolução Cubana era marca de alguns proprietários e jornalistas. Não devemos esquecer que a década de 60 foi um momento delicado para liberais e conservadores no Brasil. A crise se deu em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros, estabelecendo um terreno fértil para os conservadores. Os anticomunistas desesperaram-se, pois para alguns o vice-presidente era um político conhecido por suas ligações com a esquerda, pois sua eleição teve o apoio dos comunistas. Assim, os ministros militares declararam-se contrários a posse de Goulart, o impasse foi resolvido com a solução parlamentarista.

Logicamente, os conservadores não viam a luta popular por melhorias como algo saudável, para eles o governo era conivente e dava espaço à subversão. Refletir sobre as decisões do governo João Goulart implica em não desprezar as forças políticas que atuavam naquele contexto, principalmente os conservadores (representados fortemente pela União Democrática Nacional - UDN), os progressistas (esquerda) e os comunistas (especialmente através do PCB, enraizados nos órgãos sindicais e organizações sociais). Todos tentavam pressionar o presidente da República no limite da ordem institucional.

Com a vitória de Jango no plebiscito de 1963, os conservadores esperavam que o presidente pudesse amenizar as tensões. Estes consideravam como problemas sociais mais sérios a crise política e a crise econômica, eles voltaram a acirrar as críticas ao governo após a decepção nos resultados iniciais do governo. No plano econômico a esperança de estabilização decaiu com o fracasso do Plano Trienal. A decepção é ainda maior no plano

⁶⁹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 110.

político, o fracasso de pacificação política foi provocado em grande parte pelas ações de grupos de esquerda próximos ao presidente, ganhando grande destaque o papel de Leonel Brizola. Para agravar a situação, a partir dos meados de 1963 intensificou-se uma onda de greves, levando os conservadores a questionar a capacidade do presidente na manutenção da ordem.

Consolidado o presidencialismo no plebiscito de janeiro de 63, Goulart e seu grupo acreditavam que grande parte do país era favorável a sua política de reformas de base. Não devemos esquecer, que as mudanças propostas pelo governo incluíam o controle sobre o capital estrangeiro, nacionalização de setores básicos da economia, direito de voto a analfabetos e praças de pré, extensão de direito de elegibilidade a todos os militares e a legalização do Partido Comunista.

Neste contexto, o discurso contra o regime cubano começou a ter mais espaço nos jornais. A difusão do perigo comunista era feita também por produções de textos enviados aos jornais comerciais por entidades voltadas para a propaganda anticomunista, como o IBAD e o IPES.

Com a Revolta dos Sargentos (12/9/1963) acelerou o afastamento e a crítica de grande parte da imprensa sobre a política do governo Goulart⁷⁰. A rebelião provocada por cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e Aeronáutica, foi motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo. O movimento juntamente com o apoio de Goulart as reivindicações dos sargentos levantaram a questão da disciplina militar, aumentando a desconfiança dos oficiais mais graduados das Forças Armadas de que o presidente preparava um golpe para permanecer no poder. O discurso sobre o perigo comunista e da cubanização do Brasil começou a se intensificar nos principais jornais do país.

O início de 1964 estava cercado de um clima de incertezas, com suspeitas de que Goulart pretendia dar um golpe. Havia dissensões entre os grupos tanto de esquerda quanto de centro e direita. Diante de tal situação o presidente decidiu apoiar a esquerda radical e promover comícios nas principais cidades a fim de buscar apoio para as reformas de base. O primeiro comício ocorreu no dia 13 de março no Rio de Janeiro, na Central do Brasil. Jornais, políticos, a Igreja e empresários trataram de relacionar o comício com o perigo da infiltração do comunismo no país. Depoimentos de personalidades públicas e militares sobre a comunização do Brasil ocupavam diversas páginas da imprensa escrita.

⁷⁰ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 108.

As especulações anticomunistas ganharam força no início de 1964, Goulart aproximava-se da esquerda e o boato de que o presidente pretendia entrar em choque com o Congresso e mesmo dar um golpe aumentava. Com o apoio dos sindicatos, o Comício da Central, a Revolta dos Marinheiros, e outros acontecimentos, têm-se um clima propício para propagação da crença de um risco iminente do Brasil sofrer um golpe comunista. Neste quadro de incertezas e radicalização, até segmentos sociais que apoiaram a ascensão de Goulart e a proposta de reformas voltaram-se contra o presidente.

O A Tarde e o Jornal da Bahia

A análise da fonte jornalística requer a sua relação com o momento histórico específico. É necessário relacionar a publicação com a conjuntura investigada, analisando a publicação ou o periódico com o campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua⁷¹. Cabendo ao historiador entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, desvendando as relações entre imprensa e sociedade, os movimentos de constituição e instituição do social como fruto desta relação.

Devemos caracterizar esse veículo dentre deste campo de atuação, considerando sua trajetória, a visão do seu proprietário, qual seu comportamento frente ao momento político, as escolhas das fontes de informação, dentre outros aspectos. Fugindo do erro de tentar caracterizar a linha editoria de um jornal sempre da mesma forma, como se o mesmo seguisse uma seqüência linear. Diante destas observações teceremos algumas observações sobre o jornal *A Tarde e o Jornal da Bahia*.

O jornal *A Tarde* foi fundado em 1912 pelo bacharel em direito e jornalista Ernesto Simões Filho. Podemos destacar dois importantes momentos do jornal: antes da Primeira Guerra e no pós-guerra. Antes da guerra, expressava os interesses do bloco hegemônico desfeito em 1930, fundado sobre a união da burguesia mercantil e da oligarquia fundiária. No pós-guerra, seguia a sua tendência conservadora, defendendo a defesa da ordem e o sistema federativo⁷². Para o período, a democracia significava “uma ordem capitalista onde se respeitem o direito à propriedade privada e as liberdades individuais do ‘cidadão’⁷³”. Diante disto, os anos que antecederam o golpe de 1964 foram marcados pela defesa da ordem

⁷¹ CUNHA, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria Do Rosário da C. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História (PUCSP), v. 1, 2008, p. 257.

⁷² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. UFBA, 1982, p. 69.

⁷³ *Ibid.*, p. 69.

constitucional e jurídica sem deixar que seu anticomunismo exacerbado entrasse em contradição com a defesa da democracia⁷⁴.

A fundação do jornal *A Tarde* acompanhou as mudanças ocorridas na imprensa brasileira, passando de uma fase artesanal para um caráter empresarial. O periódico assumia na Bahia a fase da imprensa brasileira organizada pelo capitalismo no início do século XX. A partir deste século tornar-se-ia o jornal com maior poder de interferência política no Estado⁷⁵. A influência política na Bahia é fruto da acolhida pelo periódico de intelectuais e políticos como colaboradores, estes participavam ativamente dos debates políticos em diferentes momentos da história do país e do estado⁷⁶.

O conteúdo jornalístico também passava por modificações, preocupando-se com “o que notificar” e “como notificar”. Inicialmente, a partir da Primeira Guerra Mundial a imprensa baiana passou a dar atenção aos acontecimentos em nível internacional. Em seguida, ainda em seguimento com as novas demandas jornalísticas, adota a idéia de “imparcialidade” em suas matérias, dando uma impressão de isenção, no entanto fantasiosa⁷⁷, perceptível pela tendência político-ideológica assumida por Simões Filho, que mesclava princípios de soberania das leis e igualdade jurídica, assumindo traços elitistas, distanciando-se da defesa de reformas sociais⁷⁸. Na conjuntura cercada pela Guerra Fria, o jornal *A Tarde* seguiu um padrão discursivo marcado pelos valores liberais associados a traços conservadores⁷⁹.

Idealizado por João Falcão, após a decepção com o movimento comunista⁸⁰, o *Jornal da Bahia* foi fundado em setembro de 1958. O objetivo era a criação de um “jornal independente, livre de injunções partidárias e políticas⁸¹”. Seu corpo técnico foi formado por jornalistas vindos do PCB, jornalistas novos e idealistas. Alguns nomes da intelectualidade baiana fizeram parte do corpo editorial como o escritor João Ubaldo Ribeiro, o cineasta Glauber Rocha e o historiador Luis Henrique Dias Tavares.

O *Jornal da Bahia* também acompanhou a modernização da imprensa brasileira e investiu em novos equipamentos e na mudança da estrutura do jornal, dando mais espaço as fotografias, por exemplo. A constituição do periódico demonstrava a formação de uma

⁷⁴ Ibid., p. 69.

⁷⁵ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal a Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 17.

⁷⁶ FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a construção dos sentidos ideologia e política*. UFBA, 2002, pg. 20.

⁷⁷ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal a Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 17.

⁷⁸ Ibid., p. 19.

⁷⁹ Ibid., p. 21.

⁸⁰ FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 35.

⁸¹ Ibid., p. 9.

imprensa independente, que concorreria com veículos conservadores e ligados a interesses políticos como os jornais *A Tarde*, *O Diário de Notícias*, o *Estado da Bahia* e o *Diário da Bahia*. Relacionando o seu conteúdo, a formação do seu corpo de funcionários e o posicionamento frente algumas conjunturas, podemos afirmar que, em linhas gerais, os seus textos eram marcadamente progressistas, defendendo reformas sociais.

As reformas propostas pelo governo Goulart eram bem vistas pelo *Jornal da Bahia*, que demonstrou apreço pelas idéias do presidente e, mesmo que de forma contida, não se posicionou favoravelmente ao golpe de 64⁸². Sua linha independente e favorável as reformas propostas por Jango custou a permanência de um censor militar na redação após o golpe de 1964.

Mesmo com a censura o *Jornal da Bahia* seguiu sua linha independente, e com a nomeação de Antonio Carlos Magalhães para “governador biônico” do estado da Bahia o periódico sofreria intensa perseguição. Os noticiários, quando preciso, faziam crítica à administração do governador, que queria dos veículos de imprensa apoio incondicional. Por não se sujeitar aos caprichos do governador baiano, Antonio Carlos Magalhães tornou-se inimigo implacável do jornal, tentando, de todas as maneiras, o seu fechamento. O *Jornal da Bahia* recebeu apoio nacional e internacional para enfrentar esta perseguição e, depois de anos de luta, encerrou suas atividades em fevereiro de 1994⁸³.

O período do governo João Goulart foi cercado por contradições. Os interesses e demandas de vários grupos dificultam um entendimento mais consensual sobre o período. Neste sentido, sobrava ao presidente uma imagem de um político sem rumos definidos. Contudo, uma análise mais específica do contexto demonstra a necessidade do Executivo de responder aos interesses, pressões e questionamentos dos mais variados grupos da sociedade.

Debates classistas e tentativas da construção de uma opinião sobre o governo presidencialista de João Goulart podem ser facilmente percebidos na leitura jornalística deste contexto. A idéia de um presidente confuso e de opiniões variáveis escondia as dificuldades de Goulart em responder as demandas postas naquela conjuntura. Por outro lado, a falta de entendimento daquele contexto, conjuntamente com interesses que pretendiam ofuscar uma tentativa de mudança no capitalismo ajudava a consolidar uma memória negativa do Executivo entre os anos de 1963-1964.

⁸² BRITO, Antônio Maurício Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a ditadura militar (1964-1968)*. Salvador, 2008. 242 p. Tese (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, p. 25.

⁸³ FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 11.

O jornal *A Tarde* inicialmente apoiou o fim do parlamentarismo e o retorno do poder a João Goulart. Entretanto, representante da elite conservadora baiana, esteve sempre atento as decisões do presidente e do seu gabinete. Existia uma desconfiança frente ao governo Goulart, um medo diante do chamado “perigo comunista”, e do impacto das reformas propostas na sociedade. O jornal deixava evidente a desconfiança do presidente Goulart e sua oposição às idéias comunistas ao longo de seus noticiários. Contudo, com o aumento do número de greves no país, o diálogo do presidente com figuras consideradas partidárias do comunismo, a não conclusão de algumas reformas avaliadas como importantes, levariam ao aumento de críticas sobre a administração, o que seria intensificado com a revolta dos sargentos.

Já o *Jornal da Bahia* mostrou-se mais tolerante com a figura do presidente. Formado por partidários de idéias progressistas, simpatizavam com a proposta de reforma agrária, de diálogo com todos os setores da sociedade e da aproximação de Goulart com todos os representantes políticos. Suas críticas eram baseadas na esperança de mudança dentro do cenário político, na crença de que o gabinete presidencial pudesse resolver as demandas sociais. E viam, nos movimentos sociais, como as greves, uma oportunidade de reivindicação dada pelo governo ao povo.

Capítulo II

João Goulart e a desconfiança vigiada

O Plebiscito de 1963: Esperanças num governo vigiado

Este capítulo objetiva entender os discursos e posicionamentos dos jornais *A Tarde* e *Jornal da Bahia* entre o plebiscito (06/01/1963) e os fatos que antecederam a Revolta dos Sargentos (12/09/1963), visando compreender as possíveis mudanças de posicionamento sobre o Governo Goulart, os discursos anticomunistas presentes e as peculiaridades existentes em cada veículo impresso. Analisaremos as páginas destes jornais relacionando as matérias impressas com as particularidades da conjuntura baiana e sua relação com o contexto nacional.

O jornal *A Tarde* optou pelo apoio ao retorno do presidencialismo, contudo, a desconfiança sobre os rumos da política brasileira era perceptível. O periódico demonstrava sua aversão ao comunismo e preocupava-se com o espaço dado pelo governo as manifestações e reivindicações da classe trabalhadora. Por outro lado, o *Jornal da Bahia* analisava com otimismo as propostas do executivo brasileiro, acreditando que as transformações sociais propostas seriam um caminho para mudança nos rumos da economia e política nacional.

A solução parlamentarista foi o artifício usado para amenizar os ânimos após a renúncia de Jânio Quadros. O plebiscito de 1962 demonstrou a rejeição nacional ao parlamentarismo, pois cerca de 12 milhões de eleitores (80% dos votos válidos) votaram a favor do presidencialismo⁸⁴. Com a vitória popular, João Goulart estruturou seu ministério com políticos trabalhistas, alguns pessedistas e outros sem filiação partidária. O clima entre janeiro de 1963 e março de 1964 foi marcado pela pressão das forças políticas que atuavam na arena brasileira – conservadores (com presença marcante da UDN) e progressistas (tendo a frente Leonel Brizola e o PCB) – que pressionavam o presidente da República no limite da ordem institucional⁸⁵.

Nos quinze meses do governo presidencialista de João Goulart tivemos uma luta das elites política udenistas para assumir o poder no país, ao mesmo tempo, o presidente esteve atento aos compromissos políticos com os trabalhadores e vivenciou as conseqüências do

⁸⁴ MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 94.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 95.

contexto histórico marcado pela Guerra Fria. As elites udenistas não conseguiam esquecer o passado do presidente e, por outro lado, este não podia apagar da memória da sociedade o seu passado trabalhista⁸⁶.

Com a vitória obtida por João Goulart no plebiscito de 1963 e as chamadas reformas de base, paulatinamente, ocorreu um aumento das tensões. Internamente, os conservadores não aceitavam as reformas sociais, bem como a classe trabalhadora lutava pela melhoria da sua condição de vida; por outro lado, na política externa observamos a exacerbação da Guerra Fria. O cenário demonstrava que Jango estava diante da impossibilidade de um acordo social que viabilizasse a compatibilização das demandas sociais conflitantes.

A imprensa baiana acompanhava o desenrolar dos fatos e posicionava-se. O apoio à volta do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 é explícito no jornal *A Tarde*. O jornal publicou o artigo do colunista Cruz Rios, “Entre o ‘sim’ e o ‘não’”, que afirmava:

Não discuto se foi patriótico ou pusilânime a ação do Congresso. Admito mesmo que tenha sido inspirada naqueles altos propósitos e que os resultados tenham sido benéfico. Mas então, esses méritos devem ser divididos com o senhor João Goulart que, com a sua tolerância permitiu que a paz fosse conseguida. [...] Não vejo solidez no argumento do contra. Por isso irei as urnas no dia 6, não por temor a qualquer sanção, por que acho do meu dever dizer NÃO ao ato adicional⁸⁷.

O periódico traz certa desconfiança. A incerteza sobre a necessidade da solução proposta pelo Congresso Nacional na época da renúncia de Jânio Quadros, inserindo o parlamentarismo como forma de governo, demonstrava o receio sobre a posse de João Goulart, pois os conservadores desconfiavam das suas intenções como chefe do executivo nacional. O parlamentarismo foi um teste de tolerância e, mesmo com receio, as atitudes de Jango durante esta fase demonstravam que o presidente merecia um voto de confiança. Após a vitória do presidencialismo, suas atitudes passariam a ser vigiadas, Jango teria que provar o merecimento daquela oportunidade.

O contexto baiano estava marcado pela concepção de um projeto nacional de industrialização ajustado aos apelos regionais. Na Bahia, a burguesia, representada pela Associação Comercial da Bahia e pelos Bancos Econômico e da Bahia, pressionava o executivo e o legislativo na busca de soluções para os problemas “baianos”. Iniciou-se um esforço para o conhecimento da situação econômica financeira do Estado, o que foi realizado

⁸⁶ Ibid., p. 80.

⁸⁷ *A Tarde*, 2 de janeiro de 1963, p. 2.

pela Universidade Federal da Bahia e a Comissão Planejamento Econômico (CPE) do governo do Estado⁸⁸.

Para Guimarães, o jornal *A Tarde* seria o responsável por veicular a necessidade de uma representação mais atuante dos políticos baianos na União, respeitando-se os interesses da Bahia, no consenso popular⁸⁹. Na oportunidade dada a João Goulart, o periódico também analisaria o esforço do executivo nacional no planejamento de condições necessárias ao desenvolvimento baiano.

Os conservadores demonstravam uma enorme desconfiança. Faltando dois dias para o plebiscito, no dia 04 de janeiro de 1963, a primeira página do jornal *A Tarde* chamava a atenção para o discurso em rede de televisão e rádio que Carlos Lacerda faria, responsabilizando João Goulart pelas crises políticas e militares que abalaram o país. O periódico não fez comentários sobre o pronunciamento de Lacerda, destacando em primeira página “Presidencialismo obtém ampla vitória⁹⁰”, demonstrando surpresa com o grande número de pessoas que compareceram as urnas e a decisão popular pela vitória do presidencialismo.

A desconfiança era real, no mesmo dia, o artigo “Motivos para confiar”, assinado por Thales de Azevedo, analisava os avanços ocorridos no Brasil desde a Revolução de 30, levando em consideração as transformações positivas da sociedade, a tomada de consciência animadora, observando que as reformas baseadas nos princípios cristãos e democráticos seriam fundamentais para continuidade do desenvolvimento nacional e alertava:

O abalo e as perplexidades de agosto de 61 parece que tornaram mais aguda a percepção nacional. Por certo que um dos efeitos mais poderosos dos desequilíbrios resultantes da renúncia foi a turvação das águas em que tantos continuam pescando e querendo submergir a Nação na treva dos regimes reacionário leninistas, que convidam as revides direitistas que estão do outro lado ameaçando a democracia. Na batalha pela justiça social com o fortalecimento da liberdade do regime representativo de direito às opções humanas fundamentais, a voz mais alta, mais articulada, mais coerente tem sido da Igreja. [...] Sou dos que crêem que o Brasil poderá vir a ser uma das nações criadoras de uma ordem social justa e equânime, sem os vícios do capitalismo nem a opressão do comunismo [...], uma ordem inspirada no solidarismo cristão antes que na luta de classes⁹¹.

O editorial do jornal *A Tarde* demonstrava a desconfiança trazida pela renúncia de Jânio Quadros, apontando o ideal de sociedade esperado pela elite conservadora brasileira,

⁸⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. Salvador: UFBA, 1982, p. 40.

⁸⁹ *Ibid*, p. 68.

⁹⁰ *A Tarde*, 7 de janeiro de 1963, p. 1

⁹¹ *A Tarde*, 7 de janeiro de 1963, p. 5.

uma visão baseada nos princípios cristãos. A direita conservadora tinha como porta voz o líder da UDN, Carlos Lacerda, também representada pelo Marechal Odílio Denys, pelos generais Cordeiro de Farias e Olimpio Mourão, e no seio da sociedade civil temos o surgimento de representantes do empresariado nacional e estrangeiro, consolidados no IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Estes tinham aversão ao governo Jango, nutrindo desconfianças à política nacional e reformista que incluísse a demanda de setores das classes trabalhadoras⁹².

João Goulart teria um governo vigiado pela desconfiança, era o momento de conduzir a nação sem radicalismos, e qualquer deslize seria considerado perigoso. É preciso identificar a concepção de democracia definida pelo jornal *A Tarde*, significava uma ordem capitalista que respeitasse o direito à propriedade privada, observado que até abril de 1964, o periódico defendeu a ordem constitucional e jurídica sem desvincular-se do seu anticomunismo exacerbado⁹³.

Mesmo com a vitória do presidencialismo no plebiscito, um clima de incerteza rondava o país. Em reportagem de 8 de janeiro de 1963, “Mangabeira quer já todos os poderes para Goulart”, foi analisado de que forma Jango assumiria como chefe de governo, demonstrando a insatisfação de Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Estes pretendiam fazer uma excursão por todo país a fim de promover uma campanha contra João Goulart. A vitória de João Goulart no plebiscito iniciava o debate sobre a sua posse. O periódico apontava em “Prepara-se lei para revogar ato adicional⁹⁴”, a necessidade de uma Lei Complementar revogando o parlamentarismo, a medida era justificada como necessária para evitar instabilidades geradas pelas greves, movimentos de classes armadas e pronunciamentos judiciais. Também, ponderava as declarações feitas por Goulart no dia 9 de janeiro de 1963, onde o presidente afirmava que somente faria um pronunciamento após a proclamação dos resultados pelo TSE. E por fim, a afirmação do primeiro-ministro Hermes Lima de que Goulart não pretendia se tornar um ditador.

É fato que Jango iniciaria seu governo vigiado pelas desconfianças. Em reportagem denominada “Manifesto dos partidos mineiros é advertência⁹⁵”, o jornal *A Tarde* trazia um pronunciamento de Magalhães Pinto afirmando repudiar qualquer tentativa de mudança da ordem legal.

⁹² ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na Conjuntura do golpe de 1964*. UFBA, 2008, p. 11-12.

⁹³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. UFBA, 1982, p. 69.

⁹⁴ *A Tarde*, 10 de janeiro de 1963, p. 1.

⁹⁵ *A Tarde*, 10 de janeiro de 1963, p. 1.

O debate sobre o momento da posse de Jango estendia-se e o jornal *A Tarde*, em 15 de janeiro de 1963, questionaria “*Por que esperar?*”, onde destacava a importância da posse imediata do presidente Goulart, enfatizando a louvável demonstração de prudência política do presidente e alertando os prejuízos que a demora trazia para a nação, podendo dar espaço para grupos extremistas de esquerda. Por fim, seria estampado em primeira página “Presidencialismo será proclamado hoje⁹⁶” relatando a aprovação do projeto Argemiro Figueiredo homologando o regime presidencialista.

Todo elogio feito pelo *A Tarde* às atitudes de paciência e respeito demonstradas por João Goulart à nação era cercado de esperança e desconfiança. Jango recebeu o governo com a inflação elevada, limitando a elevação de gastos por parte do governo, mas, por outro lado, era pressionado para realizar reformas de base, abrangendo os setores educacional, fiscal, político e agrário, consideradas importantes pelas classes trabalhadoras.

Na conjuntura da Guerra Fria, a expectativa dos conservadores era de combate aos problemas econômicos e sociais, tendo como norte os princípios cristãos e rebatendo qualquer tipo de radicalismo. A crise herdada pelo executivo nacional demandava medidas de forte impacto. O sucesso do Plano Trienal só seria possível com sacrifícios tanto das classes trabalhadoras, quanto das classes dominantes, o que já indicava uma dificuldade para o governo⁹⁷.

A constituição do Ato Adicional nº 4, de 2 de setembro de 1961, que estabeleceu o regime parlamentarista teve participação fundamental do governador do Rio Grande do Sul. Leonel Brizola requisitou da Rádio Guaíba a permanência no ar e tornou-se a emissora oficial do estado. A Rede da Legalidade contava com mais de 200 emissoras em todo o país e transmitia os apelos e negociações desenvolvidas entre o Congresso e os militares. No Congresso constituiu-se uma coalizão entre o PSD, parte da UDN, PTB, grupos de esquerda e nacionalistas, com o apoio de uma parte legalista das Forças Armadas, buscavam uma solução que garantisse a continuidade democrática. Os grupos de esquerda e nacionalistas exigiram o retorno imediato do presidencialismo, e viram na solução parlamentarista um “golpe branco⁹⁸”.

O posicionamento do *Jornal da Bahia* é diferenciado. Ele aceitava e entendia a decisão da maioria da população contra a manutenção do parlamentarismo, no entanto não era

⁹⁶ *A Tarde*, 23 de janeiro de 1963, p. 1.

⁹⁷ ARAÚJO, Célio Roberto de. O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do Golpe de 1964, UFBA, 2008, p. 76-77.

⁹⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 113.

favorável ao mesmo, pois “Carece de qualquer fundamento aliar o sistema de Gabinete à presença de um executivo fraco. Nenhum país do mundo conhece outro mais forte do que o da Inglaterra, parlamentarista por excelência⁹⁹”.

A visão diferenciada do *Jornal da Bahia* é fruto do contexto em que fora criado. Lançado em 1958, Salvador vivenciava uma efervescência cultural, artística e intelectual vinculada às classes médias e intelectualizadas. Muitos autores associam o periódico em sua parte técnica e ideológica com esta conjuntura de renovação modernizadora. A “busca do moderno” era a preocupação da imprensa, e o *Jornal da Bahia* visava representar tal contexto de transformações¹⁰⁰.

Vale ressaltar que o posicionamento do *Jornal da Bahia* não era contra a figura do Presidente João Goulart, o que se combate é o sistema presidencialista que jamais teria dado “homogeneidade político-administrativa aos diferentes governos¹⁰¹”. Com isto, o sistema presidencialista mantinha uma política clientelista de troca de cargos e favores, o que era prejudicial ao país.

A avaliação realizada pelo *Jornal da Bahia* sobre o presidente João Goulart era otimista. No dia 03 de janeiro de 1963, o periódico analisou o discurso presidencial de final de ano, elogiando o interesse de Jango em combater a inflação e a intenção do executivo em construir um país mais independente do capital internacional, valorizando o esforço do trabalhador brasileiro.

O receio frente à figura de João Goulart continuava entre a elite conservadora baiana. Em janeiro de 1963, o *Jornal da Bahia* traria uma declaração do jurista Nestor Duarte, que via no plebiscito uma manobra para levar o país a uma ditadura e o plano trienal como uma forma de iludir a população. O artigo afirmava que o plebiscito era uma conspiração do governo, que utilizava dinheiro público para fazer propaganda colocando Goulart como vítima de uma manobra política. É importante ressaltar, que esta foi uma entrevista do periódico ao professor Nestor Duarte, não havendo relação entre a declaração e a conduta do diário frente ao governo, servindo apenas para reflexão sobre a imagem dos conservadores sobre o executivo que se formava.

A derrota do Ato Adicional e a pouca abstenção popular também foram destaques no *Jornal da Bahia* do dia 08 de janeiro de 1963. Em tom de otimismo o jornal estampou “Jango iniciará reformas com presidencialismo”, analisando as declarações do Ministro Celso

⁹⁹ *Jornal da Bahia*, 1 de janeiro de 1963, p. 4.

¹⁰⁰ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 104.

¹⁰¹ *Jornal da Bahia*, 1 de Janeiro de 1963, p. 4.

Furtado sobre a prioridade em realizar a Reforma Agrária e Fiscal para o desenvolvimento do país. Significante a coluna “Temas do plebiscito de Janeiro – I¹⁰²”, percebendo de forma madura o momento vivenciado pelo povo brasileiro, abordando como a derrota do ato adicional de 1961 e a efetiva participação popular nas ruas, demonstrava o período de reivindicações e transformações exigidas pela população. Todos queriam um reexame da política nacional, a preocupação popular não seria com a forma de governo, mas com o combate aos problemas nacionais.

No decorrer do contexto do plebiscito, a preocupação do *Jornal da Bahia* era com a necessidade de reformas. Diferentemente do jornal *A Tarde* que se preocupava com a forma de condução da política nacional, evitando extremismos, o *Jornal da Bahia* preocupou-se em analisar as propostas e iniciativas do novo governo, destacando a possibilidade de resolução dos problemas reivindicados pela classe trabalhadora. É importante perceber que o periódico foi composto por ex-militantes, integrantes e simpatizantes do PCB, e jovens intelectuais, o que aponta para a presença de um tom progressista nos seus textos¹⁰³.

O impasse sobre o retorno ao presidencialismo também foi relatado pelo *Jornal da Bahia*, a reportagem “PSD e UDN marcham para entendimento: presidencialismo¹⁰⁴” demonstra a união entre os dois partidos para uma solução rápida. No dia 17 de Janeiro de 1963 a primeira página do jornal destacava a disposição de todas as correntes políticas pelo fim do parlamentarismo. Em 23 de janeiro o periódico estampou “Brasil de Volta ao presidencialismo”, informando sobre a votação na Câmara Federal aprovando a emenda constitucional que derrubava o ato adicional. Por fim, o tom de esperança era visível nas páginas do circular, pois a capa sinalizava “Jango: confiança nos destinos do país¹⁰⁵”, analisando de forma positiva o discurso do presidente sobre os rumos da nação, solicitando o trabalho de todos para vencer os problemas nacionais.

Ainda, o editorial de 25 de janeiro de 1963, “A volta do presidencialismo e as responsabilidades do presidente”, analisava as dificuldades enfrentadas por João Goulart desde a renúncia de Jânio Quadros, as desconfianças pela presença dele na República Popular da China e a serenidade com que o político enfrentou estas desconfianças.

Avaliava a expectativa em torno do Plano Trienal e a necessidade de cautela diante dos primeiros resultados, por fim, alertava:

¹⁰² *Jornal da Bahia*, 9 de janeiro de 1963, p. 3.

¹⁰³ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal a Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 104.

¹⁰⁴ *Jornal da Bahia*, 16 de janeiro de 1963, p. 3.

¹⁰⁵ *Jornal da Bahia*, 25 de janeiro de 1963, p. 1.

É grande, por conseguinte, a responsabilidade do Sr. João Goulart, a partir de hoje. Ele tem o dever indeclinável de não trair a confiança do povo brasileiro. Não se esperem milagres nem passes de mágica, através dos quais seriam resolvidos todos os grandes e graves problemas que ali estão. [...] O Sr. João Goulart deve ter em mente que, em virtude mesmo das condições de expectativa de criou em torno de sua ação, terá os seus atos minuciosamente vigiados e estudados pela opinião pública¹⁰⁶.

O *Jornal da Bahia* buscou uma análise mais realista da possibilidade de ação do presidente Goulart. Ao contrário do jornal *A Tarde* que demonstrava insegurança na posse de Jango, analisando os passos e atitudes do presidente, o periódico preferiu confiar nas promessas de Goulart, evitando matérias que polemizasse a posse do chefe do executivo. O periódico era favorável ao governo João Goulart e, mesmo de forma receosa, não se mostrou favorável ao golpe de 1964¹⁰⁷. Contudo, a vigilância do *Jornal da Bahia* seria em torno da estruturação de políticas econômicas e sociais que conduzissem o país de forma independente, respeitando os interesses e reivindicações de todos os setores sociais.

Olhares internacionais sobre a política socioeconômica do Brasil

Juntamente com o impasse sobre a forma de governo, ou seja, parlamentarismo e presidencialismo, o mandato do Presidente João Goulart estava atento aos compromissos políticos com os trabalhadores, mas encurralado pelos anseios da elite nacional e pelo contexto internacional da Guerra Fria. Os norte-americanos acompanhavam atentos aos acontecimentos no Brasil. O jornal *A Tarde* mostrava isto com muita precisão na reportagem denominada “*Imprensa dos EUA comenta o plano trienal e volta ao presidencialismo*”. Tal leitura proporciona uma visão otimista dos estadunidenses, ressaltando inclusive a opinião de um norte-americano que vivia no país, o “Brasil é talvez o país mais democrático de que já ouvi falar. Devemos a ele um enorme respeito. As condições que afligiram o Brasil nestes últimos anos teriam conduzido qualquer outra nação a um holocausto¹⁰⁸”. Segundo o Ministro da Defesa norte-americano, Robert McNamara, os problemas sociais na América Latina seriam maiores que o comunista, por isso a tentativa de assistência a este continente através de ajuda no desenvolvimento econômico e social era uma tentativa de barrar a entrada comunista na região.

A administração do presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy estabeleceu como prioridade uma agenda externa a América Latina. A Aliança para o Progresso tinha a

¹⁰⁶ *Jornal da Bahia*, 25 de janeiro de 1963, p. 1.

¹⁰⁷ BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O golpe de 1966, o movimento estudantil na UFBA e a resistência a Ditadura militar (1964-1968)*. UFBA, 2008, p. 25.

¹⁰⁸ A TARDE, 9 de fevereiro de 1963, p. 4.

intenção de criar um programa que oficialmente promovesse uma aliança entre o governo estadunidense e os países latino-americanos, conduzindo estes ao desenvolvimento econômico. O executivo norte-americano tinha a finalidade de estruturar a economia da América Latina, sendo esta uma forma de barrar o avanço do comunismo na região. Os Estados Unidos injetariam recursos públicos e privados na região, mediante a análise de projetos de desenvolvimento, sendo estes avaliados, para serem reconhecidos como responsáveis e identificados com os princípios democráticos¹⁰⁹.

No jornal *A Tarde*, a desconfiança sobre as intenções de Jango não deixavam de ser evidenciadas no que se refere à análise das atitudes do presidente frente às relações internacionais com os Estados Unidos. A primeira página do periódico “Kennedy faz severa advertência à política soviética em Cuba¹¹⁰”, destacava o discurso do presidente norte-americano advertindo a União Soviética contra o armamento de Cuba, no entanto, o jornal destaca a declaração feita por João Goulart que diante de tal conjuntura “é extremamente importante que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos assentem sobre bases sólidas e reais¹¹¹”. A publicação do pronunciamento do presidente foi exposta com satisfação, visto que o executivo nacional deveria estar em sintonia com os princípios democráticos.

O jornal *A Tarde* promovia os interesses das “classes médias”, dos médios empresários e fazendeiros, e dos interessados em investir na Bahia, destacando a necessidade de criar facilidades para atrair inversões industriais do sul e do exterior, bem como a criação de condições para a acumulação de capitais baianos¹¹². Era preciso garantir condições para que o Estado se tornasse sujeito político e a captação de recursos seria uma forma de industrializar com mais rapidez.

Em dia 18 de fevereiro de 1963, outra notícia seria destaque “Perigo maior de Cuba é a subversão da América Latina”, onde foi relatado o parecer do democrata Hubert H. Humphrey e do republicano norte-americano Kenneth B. Keating, referindo-se ao perigo da expansão comunista na América Latina, o periódico destacava o pedido dos relatores para definição de medidas para barrar tal avanço. No mesmo dia, ainda na primeira página, o jornal registra “O ‘Pravda’ elogiou nosso plano trienal”, abordando que o órgão oficial da União Soviética publicou artigo elogiando o Plano Trienal, afirmando que, embora não houvesse uma revolução radical no Brasil, as forças nacionais firmavam-se no país.

¹⁰⁹ SILVA, Vicente da. *A aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1962-1964)*. 2008, p. 12.

¹¹⁰ *A Tarde*, 8 de fevereiro de 1963, p. 1.

¹¹¹ *A Tarde*, 8 de fevereiro de 1963, p. 1.

¹¹² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. UFBA, 1982, p. 72-73.

Buscando enfatizar a boa relação com os norte-americanos, na continuação do texto, o jornal destacava o importante papel do embaixador Roberto Campos na construção de negociações entre o Itamarati e Washington, qualificando tal atitude como uma missão de vanguarda. Foi relatada, ainda, na primeira página a entrevista de Jango ao jornal norte-americano “The Economist”, onde o chefe do executivo brasileiro seria questionado sobre a necessidade do capital estrangeiro e das suas intenções com o governo de Cuba. Em resposta, João Goulart analisava a importância e o respeito à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, e avaliava a possibilidade de intermediação numa relação entre Cuba e os países americanos.

No início da década de 1960, a invasão da baía dos Porcos por cubanos anticomunistas, com apoio logístico da Marinha norte-americana, levou a uma maior aproximação entre o governo cubano e o da União Soviética, tornando a relação entre os Estados Unidos e Cuba mais tensa. A aproximação de Cuba com a União Soviética, fato novo para os países do Atlântico, exacerbou a produção de um discurso anticomunista na década de 1960, o que contribuiu para uma percepção negativa de parte dos brasileiros sobre o regime cubano¹¹³.

A preocupação com a análise norte-americana sobre o comunismo ficaria evidenciada no jornal *A Tarde* de 30 de março de 1963, quando o periódico avaliou um relatório do departamento de Estado dos Estados Unidos sobre os rumos do comunismo naquela década, destacando que aqueles anos seriam a fase final da segunda ofensiva comunista iniciada após a Segunda Guerra Mundial, e que determinaria o futuro do mundo as atuais decisões tomadas por Moscou e pelo Ocidente.

Assim, os soviéticos pretendiam aproveitar a fraqueza econômica e política dos países subdesenvolvidos para estabelecer regimes comunistas. Contudo, em tom otimista, o jornal avaliou que alguns fatos contribuiriam para barrar o avanço do comunismo pelo mundo, seriam eles: a crise de Berlim e de Cuba, a ampliação dos interesses entre América Latina e Europa, o empenho dos países em desenvolvimento de manterem sua independência, as dificuldades econômicas dos países comunistas e a preparação dos Estados Unidos para enfrentar uma ação militar. Finalizando o artigo, o comunismo foi tratado como um sistema corrompido desde sua origem, o que levaria a inúmeras dificuldades num mundo baseado na livre comunidade de nações.

O jornal *A Tarde* buscava ressaltar a importância do desenvolvimento econômico do Brasil como forma de barrar um possível fortalecimento do comunismo no país. Para isto,

¹¹³ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na Conjuntura do golpe de 1964*. UFBA, 2008, p. 46.

analisava a intenção norte-americana de investir na América Latina, enfatizando a necessidade de manter a relação entre Brasil e Estados Unidos. Como os investimentos estadunidenses seguiam alguns critérios, o periódico analisava as intenções do executivo nacional brasileiro e os caminhos esperados e considerados importantes na construção desta relação. O desenvolvimento pretendido pelas páginas do periódico almejava uma valorização da economia regional, de caráter conservador, que buscasse recolocar “os interesses da burguesia mercantil e financeira baiana no centro de um projeto de desenvolvimento consensual entre a burguesia”¹¹⁴.

Na primeira página, o jornal *A Tarde* destacava “Goulart em Natal: ‘O Brasil não se subordinará a ninguém’¹¹⁵”, analisando o discurso do presidente João Goulart sobre a luta pela soberania e liberdade do país, sem submeter-se a qualquer povo ou nação, destacava a importância das reformas de base como fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

As reformas de base propostas pelo governo Jango incluíam o controle sobre o capital estrangeiro e a nacionalização de setores considerados básicos da economia. Discursos deste tipo eram vistos como radicais e preocupavam alguns setores que exaltavam a necessidade dos investimentos estrangeiros. A tensão entre o capital estrangeiro e o governo brasileiro era refletida nos interesses dos conservadores. O jornal *A Tarde* expunha os interesses de uma elite que se preocupava com os ajustes entre o governo brasileiro e Washington, tendo em vista a necessidade do capital estrangeiro no desenvolvimento do país que, conseqüentemente, auxiliaria num cerco a qualquer interesse dos “subversivos”. Ao periódico interessava neutralizar os pensamentos nacionalistas e desenvolvimentistas, direcionando seus apelos para um movimento regionalista capaz de substituir com eficiência as ideologias de mobilização popular¹¹⁶.

O *Jornal da Bahia* apontava a preocupação dos norte-americanos com o Brasil. A reportagem “*Nota da embaixada visa o debate franco com os Estados Unidos*”, avalia:

A nota divulgada pela Embaixada do Brasil em Washington sobre os termos reais de ajuda norte-americana no desenvolvimento da economia brasileira constitui parte do programa para retirar o tônus emocional das negociações financeiras entre os dois países e trazê-las as suas verdadeiras dimensões¹¹⁷.

¹¹⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. UFBA, 1982, p. 90.

¹¹⁵ *A Tarde*, 3 de abril de 1963, p. 1.

¹¹⁶ *Ibid*, p 90.

¹¹⁷ *Jornal da Bahia*, 29 de janeiro de 1963, p. 3.

Interessante é a preocupação estabelecida pelo *Jornal da Bahia* com os interesses de todos os setores da economia. Em 5 de fevereiro de 1963, o periódico destacava o pronunciamento do presidente João Goulart ao Comando Geral dos Trabalhadores, solicitando ao operariado que apresentasse a sua opinião, e reconhecendo o ônus que o trabalhador tem com o custo de vida, prometeu cortar as subvenções a alguns produtos da balança de importação.

No contexto da Guerra Fria, o *Jornal da Bahia* buscou uma cobertura que fugisse da bipolarização estimulada pelas disputas geopolíticas entre EUA X URSS e, sem assumir uma posição pró-soviética, esforçou-se para evitar críticas de caráter tendencioso das agências norte-americanas. Desta forma, as publicações do periódico eram marcadas por posições que questionavam a hegemonia estadunidense na América do Sul¹¹⁸.

Uma definição bem explícita da defesa do fortalecimento da base econômica nacional, ficaria registrada na coluna do *Jornal da Bahia* “Aspectos da contradição Nacional¹¹⁹”, onde as reformas previstas pelo governo federal teriam sentido se saíssem do planejamento para a prática. O artigo citou a Estiva de Ilhéus, demonstrando que era neste porto que se pagava o mais cara custo de frete do mundo, prejudicando toda a economia regional, favorecendo a entrada dos produtos estrangeiros, constituindo-se numa contradição para um país que procura um desenvolvimento mais equilibrado.

No dia 12 de fevereiro de 1963, o *Jornal da Bahia* fez um resumo da reunião entre o Ministro da Fazenda SanTiago Dantas e a Associação Comercial da Guanabara. O encontro serviu para o ministro informar a “classe produtora” sobre a necessidade do corte de gastos públicos a fim de reorganizar o aparelho arrecadador, equilibrando as finanças do governo para o próximo ano. Explicou, ainda, a compra dos direitos das companhias estrangeiras no país. De um lado o ministro pretendia amenizar as preocupações dos investidores estrangeiros; e, de outro, mostrar que a intenção era o reinvestimento do capital obtido pelas empresas na venda em outras áreas no país, auxiliando na geração de emprego e desenvolvimento de outros setores da economia.

A primeira página do *Jornal da Bahia* destacava “Kennedy: missão dos Estados Unidos e da OEA é liquidar a subversão na América Latina¹²⁰”. O artigo apontava um relato norte-americano indicando Cuba como centro de treinamento de “subversivos” na América Latina para ações de sabotagem e guerrilha. Contudo, o periódico amenizava o debate com a

¹¹⁸ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p.105.

¹¹⁹ *Jornal da Bahia*, 23 de fevereiro de 1963, p. 3.

¹²⁰ *Jornal da Bahia*, 15 de fevereiro de 1963, p.1.

declaração do Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk, que não acreditava que Cuba fosse uma ameaça para os Estados Unidos e seus vizinhos.

O *Jornal da Bahia* assumia, em suas páginas diárias, o posicionamento frente à necessidade do Brasil tornar-se mais independente economicamente. O noticiário “Tem duas finalidades a política financeira¹²¹” dissertava sobre as declarações do Ministro San Tiago Dantas afirmando que a política financeira do Estado brasileiro visava preservar o poder aquisitivo do salário e avançar no processo de emancipação econômica do país.

Diariamente, o periódico mostrava satisfação com a possibilidade de entendimento entre o governo e as classes trabalhadoras, demonstra também a posição em favor do desenvolvimento independente do Brasil como forma de construir uma nação com menos problemas socioeconômicos.

A diferença de defesa entre o jornal *A Tarde* e o *Jornal da Bahia* refletia o embate entre duas forças sócio-econômicas fundamentais: de um lado os interesses multinacionais-associados; do outro, as classes trabalhadoras que passavam por um processo de intensa politização. O gradual ritmo de organização política das classes subordinadas acirrava as lutas de classe e tais acontecimentos precipitaram uma crise institucional que induziu a formação de uma frente burguesa que objetivava esvaziar o movimento da classe trabalhadora.

As reportagens sobre a preocupação norte-americana com o Brasil traz algumas reflexões. As demandas sociais e o avanço das reivindicações pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora no período presidencialista do Governo João Goulart ameaçavam a industrialização capitalista que fora financiada pelas políticas inter-relacionadas de associação do capital estrangeiro e da exploração da força de trabalho.

Existia uma elite conservadora preocupada com as transformações propostas por Jango, esta não acreditava em um desenvolvimento independente, logo se preocupava com as relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o norte-americano. O jornal *A Tarde* era o reflexo do pensamento desta classe dirigente na Bahia; por outro lado, o *Jornal da Bahia* demonstrava simpatia pelas reformas e possibilidade de um projeto que tornaria o Brasil mais independente do capital estrangeiro e voltado para as necessidades da população.

O perigo comunista

A atuação de forças anticomunistas no Brasil era visível nos dois momentos de colapso institucional da democracia brasileira (ascensão do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964) e, na década de 1970, onde setores do Exército Brasileiro da chamada “linha

¹²¹ *Jornal da Bahia*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

dura” combateram intensamente o comunismo de uma maneira geral e o Partido Comunista Brasileiro de uma maneira específica¹²².

As cúpulas militares de direita confundiam o combate aos setores populares e progressistas com a luta contra o PCB. E mais, o conceito de comunismo para a direita militar agregava o movimento sindical, as lutas estudantis, as ligas camponesas e as reformas de base.

Representado pelos conservadores, o anticomunismo brasileiro é um fenômeno político relevante¹²³. A imprensa brasileira teve papel de destaque na divulgação do fantasma comunista, exacerbando na descrição de notícias relacionadas ao caos administrativo brasileiro e na exposição de assuntos referentes à penetração do comunismo no Brasil¹²⁴. Em todo o país a difusão de denúncias sobre o perigo comunista foi feita mediante a produção de textos nos jornais comerciais, esse material era produzido por entidades voltadas para a propaganda anticomunista, como o IBAD, o IPES e a TFP¹²⁵.

A revolução cubana colocaria importantes questionamentos para a esquerda comunista brasileira, trazendo três importantes questões: a atualidade do socialismo nos países da América Latina; o questionamento que a revolução cubana trouxe sobre a possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo; o discurso sobre a importância da vanguarda revolucionária. O importante é entendermos que o processo de luta político-ideológico dos anos sessenta no interior das esquerdas brasileiras está vinculado à revolução cubana e suas conseqüências na América Latina¹²⁶, isto explicaria a crítica de setores mais conservadores à revolução cubana.

O exemplo cubano esteve presente em dois momentos das discussões da esquerda, tanto antes como depois do golpe de 1964: no questionamento sobre a revolução brasileira e na chamada teoria da dependência. A valorização de temas ligados a revolução no Brasil se dava num momento de esgotamento de um modelo de desenvolvimento, reivindicava-se mudanças de caráter sócio-econômico, a revolução era o horizonte estratégico, o exemplo

¹²² SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Sete matizes do rosa ou o mundo conta contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*, Salvador: UFBA, 2009, p. 191.

¹²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 16-17.

¹²⁴ TANNOUS, Simão Alves. A IMPRENSA NA DERRUBADA DO GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART (1963-1964). Caderno Caminhos da História (Universidade Severino Sombra), 2009, v. 5, p. 2.

¹²⁵ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 116.

¹²⁶ SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*, Universidade da Borgonha, Dijon, 2005, p. 26.

cubano era visto por alguns setores como o caminho possível no “impasse” enfrentado pelo Brasil, o que aterrorizava as alas conservadoras¹²⁷.

O comunismo não era uma preocupação exclusiva dos estadunidenses, o jornal *A Tarde* não cansava de demonstrar sua aversão ao sistema, sendo este o representante do conservadorismo baiano. Uma das figuras criticadas por seu posicionamento era Leonel Brizola, e na reportagem denominada “*Brizola patrocinador da subversão comunista*”¹²⁸, relatava que o político gaúcho incentivava o acampamento de homens sem terra, fazia a doutrinação comunista nos campos, criticava João Goulart e apontava o governo estadunidense como principal inimigo.

Já em 31 de janeiro de 1963, o jornal *A Tarde* apontava o pedido de Prestes aos trabalhadores para que fizessem greves pelo país, o que era justificado pela acusação ao presidente João Goulart e ao Plano Trienal de continuar contribuindo com a exploração imperialista. Destacamos que, neste momento, o presidente Jango não terá nenhuma associação com os interesses dos grupos considerados pelos conservadores como radical de esquerda, o que mudaria com os rumos dos acontecimentos nacionais. Existia uma vigília e desconfiança sobre o presidente, pois o periódico buscava alertar sobre a atuação dos comunistas no país.

O jornal *A Tarde* demonstrava, em suas páginas, um padrão que pode ser caracterizado como “pró-estadunidense, marcado pelo diálogo entre traços do liberalismo e valores aristocráticos, e anticomunistas”¹²⁹. O periódico transferiu aos Estados Unidos a responsabilidade de líder do bloco ocidental e de impedimento da expansão comunista na América.

Brizola tentaria, através do rádio e televisão, fazer um pronunciamento contra as posturas do Congresso Nacional frente à necessidade de reformas econômicas e sociais. Na reportagem “*Presidente não deixa Brizola falar para rádio nacional*”¹³⁰ descreveu a insatisfação de partidos da UDN e PSD com o possível ataque de Brizola ao Congresso, classificando o mesmo como antipatriótico. Contudo, existe uma defesa ao papel desempenhado pelo presidente João Goulart que teria apelado ao cunhado para não fazer o pronunciamento. Podemos perceber que, mesmo frente às desconfianças presentes num jornal decididamente conservador e anticomunista, o jornal *A Tarde*, inicialmente, não faz nenhuma

¹²⁷ Ibid., p. 29-30.

¹²⁸ *A Tarde*, 29 de janeiro de 1963, p. 1.

¹²⁹ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 13

¹³⁰ *A Tarde*, 7 de fevereiro de 1963, p. 1.

associação entre as posições políticas do Presidente João Goulart e a subversão, inclusive tendo a cautela de apontar como coerente suas manifestações frente à manutenção da ordem social. Logicamente, qualquer atitude mais suspeita poderia mudar a visão cautelosa sobre Jango, a desconfiança era uma realidade naquela conjuntura.

As declarações de Fidel Castro e a invasão frustrada a Baía dos Porcos foram caracterizados como o momento em que o jornal *A Tarde* associava a Revolução Cubana aos padrões negativos que avaliava o comunismo e a formalização da aproximação entre Cuba e a União Soviética, marcaram uma intensificação dos discursos anticomunistas nas páginas do periódico¹³¹.

Considerando que o temor anticomunista era uma marca daquela conjuntura e levando em consideração as ligações que Jango tinha com a esquerda, não podemos desconsiderar a desconfiança que pairava sobre o presidente, a mobilização social e alguns atores sociais. Ao contrário da perseguição do jornal *A Tarde* a personagens como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes, o tom do *Jornal da Bahia* era mais moderado, respeitando as opiniões destas figuras sobre o cenário nacional. O jornal *A Tarde* preocupava-se com as posturas do presidente frente às ações daqueles que queriam contrariar a ordem social.

Nos anos anteriores a consolidação do golpe civil-militar de 1964 os discursos anticomunistas foram intensificados e o jornal *A Tarde* recebia propaganda anticomunista de todo o Brasil¹³². Setores da elite incomodavam-se com a tendência considerada de esquerda do governo João Goulart, da mesma forma, mostravam insatisfação com o discurso popular e reformista do presidente, entendendo que existia uma aproximação com o modelo socialista.

Após a vitória de Jango no plebiscito, o *Jornal da Bahia* preocupou-se em evidenciar as intenções do Presidente. Em reportagem de 8 de janeiro de 1963, estabeleceu as prioridades ditas pelo novo governo: reforma agrária, reforma fiscal e bancária. A preocupação com a conjuntura internacional também estava nas páginas deste periódico, pois, em 9 de janeiro de 1963 o periódico analisou a ida de SanTiago Dantas aos Estados Unidos em busca de empréstimos necessários a estratégia do novo governo. Porém, seria no editorial, especialmente posto na primeira página, que o *Jornal da Bahia* demonstrava sua simpatia pelo Presidente:

Mas sobreviveram as desconfianças, as maquinações políticas e reavivaram-se certas reservas que lhe eram feitas em círculos militares e conservadores, fatores esses que prevaleceram fortemente, quando se aventou, pela primeira

¹³¹ Ibid, p. 85.

¹³² Ibid, p. 89.

vez, negra pura e simplesmente a sua posse, e mais tarde quando se optou pela solução parlamentarista. O Sr. João Goulart, em todo esse episódio – justo é reconhecê-lo agora – portou-se com equilíbrio, ponderação e decisão digamos de um estadista experimentado, em nenhum momento preferindo o caos e a guerra civil como preço para conservar os poderes. Aceitou tudo tranqüilo. Mas, fazendo lembrar a argúcia política do velho Vargas, à sombra do qual se firmou no cenário nacional. [...] É grande, por conseguinte, a responsabilidade do Sr. João Goulart, a partir de hoje. Ele tem o dever indeclinável de não trair a confiança do povo brasileiro. Não que se esperem milagres, nem passes de mágica, através dos quais seriam resolvidos todos os grandes e graves problemas que ali estão¹³³.

O equilíbrio apontado e a necessidade de dar tempo ao presidente para resolver as questões nacionais demonstram a esperança depositada pelo periódico em João Goulart. O *Jornal da Bahia* era liderado por João Falcão e nasceu do sonho de desvincular-se de uma imprensa baiana “*conservadora e vinculada a líderes políticos*”¹³⁴. Quando do lançamento do *Jornal da Bahia*, João Falcão já havia se afastado do Partido Comunista, contudo, alguns jornalistas que atuavam no jornal O Momento¹³⁵ foram contratados. O jornal traria uma visão diferenciada da conjuntura política marcada pela Guerra Fria.

Percebemos no editorial que a cobrança do *Jornal da Bahia* sobre o executivo nacional seria relacionada à necessidade de combate aos problemas sociais do Brasil. Independentemente do seu afastamento do PCB, João Falcão continuava com esperança de mudanças significantes na sociedade. Em depoimento a Daniel Chalegre ele afirmava “que um jornal era a melhor forma de continuar aquela luta pelo socialismo no Brasil”¹³⁶.

Na tentativa de construir uma visão diferenciada, em 15 de janeiro de 1963, a reportagem destacava o anúncio dos secretários do governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, e da intenção deste de reunir-se com o presidente Goulart, bem como demonstrou a sensibilidade dos líderes comunistas, como o líder soviético Nikita Krushev em pronunciamento ao VI Congresso do Partido Socialista Operário de Berlim Oriental, onde este se preocupava com a necessidade da coexistência pacífica e refletia sobre o perigo do poder atômico. O jornal chegou a enfatizar que:

Desde o momento em que as divergências entre a China Comunista e a Rússia passaram a acentuar-se, Krushev tem intensificado os seus pronunciamentos em favor da paz e, não obstante a má vontade de

¹³³ *Jornal da Bahia*, 25 de janeiro de 1963, p. 1.

¹³⁴ FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 10.

¹³⁵ *Jornal do Partido Comunista que encerrou suas atividades em 1957*.

¹³⁶ MATTOS, Sérgio (org.). *Memória da imprensa contemporânea da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2008, p. 140.

determinados círculos ocidentais, que se comprazem em atizar lenha a guerra fria.¹³⁷

No que se refere ao comunismo e, especificamente a Cuba, percebemos uma distinção importante entre o *Jornal da Bahia* e o jornal *A Tarde*. O primeiro utilizou-se da Agence France-press (AFP) para construir seus noticiários sobre o tema, enquanto que o segundo usou a Associated Press (AP). Essas agências internacionais de notícia têm seus interesses vinculados aos países e estruturas as quais estão vinculadas. A AP era marcadamente liberal e anticomunista, vinculando ao projeto norte-americano de bloqueio a penetração comunista na América¹³⁸. Contrariamente, a AFP que diferencia-se de maneira considerável no tocante a abordagem e quantidade de informação, permitindo um quadro mais abrangente em relação ao tema¹³⁹.

Na mesma data, o *Jornal da Bahia* destacaria a referência de Brizola a Petrobrás, apontando que a empresa é o próprio Estado brasileiro e deve ser intocável. Analisando a importância da estatal para garantir a soberania e a garantia da economia do povo brasileiro. O *Jornal da Bahia* demonstrava seu apoio às iniciativas que defendiam uma política econômica independente e de soberania nacional.

Recursos internacionais e a política socioeconômica brasileira

No mês de março de 1963, a conjuntura política foi marcada pela viagem do Ministro Francisco de SanThiago Dantas aos Estados Unidos para renegociação da dívida externa brasileira, bem como uma possível ajuda financeira. O jornal *A Tarde* concentrou boa parte de suas páginas a visita do ministro aos norte-americanos. As primeiras notícias traziam um tom otimista. Como na reportagem intitulada “500 ou 700 milhões de dólares para o Brasil”, onde o boletim das autoridades americanas demonstrava simpatia e confiança nas autoridades brasileiras. Contudo, fatos tocantes ao comunismo não podiam ficar de fora do debate. Segundo a reportagem, o ministro Dantas teria dito:

O Brasil ‘prossegue menos preocupado com a subversão comunista do que com o desenvolvimento econômico como ameaça para a América Latina’. Acrescentou que a manutenção das relações diplomáticas com Cuba não constitui uma ameaça para o Brasil e que ‘o governo tem força e segurança suficiente para enfrentar qualquer tentativa de subversão comunista’¹⁴⁰.

¹³⁷ *Jornal da Bahia*, 20-21 de janeiro de 1963, p. 3.

¹³⁸ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 28.

¹³⁹ *Ibid*, p. 113.

¹⁴⁰ *A Tarde*, 13 de março de 1963, p. 1.

A preocupação em afastar qualquer influência comunista do Brasil é uma das principais inquietações tanto dos norte-americanos como dos setores conservadores brasileiros. Afinado com o projeto norte-americano de combate a penetração comunista na América, o periódico reproduz os estereótipos e propagandas oriundas dos Estados Unidos, fortalecendo o combate ao “perigo vermelho”¹⁴¹. Tal observação foi notada a partir de 16 de março de 1963 quando o tom de preocupação tomou conta das páginas do jornal *A Tarde*. Em reportagem intitulada “Afirmção de Washington: comunistas infiltraram-se no governo brasileiro” o jornal relatou a apreensão do embaixador norte-americano Lincoln Gordon com a subversão no Brasil e, ainda, descreveu que o Congresso norte-americano estaria destinado a impedir a concessão de ajuda econômica devido à infiltração de comunistas no governo de João Goulart.

A inquietação do jornal *A Tarde* com a visão dos estadunidenses sobre a política nacional compactuava com a idéia de necessidade do capital estrangeiro para direcionar a economia nacional. Uma possível reprovação de empréstimos do governo norte-americano implicaria na dificuldade de captação de recursos para acelerar o desenvolvimento econômico do país, e a responsabilidade de uma possível negativa seria atribuída à incapacidade do governo de João Goulart no plano das relações internacionais.

O relatório do embaixador Gordon traria mais repercussões. O jornal *A Tarde* publicou, “Em crise as relações Brasil-Estados Unidos”¹⁴², afirmando que o presidente Goulart exigia do presidente Kennedy esclarecimentos sobre a notícia de infiltração comunista em seu governo. Na reportagem, o diário apontava as atuações de Luis Carlos Prestes e sua declaração de apoio ao Governo Goulart, anotando, ainda, o pedido de Prestes para que fossem suspensas as negociações financeiras até uma melhor explicação de Gordon. Finalmente, o noticiário intitulado “Prosseguem normalmente as negociações”¹⁴³, apontava que tudo não havia passado de um mal entendido e que a missão de SanThiago Dantas continuava. A situação seria regularizada e o Brasil conseguiria obter a ajuda financeira.

A concepção de uma ideologia propagada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria foi possível através de uma ampla rede de exportação de notícias. A fabricação de idéias consensuais deveu-se a ação de gabinetes oficiais norte-americanos, agências internacionais de notícias e publicidade colaborativas, e jornais conveniados pelo mundo,

¹⁴¹ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p 28-29.

¹⁴² *A Tarde*, 18 de março de 1963, 1.

¹⁴³ *A Tarde*, 19 de março de 1963, p. 1.

entre eles o jornal *A Tarde*¹⁴⁴. O periódico não se tornava um reprodutor das propagandas norte-americanas, a apropriação do conteúdo proposto pelos estadunidenses associava-se com as particularidades da realidade baiana.

No texto do *A Tarde*, denominado “Há ou não há infiltração comunista nas cúpulas brasileiras”, observamos a opinião do periódico sobre o caso. O documento abordou a participação de Brizola, do líder sindical dos marinheiros e do presidente da UNE no Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. O artigo era preciso em suas palavras:

Estavam para desagrar e protestar contra as declarações do Sr. Lincoln Gordon, e para provar que tais declarações são verdadeiras. Aliás, todo mundo sabe que há em nosso governo declarações simpáticas a Fidel Castro, que hoje representa inequivocamente a desejada cabeça de ponte dos soviéticos¹⁴⁵.

O jornal *A Tarde* via como fundamental a ajuda norte-americana no auxílio do desenvolvimento do Brasil, e preocupava-se com a circulação de figuras associadas ao comunismo no país. A atuação destas poderia atrapalhar na continuidade de empréstimos e financiamentos em nosso país. Não podemos esquecer que o empréstimo econômico era visto pelos conservadores e governo estadunidense como forma de combate ao crescimento do comunismo na América Latina, e que estas concessões estavam condicionadas ao bom direcionamento político dos governos latino-americanos. A suspeita da presença dos simpatizantes do comunismo no executivo brasileiro poderia ser uma barreira a liberação de empréstimos.

Por outro lado, o *Jornal da Bahia* expunha as relações Brasil-Estados Unidos, com a reportagem “Negociações econômicas entre Brasil e EUA começam dia 11¹⁴⁶”, e destacava a atuação do embaixador Roberto Campos e do Ministro SanTiago Dantas com Lincoln Gordon e representantes norte-americanos para conseguir empréstimos para o Brasil. Na mesma página, uma nota chamaria atenção, “Recursos do Exterior devem vir da Sudene, afirma o Governador M. Arraes”, relatando a opinião do Governador pernambucano que defendia a atuação da SUDENE no controle de qualquer capital obtido, para não prevalecer o interesse de um estado sobre o outro e, ainda, questionava de que forma os recursos obtidos poderiam efetivamente auxiliar no desenvolvimento do Nordeste.

De início, observamos a preocupação do *Jornal da Bahia* em relatar a opinião de um Governador considerado, por grande parte da imprensa e política, como um homem vinculado

¹⁴⁴ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 29.

¹⁴⁵ *A Tarde*, 30 de março de 1963, p. 5.

¹⁴⁶ *Jornal da Bahia*, 5 de março de 1963, p. 1.

as idéias comunistas e ao mesmo tempo, sentimos um tom de defesa ao destacar que Miguel Arraes não era contrário aos empréstimos, e que sua preocupação estava na forma como os mesmos poderiam ser utilizados. Tanto pela sua constituição (ex-militantes, simpatizantes e integrantes do PCB) como por sua visão progressista sobre determinados assuntos, o periódico era visto de forma desconfiada pelos conservadores.

Em 6 de março de 1963, o *Jornal da Bahia* destacou a opinião do Embaixador americano Lincoln Gordon que denunciava a presença de atividade comunista no Brasil. A reportagem intitulada “Gordon depôs sobre ‘ação comunista’ de Cuba em nosso país”, ainda apontava a opinião do Ministro da Justiça norte-americano Robert Kennedy que considerava difícil o diálogo com algumas autoridades brasileiras, as quais considerava extremistas. Bem como ocorreu com o jornal *A Tarde*, o *Jornal da Bahia* traria reportagens demonstrando a preocupação dos norte-americanos com a influência comunista no Brasil e o repúdio do governo brasileiro a tais afirmações. Contudo, o texto denominado “O Brasil cresce na América Meridional”, trazia opiniões favoráveis a independência econômica brasileira e uma crítica sutil à preocupação americana com a possível influência comunista:

Naturalmente, para o povo brasileiro a conjuntura teria sido muito melhor se o Brasil já tivesse adquirido sua independência econômica. Enquanto tal não ocorrer, grande parte do resultado do nosso esforço se escoará indebitamente para o exterior. É o que sempre sucede nos países sub-desenvolvidos, e nos pré-industrializados, como o Brasil. [...] Seguimos o nosso caminho por conta própria. Prosperamos muito. Batemos recordes¹⁴⁷.

As considerações dos norte-americanos sobre a infiltração comunista, bem como as análises sobre o executivo no Brasil, eram vistas como fruto de um país exageradamente dependente pelo *Jornal da Bahia*. Para este, as vitórias ocorridas no campo econômico deveriam caminhar para um processo de independência e transformação social.

Reforma Agrária

Outra questão que rondava o cenário nacional e as páginas da mídia impressa era a reforma agrária. Por volta dos anos 1960, consolidou-se a idéia de que a questão agrária deveria ser resolvida no Brasil. A concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos seria responsável por um conjunto de problemas que envolveriam a fome, miséria, baixa

¹⁴⁷ *Jornal da Bahia*, 19 de março de 1963, p. 3.

escolaridade e falta de estrutura da população rural. Estes problemas, passaram a ser vistos como entraves a industrialização e ao desenvolvimento econômico do país¹⁴⁸.

Avaliando o tema, o jornal *A Tarde* destacaria “*A agricultura atrasou o desenvolvimento do país*¹⁴⁹”. A notícia informava sobre o pronunciamento do governo Goulart que comentava a necessidade de reformas, este demonstrava a preocupação em melhorar a produtividade agrícola.

Em outra reportagem, “*Presidente retém reforma Agrária para conseguir a da constituição*¹⁵⁰”, o periódico expunha a atitude de Goulart de somente enviar o projeto da reforma agrária depois que o Congresso fizesse a reforma constitucional, pois esta precisava ser alterada para que novos artigos ajudassem na reformulação da política agrária. Ainda, destacaria a fala de Edgar Teixeira Leite (vice-presidente da Confederação Rural Brasileira) “O arrendamento compulsório da propriedade, conforme consta no novo projeto da reforma agrária, preparado pelo governo, é altamente prejudicial à agricultura, pois desorganiza a produção e impede a concessão de créditos pelos bancos¹⁵¹”.

De início, a preocupação do periódico era alertar sobre o perigo de uma reforma agrária radical, nos moldes dos “países comunistas”. A necessidade de reformas fazia parte do cenário nacional, Leonel Brizola realizava intensas campanhas em favor das mesmas, por vezes, incitando a população. Como já foi dito, os jornais mais conservadores associavam suas atitudes a uma postura subversiva. Em reportagem do *A Tarde*, “*Brizola ameaça mobilizar os quartéis pela reforma de base*¹⁵²”, o diário avaliava a intenção do político gaúcho que pretendia iniciar uma campanha com mobilização popular pelas reformas de base imediata, convocando os quartéis para participar, salientando que os militares sabiam a necessidade de enfrentar o latifúndio, a fome, a miséria e a espoliação econômica.

A perspectiva do periódico era chamar a atenção para a fala de Brizola, alertando o executivo nacional sobre a necessidade das reformas pelas vias democráticas, impedindo que os comunistas ganhassem espaço e usassem do radicalismo para mudar a estrutura social. É importante destacar que o jornal *A Tarde*, no início dos anos 60, abandonou os interesses da oligarquia fundiária e passou a defender a reforma agrária. O que significava o rompimento

¹⁴⁸ GRZYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57.

¹⁴⁹ *A Tarde*, 16 de março de 1963, p.1.

¹⁵⁰ *A Tarde*, 22 de março de 1963, p.1.

¹⁵¹ *A Tarde*, 22 de março de 1963, p.1.

¹⁵² *A Tarde*, 10 de abril de 1963, p. 1.

com o coronelato defensor das práticas ultrapassadas e improdutivas de renda da terra e a aproximação com os setores do coronelato que começavam a empresariar a terra¹⁵³.

No dia 2 de maio de 1963, o periódico publicou a matéria “*Goulart pede a união dos trabalhadores: reformas*”. A reportagem apontava um discurso feito na Praça da Bandeira por Goulart, em que o Presidente afirmava a necessidade das reformas de base e, principalmente, da reforma agrária, acentuando que era preciso a união da classe operária para o sucesso das reformas.

Coincidentemente, um dia após o apelo de Goulart, em 5 de maio de 1963, o periódico traria uma reportagem denominada “*Bispos são favoráveis à reforma constitucional*”, com a opinião da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sobre as reformas, os bispos demonstravam-se favoráveis, destacando entre elas a necessidade de redistribuição de terra a partir de uma justa indenização. O jornal apontava a necessidade da cordialidade e bom senso como formas capazes de realização das reformas. E, ainda, no texto “*A Igreja e as reformas*” colocaria:

Sobrepassando as miúdas querelas e os chãos preconceitos, soube, por exemplo, levantar a campanha em favor da reforma agrária, chegando a arrebatar dos comunistas essa bandeira que era, até então, sua música de fundo, diante das multidões campesinas desesperadas. Hoje, ninguém se arreceia de propugnar por uma revisão agrária coerente, que respeite os direitos naturais de cada um, tanto o da propriedade individual, como o do direito ao trabalho da terra¹⁵⁴.

Enquanto a CNBB surpreendia com declarações favoráveis ao favorecimento de transformações urgentes das estruturas sociais, com reformas na estrutura rural, o arcebispo baiano, D. Augusto, em consonância com a ala conservadora contrária a reforma agrária, defendia a integridade da constituição, posicionando-se contra a reforma da constituição o que era necessário para a realização da reforma agrária¹⁵⁵.

Enfatizando a necessidade de respeito a propriedade privada, a reportagem intitulada “*O direito de propriedade*”, demonstraria o conservadorismo do periódico e o receio de uma reforma agrária feita com uma participação social efetiva:

E entre estes direitos queremos hoje assinalar aquele que está sofrendo ataques dos que pretendem fazer uma reforma agrária apressada, estouvada, demagógica, imprudente, e até diríamos criminosa. [...] E é preciso lembrar que o totalitarismo procura submeter totalmente as atividades sociais ao controle estatal, enquanto os democratas, defensores da coisa

¹⁵³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia. UFBA, 1982, p. 72.

¹⁵⁴ *A Tarde*, 6 de maio de 1963, p. 5.

¹⁵⁵ ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na Conjuntura do golpe de 1964*. UFBA, 2008, p. 81.

impropriamente chamada de propriedade privada, procuram guardar e defender a autonomia e a espontaneidade da sociedade por seus grupos naturais¹⁵⁶.

A coluna de 16 de maio de 1965, “*Pela Reforma*”, deixaria ainda mais evidente a opinião do jornal:

Das reformas necessária hoje, a mais importante, hoje, é a agrária – que não significa a revisão total da propriedade rural, no país, mas o aproveitamento da terra e o encaminhamento do homem do campo para condições de trabalho que realmente lhe permitam viver com decência¹⁵⁷.

Outro editorial, “*Agitadores em Campo*¹⁵⁸”, merecia atenção, avaliando a crescente invasão de terra e motins na área rural da Bahia e qualificava o estado como uma antiga área de paz, mas alertava para um possível plano de agitadores subversivos interessados em assaltar o interior da Bahia. Para os editores, o movimento ocorria no momento em que o Congresso passava a analisar a Reforma Agrária e da Constituição.

As páginas do jornal *A Tarde* eram favoráveis a uma reforma agrária que respeitasse os princípios democráticos, que não passasse por cima dos interesses dos proprietários de terra e não tivesse aproximação com os interesses dos comunistas. No fundo, a elite proprietária representada pelo jornal *A Tarde* não desejava uma reformulação tão ampla da política agrária.

O *Jornal da Bahia*, em 12 de março de 1963, noticiava “*Brito: Governo enviará projeto de reforma agrária aos partidos*”, relatando que o deputado Oliveira Brito enviaria aos partidos uma cópia do anteprojeto da reforma agrária. O periódico alertava “*Governo ultima anteprojeto da lei da reforma agrária: pontos principais*¹⁵⁹” explicando a desapropriação dos latifúndios e das áreas trabalhadas por terceiros no esquema de parceria, e que o pagamento seria feito em títulos especiais da dívida pública.

No noticiário de 16 de março de 1963, “*Jango: política de desenvolvimento deve ser uma política de reformas*”, o *Jornal da Bahia* enfatizava o pronunciamento de João Goulart que apontava a preocupação com os problemas do país, destacando a reforma agrária, administrativa e tributária como as mais importantes. O *Jornal da Bahia* mostrava-se feliz com a política de reformas propostas pelo governo Goulart, e a reportagem intitulada “*A cultura dos campos*”, deixaria explícito o ponto de vista do periódico referente a reforma agrária:

¹⁵⁶ *A Tarde*, 11 de maio de 1963, p. 5.

¹⁵⁷ *A Tarde*, 16 de maio de 1963, p. 5.

¹⁵⁸ *A Tarde*, 2 de junho de 1963, p. 5.

¹⁵⁹ *Jornal da Bahia*, 15 de março de 1963, 1.

Não se faz porém, agricultura somente com escolas de agronomia e agrônomos, mas, sobretudo, com estradas, com transportes, com saneamento rural com a garantia da propriedade agrícola contra a força extorvia de certos chefes, com o preparo das massas trabalhadoras, com o pagamento de um salário capaz de assegurar vida modesta, porém digna do ser humano¹⁶⁰.

O *Jornal da Bahia* continuava a demonstrar a opinião de políticos considerados subversivos pelos conservadores. Em 23 de abril de 1963, o noticiário destacava “*Arraes: subversivos são os que se opõem as reformas*”. A publicação apontava a opinião do governador pernambucano Miguel Arraes que caracterizava como subversivos os que se opunham as reformas consideradas como necessárias para a melhoria de vida no Brasil, visto que as mesmas determinariam o fim da exploração, representaria o avanço democrático e a esperança do povo. A mensagem do político defendia a reforma agrária como direito para os que:

Trabalham a terra e não a desfrutam – pela reforma agrária – dos que não tem onde morar – pela reforma agrária – dos que aprendem a ler, não votam, não comem, não curam as doenças, dos que tem sede e fome de justiça¹⁶¹.

No dia 7 de maio de 1963, o *Jornal da Bahia* noticiou “*C.G.T. decretará greve geral se houver protelação das reformas*”, destacando a convocação do Comando Geral dos Trabalhadores para uma paralisação de 24 horas, no dia 25 de maio, caso a aprovação das reformas de base fosse protelada. O apoio à reforma agrária estava presente no *Jornal da Bahia*, contudo, existia uma crítica a forma como ela foi proposta. O artigo denominado “*Bilhetes de Brasília*”, explicaria:

A questão, entretanto, não está em dar uma rocinha a quem não a possui, tomando-a de quem tem em demasia. Não. A reforma agrária desejada, ou como a desejam as parcelas esclarecidas da opinião pública, ou como é de conveniência do meio rural brasileiro não esta apenas naquilo. Há muita gente que possui terra e não a pode explorar, por que não tem condições financeiras, nem técnicas para isso. Assim, ao propiciar, ao lavrador umas tarefas que serão suas, para o cultivo seu, e lucro somente seu, para o seu bem estar e conseqüentemente o alterar da estrutura econômica que ai está, com a felicidade coletiva, é preciso assegurar-lhe a assistência técnica que o faça aproveitar bem a área que lhe coube, é o credito que lhe permite o desenvolvimento de sua terra¹⁶².

Vivenciando numa sociedade conservadora e baseada nos ensinamentos religiosos, o *Jornal da Bahia* não deixou de expor a opinião da Comissão Central da Conferência Nacional

¹⁶⁰ *Jornal da Bahia*, 18 de abril de 1963, p. 2.

¹⁶¹ *Jornal da Bahia*, 23 de abril de 1963, p. 3.

¹⁶² *Jornal da Bahia*, 10 de maio de 1963, p. 3.

dos Bispos do Brasil (CCCNBB) sobre as reformas do Presidente Goulart, o que ocorreu no editorial de 11 de maio de 1963, “*O apoio da Igreja as reformas de base*”, em que a atitude dos bispos em defender as reformas e, conseqüentemente, as estruturas sociais do país, foi elogiada.

Falcão relatou que o Cardeal da Silva o questionou sobre a possível afinidade entre o JB e o Partido Comunista, respondendo que “nosso propósito é fazer um jornal independente, essencialmente informativo, fora e acima de ideologias, religiões e grupos econômicos. Nossa bandeira é a informação livre¹⁶³”.

O *Jornal da Bahia* mostrava-se favorável à política do Presidente Goulart, observando como fundamentais as reformas para a melhoria social e econômica do país. Quando faziam alguma crítica, era no sentido de melhoria das propostas, demonstrando a necessidade de incentivos técnicos e econômicos para garantir o sustento do trabalhador.

Outras questões

As dificuldades enfrentadas pelo governo João Goulart impossibilitava a concretização das reformas propostas, o governo passou a sofrer mais pressão da classe trabalhadora e, com o tempo as cobranças aumentavam. A esperança por mudanças era freada pelos limites daquela conjuntura marcada pela exacerbação da Guerra Fria, impossibilidade de realizar as reformas sociais devido à mobilização da coalizão conservadora e a insatisfação da classe trabalhadora que esperava mudanças significativas de sua condição de vida.

O presidente Jango não desfrutou de um acordo social que viabilizasse a compatibilização das demandas sociais exacerbadas e conflitantes naquele momento. Paulatinamente, a cobrança por reformas imediatas e pela necessidade de reestruturação econômica exigidas pelo jornal *A Tarde* foram sendo substituídas por noticiários que exageravam sobre os problemas considerados perigosos para a nação. Inicialmente, uma reportagem denominada “Esquerda Universitária” afirma:

Acontecimentos posteriores obrigaram-nos a abandonar uma série de artigos em que tentávamos expor alguns traços sobre a divisão ideológica do país, insertando alguns artigos sobre assuntos correlatos, embora mais interruptivos de série. Hoje, entretanto, em que pese estar o país cheio de temas momentosos preferimos voltar a velha trilha. [...] Raciocinam pelo método como ensina o materialismo histórico. É um ensinamento da grande crise brasileira – e, em geral, de nossos tempos - que isto tenha podido acontecer. [...] Aliás, é próprio da juventude a atitude reformista, revoltada para com o mundo e a sociedade em que vive. É a idade da oposição

¹⁶³ FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 31-32.

sistemática, mesmo dentro do próprio lar, onde os pais nem sempre conseguem perceber o momento de transição em que vivem os jovens¹⁶⁴.

O texto faz uma referência à crescente politização da juventude brasileira, onde os jovens teriam uma tendência natural a ser de esquerda pelo seu espírito reformista, qualificando a entrada da juventude na esquerda como doença passageira. Contudo, alertava que uma forma de evitar esta inclinação ideológica era combatendo os problemas crônicos da realidade brasileira. Mais uma vez, o periódico colocava a idéia de que a ideologia socialista só é possível graças aos problemas socioeconômicos.

As reformas propostas por Jango incomodavam a ala conservadora, estas incluíam controle sobre o capital estrangeiro, nacionalização de setores considerados básicos, direito de voto ao analfabeto e praças de pré, extensão do direito de elegibilidade a todos os militares e a legalização do Partido Comunista. Em meados de 1963 o executivo nacional via sua atuação limitada pela incapacidade da ala conservadora em apoiar as reformas propostas. Neste contexto, a radicalização do discurso anti-Cuba feito pelo *A Tarde* foi seguido pelo esforço em associar a realidade cubana com a instabilidade política do governo brasileiro, juntamente com a associação da existência de agentes comunistas interessados em implantar um governo de esquerda no país¹⁶⁵.

Em uma reportagem do dia 2 de junho de 1963, “Os Jovens e a realidade brasileira”, o jornal *A Tarde* citou três pontos considerados fundamentais para a participação da juventude em movimentos de esquerda. Em primeiro lugar, temos os problemas sociais e econômicos próprios de um país subdesenvolvido, dificuldades como o analfabetismo e o desemprego; o segundo, o desejo de aventura e a imaginação desorganizada associadas a uma falta de assistência espiritual e moral; e, por último, a desconfiança da capacidade dos adultos resolverem os problemas. Assim, o jovem prefere agir, muitas vezes, caindo na mão de figuras subversivas interessadas em levar vantagens.

As greves ganharam destaque nos periódicos estudados. No dia 5 de junho de 1963, em manchete de primeira página do jornal *A Tarde* estampava “Greve faz parar o pôrto de Santos”, tratando da paralisação dos portuários devido à interdição do sindicato da categoria e, ainda, a possibilidade de greve em toda a baixada santista. No mesmo dia, uma reportagem do periódico tentou explicar a intervenção militar que ocorreu na Petrobrás, destacando a indicação da nomeação de um general para o comando da empresa frente às ameaças:

¹⁶⁴ *A Tarde*, 1 de junho de 1963, p. 5.

¹⁶⁵ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal a Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 100.

Na verdade, dois aspectos sérios calaram, profundamente no espírito do presidente João Goulart: um, o enorme déficit que resultou da atual gestão, tamanho que, por si só, é um perigo para a sobrevivência da empresa. Outro, a infiltração comunista, nos quadros da Petrobrás [...]. Como consequência, acumulavam-se greves, derrubava-se a hierarquia [...]. O espírito de trabalho ausentou-se do espírito de muitos que seguiam as idéias e os ideais subversivos de certos líderes¹⁶⁶.

As greves reivindicatórias aconteceram por todo o país, a crítica a política econômica do governo, a mobilização dos grupos de esquerda e de direita, e a revolta dos sargentos permitiu o surgimento de um clima de instabilidade política e econômica no país¹⁶⁷. A primeira página do jornal *A Tarde* estampou: “Acaba greve em Santos: presidente foi atendido¹⁶⁸”, expondo o fim da paralisação ocorrida a pedido do presidente João Goulart. Contudo, o texto destacava a existência da greve dos padeiros em Niterói e dos bancários em Brasília. A reportagem analisava o encontro entre integrantes da CGT e o presidente Goulart, quando os representantes dos trabalhadores reforçavam a necessidade do uso da greve para pressionar a aprovação de emendas constitucionais que representassem o interesse da categoria. O jornal destacava o pedido dos representantes da CGT para que o presidente rompesse com o FMI e a negativa do chefe do executivo frente ao pedido, o periódico afirmava que Jango estava disposto a impedir qualquer medida lesiva aos interesses nacionais.

Os rumos da política internacional também preocupava o jornal *A Tarde*. Existia um rumor sobre a possibilidade de declaração de moratória do governo brasileiro ao FMI. O periódico comentou o tema no dia 8 de Junho de 1963, na reportagem onde analisou o risco do crescimento de figuras do governo favoráveis a moratória. O medo era que tal medida passasse a inviabilizar o acesso a empréstimos estrangeiros. E chegou a questionar se os governadores do nordeste conseguiriam elaborar seus planos de desenvolvimento sem o financiamento vindo do exterior.

Caso a moratória se concretizasse, o executivo nacional passaria por cima dos interesses regionais deixando-os despreparados para conseguir os recursos internacionais necessários. O receio do periódico era com a incapacidade do governo brasileiro em conduzir a nação sem empréstimos internacionais, a moratória barraria o investimento estrangeiro no país. Além da denúncia dos riscos da penetração comunista no governo de Goulart, o governo

¹⁶⁶ A TARDE, 5 de junho de 1963, p. 5.

¹⁶⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 119.

¹⁶⁸ *A Tarde*, 6 de junho de 1963, p. 1.

brasileiro era pressionado pelos norte-americanos e pelo FMI para sanar os problemas econômicos¹⁶⁹.

Evidente era o aumento da preocupação com o excesso de greves. A primeira página do jornal *A Tarde* destacava “Portuários de todo o Brasil entram em Greve¹⁷⁰”. Demonstrando a solidariedade dos estivadores de todo o Brasil aos portuários de Santos, após a retomada das paralisações no porto de Santos frente às intervenções de Ademar de Barros nos Sindicatos. A reportagem trazia a declaração do ministro da Viação afirmando que os soldados das três armas substituíram os estivadores no decorrer da greve. Diante das greves e instabilidade apontadas no jornal *A Tarde* numa reportagem intitulada as “Habilidades do Presidente” afirmava:

Diante da realidade brasileira, uma figura de prol permanece como vestal, ninguém conhecendo seus reais pensamentos – isto, no sentido de que não existe um esquema a que ele se filie, uma confraria ideológica a que pertença. [...] Sua figura, ou, por outra a filosofia de seus últimos atos, porém, é a de uma pessoa que se reserva da linha de frente e que se compraz em jogar em ambos os extremos, vez por outra, apenas espiando a estrada, por isso mesmo como apaziguador. Ele mesmo gosta de alardear essa sua posição descompromissada. Uma vez chegou a declarar-se um apagador de incêndios¹⁷¹.

O texto tratou, ainda, da necessidade do presidente em se posicionar frente a situação que passava o país, afirmando que esta era uma cobrança que começava a ser também do povo, esperançoso de posicionamentos firmes. A paciência com o presidente começava a se esgotar.

As preocupações do *Jornal da Bahia*, entretanto, eram outras. Com o decorrer do governo Goulart, o periódico demonstrava satisfação com o trabalho dos órgãos do governo federal, que dava atenção às reivindicações de todos os setores da sociedade. No dia 1º de junho de 1963, a reportagem “Classes produtoras debateram com representantes do BB”, destacava o diálogo entre o diretor da Carteira de Crédito Geral e o Chefe do Gabinete da presidência do Banco do Brasil e as “classes produtoras” baianas. A discussão passava pela reivindicação da indústria e comércio baiana por garantias de empréstimos.

A relação entre o *Jornal da Bahia* e as greves era mais cautelosa. A cobertura sobre a greve do porto de Santos foi menos amedrontadora. No dia 9 de junho, o diário realçou o fim

¹⁶⁹ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 95-96.

¹⁷⁰ *A Tarde*, 7 de junho de 1963, p. 1.

¹⁷¹ *A Tarde*, 15 de junho de 1963, p. 3.

de greve, destacando que a paralisação não chegou a causar prejuízos em virtude da curta duração.

No dia seguinte, o destaque do *Jornal da Bahia* foi o pronunciamento de Jango em Belo Horizonte, narrando com otimismo, o periódico expôs o discurso do presidente sobre as companhias estrangeiras no país. O texto destacava a importância que o presidente deu a compra destas empresas, onde muitas estariam sucateadas e necessitando de melhorias para efetivamente prestar serviços ao povo, em defesa da nacionalização destas empresas.

Enquanto o jornal *A Tarde* preocupava-se em ver a política internacional brasileira em sintonia com as diretrizes norte-americanas, o *Jornal da Bahia* preferia analisar assuntos que priorizassem a autônoma da nação. Na primeira página do dia 5 de junho de 1963, o diário divulgou que o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, teria mandado uma carta ao presidente Goulart reconhecendo o plano de recuperação econômica e, como a boa condução política do executivo nacional brasileiro, dava a segurança necessária ao FMI para liberação de empréstimos. Tal garantia foi legitimada na primeira página do dia 6 de Junho “Dantas: empréstimo do FMI desafoga o Brasil”, nela o empréstimo teria sido concedido pelo reconhecimento internacional dos esforços do governo brasileiro em dar estabilidade financeira e promover o desenvolvimento do país.

Significativa é a opinião do *Jornal da Bahia* do dia 5 junho, no texto: “A obsessão dos campeonatos”, analisava a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, demonstrando que muitos empréstimos efetivados pelo governo federal serviam aos interesses de empresas americanas, concessionárias de serviços públicos no Brasil. O documento criticava o excesso de pressão de alguns setores contra a lei de remessa de lucros do governo Goulart, para o colonista, o dinheiro conseguido deveria ser investido em melhorias sociais, mas acaba por servir a interesses de poucos.

O mês de junho foi marcado pela reforma ministerial do presidente João Goulart. No dia 20 de junho de 1963, foi exposta uma entrevista com o consultor Geral da República, o senhor Waldir Pires, sobre as mudanças e cuja principal preocupação foi à necessidade do novo ministério apoiar o presidente na realização das reformas de base, destacando a reforma agrária, analisando que o Brasil precisava de mudanças para alcançar o desenvolvimento social. Tal opinião seria reafirmada no dia 21 de junho, na reportagem “Jango: reformas são o caminho para a emancipação do país e justiça social”, onde o presidente reafirmou a necessidade das reformas como condição para um Brasil mais justo e desenvolvido.

No dia 28 de junho o *Jornal da Bahia* analisou, com otimismo, a medida do presidente Goulart sobre a disciplina de empréstimos provenientes do exterior a Estados e

Municípios. A decisão procurava controlar a entrada de capital estrangeiro no país, caracterizando a solução como um resguardo a economia nacional.

Finalmente, analisaremos os momentos que antecederam a Revolta dos Sargentos (12-09-1963), lembrando que a partir deste acontecimento a maioria dos jornais afastava-se definitivamente do Governo Goulart. As notícias sobre as greves, as reformas de base e sobre o comunismo continuavam a recheiar as páginas do jornal *A Tarde*. A reportagem “*Advertência oportuna*¹⁷²”, analisava o discurso do Presidente John Kennedy sobre a América Latina e a possibilidade de uma revolução na região. O jornal alertava a necessidade de reforma social na região para que não se tenha uma revolução dura, ou seja, uma invasão de governos comunistas na região.

Em reportagem de 7 de agosto de 1963, “*Goulart: reformas de acordo com os princípios cristãos*”, o periódico destacava o pronunciamento de Goulart sobre as reformas. Para ele, ou as reformas seriam feitas por meios pacíficos ou ocorreria uma revolução popular. O jornal associava a fala de Goulart a do Presidente Kennedy, mostrando a preocupação do líder brasileiro na mudança das estruturas da sociedade de forma serena e democrática. Percebemos que a relação entre o discurso de Jango e de Kennedy demonstra a preocupação do jornal *A Tarde* com as recomendações norte-americanas frente à conjuntura da Guerra Fria, mas, destacava que a demora na execução das reformas poderia ser um passo para o crescimento da ação dos subversivos no país.

Uma notícia chamaria atenção no dia 21 de agosto de 1963, “*Pessedistas exigem vigilância aos comunistas*”, avaliando que o PSD deveria reunir-se para reafirmar seu apoio ao Presidente Goulart, contudo exigindo maior vigilância à infiltração comunista e soluções mais reais no controle do problema de abastecimento. Tal acontecimento levou a reportagem de 26 de agosto de 1963, “*O basta do PSD*”, onde o noticiário afirmava que o partido não suportava mais os avanços “socializantes” do governo Goulart.

O PSD apoiou João Goulart desde o segundo governo Vargas, quando este foi Ministro do Trabalho, contudo, paulatinamente, um conjunto de críticas eram direcionadas ao governo Goulart. Três questões fundamentais incomodavam o partido: a reforma agrária, a ausência de hierarquia do executivo e a falta de habilidade do presidente de perceber as possibilidades e limites de sua ação. Dois depoimentos demonstram as preocupações do pessedistas, inicialmente o de Antônio Oliveira Britto, deputado do PSD baiano que esteve à frente do Ministério da Educação e, depois, do Ministério das Minas e Energias:

¹⁷² *A Tarde*, 5 de agosto de 1963, p. 5.

O PSD fazia restrições ao governo João Goulart por causa da pregação de Brizola, das Reformas. O PSD era um partido com base rural, agrária, e então os pessedistas ficaram preocupados.¹⁷³

Antônio Balbino, parlamentar baiano do PSD, Procurador Geral da República e Ministro da Indústria e Comércio declarou:

Jango tinha uma intimidade, uma maneira de conversar com o operariado, com os sindicatos, muito própria dele. Já vinha conversando com ele antes de ser presidente, dizendo se era pra fazer greve, para fazer movimento, tinha uma intimidade meio acumpliciativa. Isso enfraquecia a sua autoridade.¹⁷⁴

Uma reportagem de 27 de agosto de 1963, “*Golpe na Aliança*”, destacaria a frustração do jornal *A Tarde* frente ao corte de verbas do governo americano para a Aliança para o Progresso, vista pelo noticiário como uma das formas de combate dos problemas sociais da América Latina. Não devemos esquecer que o periódico defendia a captação de recursos como forma de estímulo ao desenvolvimento industrial do país.

No mês que antecedeu o levante dos sargentos¹⁷⁵, alguns fatos marcaram as páginas do jornal *A Tarde*. Inicialmente, a greve do Porto de Santos. O noticiário “*Greve de Santos ameaça alastrar-se*” demonstrava a possibilidade de uso da Polícia e, até mesmo, do Exército, caso a greve continuasse, e a preocupação com o apoio de outros setores que poderiam aderir a greve.

Outro noticiário, “*Brasília vive momentos de grande intranqüilidade*”, de 3 de setembro de 1963, analisava o enfrentamento entre estudantes e policiais na capital federal, colocando a atitude dos estudantes como associada a ações comunistas, e relatando a carta do Coronel da reserva, senhor Asdrúbal Azevedo, que questionava frente à câmara dos deputados a possibilidade João Goulart manter a constituição.

Por fim, a reportagem denominada “*Quebra-cabeças*”, criticava seriamente a política nacional e fazia um ataque direto ao Governo Goulart, afirmando ser incompreensível a orientação do Presidente frente aos negócios públicos:

Eis outro exemplo, a reforma agrária. Depois de muito falar e prometer, até hoje não há quem confie nas promessas reiteradas do presidente, alias latifundiário e comerciante de terra. [...] São também declarações peremptórias e sucessivas de a ‘inflação foi controlada’, enquanto ela campeia. Por fim, um ‘Plano Trienal’ elaborado com sacrifício e muita propaganda, para, logo depois, ser emendado e quase desfigurado¹⁷⁶.

¹⁷³ Depoimento de Antônio Oliveira Britto ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV em 15-09-1983.

¹⁷⁴ Depoimento de Antônio Balbino ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV em 22-09-1983.

¹⁷⁵ Foi um movimento promovido pelos cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, motivados pela decisão do Supremo Tribunal Eleitoral de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, conforme previa a Constituição de 1946.

¹⁷⁶ *A Tarde*, 10 de setembro de 1963, p. 3.

Antes mesmo da eclosão da Revolta dos Sargentos, o jornal *A Tarde* demonstrava preocupação com as greves que assolavam o país, com a estagnação das reformas e, dentro do seu conservadorismo, associava os movimentos sociais a um avanço comunista. A mobilização da ala conservadora barrou a continuidade de Reformas propostas por Jango.

Com o aumento da pressão social pelas reformas, dava-se a impressão de um Executivo fraco, sem capacidade de levar adiante suas promessas. De uma oportunidade vigiada dada a João Goulart, ficou o medo, as pressões sobre o presidente aumentaram, suas ações não seriam mais vistas com tanto otimismo, mas a memória de um homem ligado aos sindicatos e aos “subversivos” prevaleceria.

O *Jornal da Bahia* continuaria a demonstrar confiança no Presidente Goulart, focando suas ações nas obras do Governo. No entanto, mereceu destaque as divergências constituídas entre o PSD e o Governo Goulart. Em 14 de agosto de 1963, o periódico destacava “*Divergências do PSD com governo continuam vivas*”, a reportagem relatava o descontentamento do PSD com a alta inflação, a falta de infra-estrutura, o Plano Trienal e, também, discordava da proposta de reforma agrária apresentada pelo Governo, sugerindo uma nova, redigida pelos líderes pessedistas. O impasse foi resolvido em 21 de agosto, como destacou o jornal em “*Reabertos os entendimentos PSD-PTB*”, em que os dois partidos encontraram uma fórmula comum para o problema da reforma constitucional e agrária.

Em 24 de agosto de 1963, o jornal traria o resultado do discurso de Goulart na Cinelândia. Com a reportagem “*Goulart exalta Vargas e pede união para concretizar a reforma agrária*”, analisando o discurso de Goulart, afirmando que o povo continuaria a obra iniciada por Vargas, destacando a importância da reforma agrária, bancária e constitucional para revolucionar a produção brasileira e integrar os trabalhadores do campo à vida nacional.

Na reportagem denominada “*Reforma Agrária*”, a mesma foi apontada como importante para a melhoria da economia do país e, defendendo a ação do Governo sobre o assunto, o jornal explicava:

Assim sendo, o Brasil chegou ao ponto crucial da bifurcação. Para não parar tem que prosseguir. E para prosseguir haverá de optar por um ou outro caminho. Se países como a Rússia, a China, e, mais recentemente, Cuba, realizaram a reforma agrária, e a estão realizando, por meio da revolução, outros tantos, porém, como a Itália e o Japão, a realizaram por meios pacíficos e legais, dentro do espírito que rege suas organizações estatais. Não é possível, portanto, que o Brasil, terra avessa à violência e ao derramamento de sangue, vá escolher o segundo caminho em face da cegueira e da intransigência criminosa dos reacionários¹⁷⁷.

¹⁷⁷ *Jornal da Bahia*, 7 de agosto de 1963, p. 3.

Os momentos que anteciparam a Revolta dos Sargentos foram retratados como períodos de transformações e afirmação do Governo Goulart pelo *Jornal da Bahia*. Em 1º de setembro de 1963, a reportagem “*Governo poderá acionar esquema de pressão para forçar a reforma agrária*”, apontava a perda de apoio do PSD por parte do Governo e a possibilidade do uso de greves para pressionar as reformas. No dia 10 de setembro de 1963, relatava-se a necessidade do Presidente em demonstrar a sua vocação democrática ao transpor o comentário do seu discurso do dia da independência, “*Jango: no Brasil não há futuro nem lugar para ditadura*”, salientando as suas reformas como desejo da sociedade brasileira.

Apesar de enfrentar a oposição de setores do PSD, do momento conturbado que ia se estabelecendo no cenário nacional, o *Jornal da Bahia* focou seu noticiário na vocação democrática do Presidente Goulart, bem como nas dificuldades que ele vinha encontrando para consolidar seus projetos. Dotado de certa maturidade sobre a análise da conjuntura, antes de radicalizar seu discurso frente às impossibilidades de Jango, o periódico preferiu refletir sobre os problemas e limites enfrentado pelo governo. Enquanto o *Jornal da Bahia* avaliava as dificuldades de implantação das reformas, apoiando as propostas de Goulart, o *A Tarde* foi engrossando seu discurso anticomunista e apoiou a intervenção das Forças Armadas em 1964¹⁷⁸.

¹⁷⁸ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1966, o movimento estudantil na UFBA e a resistência a Ditadura militar (1964-1968)*. UFBA, 2008, p. 25.

Capítulo III

A imprensa baiana na consolidação do golpe de 1964

A Revolta dos Sargentos e a oposição a Jango

Já destacamos que as greves, a intensificação das ações realizadas pela esquerda e, principalmente, a Revolta dos Sargentos (12/9/1963) contribuíram para que os conservadores intensificassem sua opinião sobre a possibilidade de um golpe comunista no Brasil, auxiliando também, para o aumento da desconfiança de grande parte da imprensa sobre o governo de João Goulart.

A rebelião dos suboficiais contribuiu para uma elevação quantitativa do discurso sobre o perigo comunista e da cubanização nos principais jornais do Brasil¹⁷⁹. Este Capítulo pretende, por tanto, analisar o comportamento do jornal *A Tarde* e do *Jornal da Bahia* desde o movimento empreendido pelos suboficiais até a consolidação do Golpe civil-militar de 1964.

Em setembro de 1963 alguns sargentos do Exército, da Marinha, e da Aeronáutica sublevaram-se ocupando importantes centros administrativos de Brasília. O movimento chefiado pelo sargento Antônio Prestes de Paula da Aeronáutica não possuía qualquer direção política e surpreendeu a direção de organizações de esquerda como Política Operária (POLOP) e, aparentemente, o PC do B, embora alguns dos seus manifestantes em Brasília pudessem estar envolvidos. O motivo para a manifestação foi a recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargentos, devido a vitória de alguns deles nas eleições, tendo seus mandatos cassados.

A sublevação concentrou-se em Brasília e foi abafada em poucas horas pelo governo¹⁸⁰. Os oficiais que participavam da conspiração contra o governo possuíam uma rede clandestina de informação, nela trabalhando inúmeros sargentos. Dentro do levante iniciado pelos oficiais havia alguns sargentos infiltrados e, interessados em encorajar o movimento para abortá-lo e exacerbar a oficialidade contra o governo¹⁸¹.

Mesmo distante de qualquer direção política, a Revolta dos Sargentos foi o acontecimento essencial para direita provocar o povo e as Forças Armadas. A explosão do movimento deu vida aos que tramavam a ruptura da ordem, com o pretexto de combater as

¹⁷⁹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 117.

¹⁸⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 245.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 247.

agitações, as greves, ou seja, o comunismo¹⁸². Era a direita que formava organizações paramilitares, numa estratégia de guerra civil, com a intenção de promover sabotagens e desencadear guerrilhas, caso as Forças Armadas resolvessem apoiar a implantação de uma república sindicalista no Brasil, associada à figura de João Goulart¹⁸³.

A intensificação do discurso sobre o perigo comunista no Brasil era voltada, especialmente, à classe média. Com o aprofundamento da industrialização brasileira, a classe média urbana detentora de conhecimentos técnicos cresceu. Essa classe era sensível a todo discurso sobre a possibilidade de perda da situação social recém adquirida, moldando-se a uma cultura política anticomunista, que se manifestou intensamente no governo de João Goulart¹⁸⁴.

A Revolta dos Sargentos, o apoio do presidente aos sindicatos, o comício da Central do Brasil e outros episódios, combinados com os boatos sobre a intenção de Jango permanecer no poder, produziam nos anticomunistas a sensação de risco iminente¹⁸⁵.

No *A Tarde* de 12 de setembro de 1963 a primeira página estampava a manchete “Debelado levante dos sargentos em Brasília”, descrevendo o movimento iniciado pelos suboficiais na capital federal, dando como motivo a impossibilidade de elegibilidade dos sargentos. Entretanto, o periódico destaca o comunicado oficial assinado pelos três ministros militares e pelo ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que caracteriza o movimento como de “caráter subversivo¹⁸⁶”.

A desconfiança com João Goulart passaria a virar medo, as análises sobre a incapacidade dele concretizar as reformas necessárias e pensadas pelos conservadores, representados no *A Tarde*, com os boatos de que Jango pretendia permanecer no poder, levou a um aumento das críticas ao presidente no periódico. O *A Tarde*, na continuação da reportagem, expôs por completo a proclamação do Ministro da Guerra que destaca:

Na qualidade de chefe do Exército, visando resguardar a discussão deste problema, essencialmente político, no interior das casernas onde estarei para manter a disciplina, tenho procurado manter informado os meios militares sobre os diversos aspectos a serem encarados mesmo no elevado sentido de evitar que as correntes políticas se aproveitem das confusões originadas

¹⁸² Ibid., p. 248.

¹⁸³ Ibid., p. 249.

¹⁸⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 117-118.

¹⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 144.

¹⁸⁶ *A Tarde*, 12 de setembro de 1963, p. 1.

pelas interpretações deturpadas a fim de atrair os militares para apoio de suas teses¹⁸⁷.

A Revolta dos Sargentos não possuía qualquer direção político partidária, contudo a ala conservadora aproveitou-se do movimento para associá-lo ao perigo comunista. Assim, o jornal *A Tarde* não perdeu a oportunidade de expor as opiniões que caracterizavam o movimento como subversivo. A insatisfação com a administração de João Goulart levou o periódico a exacerbar a incapacidade do presidente em suas páginas, bem como intensificar notícias que demonstrassem o perigo comunista e a possibilidade de cubanização do Brasil.

No mesmo dia que o jornal retratava o movimento dos sargentos como subversivo, comentava sobre a visita do presidente Josip Broz Tito da Iugoslávia a América Latina, com o texto denominado “Penetração marxista: objetivo viagem de Tito pela A. Latina”, expondo a opinião de um deputado chileno:

O presidente iugoslavo vem à América Latina como “cavalo de Tróia” dos imperialistas soviéticos para descarregar nas terras livres da América sua peçonhosa carga de propaganda vermelha¹⁸⁸.

Com o medo sobre a infiltração comunista e as desconfianças sobre Goulart, o *A Tarde* em noticiário denominado “Críticas ao Governo na Câmara Federal”, anotava as opiniões do deputado Milton Reis que acusava o presidente de dar prestígio a organizações como a CGT, estimular as atividades da UNE, e dar espaço para atuação de Leonel Brizola¹⁸⁹. Se até a Revolta dos Sargentos havia um tom de desconfiança e, ao mesmo tempo, cautela em avaliar as relações do presidente com setores e políticos que incomodam os conservadores, a partir de então Jango seria acusado de permissivo e perigoso, estabelecendo contato com a ala deteriorada da política nacional.

No dia posterior, 13 de setembro de 1963, o jornal *A Tarde* anunciaria na primeira página “Mortos e feridos no saldo do motim”. O texto aborda a opinião do líder do levante, o sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, que o caracterizou como um movimento que pretendia chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos sargentos e, que não havia pretensão de disparar armas contra os companheiros. Contudo, o periódico reafirma a caracterização do movimento como subversivo, tendo como fonte os ministros militares.

A exacerbação do perigo que o levante representava, ainda foi demonstrada numa pequena nota da primeira página do mesmo dia “Querem a volta do Congresso para o Rio:

¹⁸⁷ *A Tarde*, 12 de setembro de 1963, p. 1.

¹⁸⁸ *A Tarde*, 12 de setembro de 1963, p. 1.

¹⁸⁹ *A Tarde*, 12 de setembro de 1963, p. 2.

Brasília sem garantia¹⁹⁰”, abordando que alguns parlamentares estariam se sentindo inseguros em Brasília, pretendo transferir o Congresso para o Rio de Janeiro.

O levante continuaria a ser exposto como uma manobra política, novas opiniões foram utilizadas para legitimar tal pensamento. A reportagem “Líderes falaram sobre rebelião dos sargentos¹⁹¹”, anota a opinião dos deputados Pedro Aleixo e Tancredo Neves. O primeiro analisava que a responsabilidade dos acontecimentos não podia ficar nos ombros dos sargentos, necessitando encontrar os culpados “no meio daqueles que para a satisfação de sua vaidade pessoal ou para que pudessem ter vitórias efêmeras nas suas pretensões políticas para agitar os meios das Classes Armadas¹⁹²”. Já o segundo lamentou o acontecimento, dizendo que “alguns sargentos, induzidos em sua boa fé, foram levados a um movimento subversivo com objetivos e propósitos ainda não caracterizados. O *A Tarde* passou, bem como a maioria dos jornais que circulavam no país¹⁹³, a alimentar o discurso de que era necessário estabelecer a ordem, combater a agitação e as greves políticas, por fim, o comunismo.

Em opinião expressa sobre o título “O Motim¹⁹⁴”, o *A Tarde* trazia uma narrativa explicativa sobre a Revolta dos Sargentos, defendendo a possibilidade dos sargentos permanecerem no mandado, caso fossem eleitos pelo voto, porém criticando o meio utilizado pelos suboficiais para reivindicar. No entanto, chamava a atenção para o perigo da falta de disciplina no Exército, destacando que “o efeito da sublevação foi apenas levar a crise de autoridade em que se debate o País ao seio dos quartéis¹⁹⁵”. O texto enfatizava que a Nação vivenciava dias tumultuosos, reflexo do clima interno deplorável existente, refletindo na falta de crédito no estrangeiro. A quantidade de matérias sobre a crise e a explosão da indisciplina vitalizou a corrente que tramava a ruptura da legalidade, naquela conjuntura, não era a esquerda que organizava milícias, mas sim, à direita, estas estavam armadas e adestradas para combater, até mesmo, o Exército¹⁹⁶.

Por último, no dia 14 de setembro de 1963, o jornal destaca “Comunistas insuflaram Sargentos à desordem”. O deputado Ivan Luz analisava que os revoltosos foram estimulados pelos comunistas, advertindo para a trágica situação nacional e que as mortes geradas nos conflitos não incomodavam os comunistas, visto que estes não possuíam sensibilidade,

¹⁹⁰ *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p. 1.

¹⁹¹ *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p. 2.

¹⁹² *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p. 2.

¹⁹³ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 117.

¹⁹⁴ *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p. 5.

¹⁹⁵ *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p. 5.

¹⁹⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 250.

alertando para a necessidade “de se quebrar as últimas ondas do dilúvio vermelho que ameaçava afogar em sangue a nossa pátria¹⁹⁷”.

O deputado Flores Soares responsabilizou o presidente Goulart pelos acontecimentos, afirmando que o país precisava de ordem antes das reformas propostas, e que o governo estava deliberadamente “arrastando o país para um plano inclinado através de greves, de instigação de desordens e sublevação da ordem pública¹⁹⁸”. O *A Tarde* passaria a exacerbar as notícias sobre uma possível instabilidade política e econômica, o periódico representante da ala conservadora baiana não compreendia que as propostas de reformas auxiliavam no surgimento de movimentos populares rurais e urbanos, questionando sobre a capacidade administrativa de João Goulart e, sobre as suas intenções a frente do Executivo nacional.

O *Jornal da Bahia* também retratou o acontecimento. Na primeira página do dia 13 de setembro de 1963, “Cêrca de 500 rebeldes detidos: Govêrno alivia prontidão das fôrças militares”, foi analisada a forma que o movimento aconteceu, descrevendo o pronunciamento do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, denunciando a tentativa de subversão nas forças armadas. Entretanto, o periódico expôs o resultado da reunião do Ministério do Trabalho com as principais organizações do movimento sindical que, sem querer entrar no mérito da questão da elegibilidade dos sargentos, entendia que o movimento serviria aos grupos interessados em impedir a ampliação da conquista dos trabalhadores. Ou seja, mesmo com a tentativa de ligação das alas conservadores entre o levante dos Sargentos e os movimentos de esquerda, a reportagem do *Jornal da Bahia* demonstrava mais cautela analisando, inclusive, a surpresa do movimento operário com o acontecido.

No fervor dos debates sobre o ocorrido em Brasília, o *Jornal da Bahia* tratou de expor a sua opinião num editorial, na primeira página do dia 14 de setembro de 1963, sobre o título “Sargentos na Voragem”, postaram:

O inverso é que certamente acontecerá aos bravos rapazes da Aeronáutica e da Marinha, seguidores da tradição de Aragarças, deram argumentos poderosos ao que de pior este País possui em matéria de quadros políticos. Os verdadeiros inimigos do regime democrático estão, agora bem abastecidos, para novas investidas contra as conquistas democráticas. Abriram-lhes excelentes trincheiras, de onde investirão contra as forças progressistas. [...] Atentaram contra a tranqüilidade do País, num momento extremamente delicado, deram armas as piores organizações políticas, com uma provável queda do equilíbrio de forças em sue favor. [...] Ou Sua Excelência (João Goulart) encontrar meios e modos de governar, ou, dentro de mais algum tempo estará presidindo o caos¹⁹⁹.

¹⁹⁷ *A Tarde*, 14 de setembro de 1963, p. 2.

¹⁹⁸ *A Tarde*, 14 de setembro de 1963, p. 2.

¹⁹⁹ *Jornal da Bahia*, 14 de setembro de 1963, p. 3.

A opinião do periódico era bastante sensata. O texto demonstrava como o movimento organizado pelos sargentos seria um instrumento utilizado pelos conservadores para aumentar seu prestígio, criticando os avanços propostos pelo governo, por considerarem o executivo fraco e desorganizado. O periódico acertaria sobre a alerta feita ao presidente Goulart.

Posteriormente, o *Jornal da Bahia* tentava amenizar os impactos trazidos pelo levante dos suboficiais. Sobre o título “UDN e PSD abrem entendimentos sobre emenda que torna sargentos elegíveis²⁰⁰”, demonstra-se que a UDN e o PSD buscam entendimento para tornar elegíveis os sargentos, desde que fossem transferidos para a reserva. Afastando qualquer possibilidade de decretação de Estado de Sítio, visto que a situação estava contornada e sobre controle.

O *Jornal da Bahia* continuava a compreender que o avanço das reivindicações dos diversos setores sociais era uma conquista dentro do regime democrático, mas também analisava que os conservadores entendiam estas conquistas como um perigo para a nação e, utilizava estes acontecimentos como pretexto para atacar Goulart.

As Greves

As críticas à política econômica do governo Jango, a mobilização dos grupos de esquerda e direita, o levante dos sargentos e as greves auxiliaram na legitimação da existência de um clima de instabilidade política e econômica²⁰¹. De um lado, o executivo brasileiro dava espaço para as reivindicações políticas dos mais diversos setores; por outro, alguns generais conservadores manifestavam-se a favor de considerar ilegais as greves políticas e reprimi-las²⁰².

Uma onda grevista eclodiu no país dos meados de 1963 até as vésperas do golpe em 1964. O que auxiliou no exagero da opinião conservadora sobre os acontecimentos, proferindo argumentos que atendessem as suas convicções. O surto grevista era associado a uma conspiração revolucionária dos comunistas e a participação de militantes do PCB em cargos importantes do movimento sindical era utilizada para validar os argumentos²⁰³.

O aumento da participação do movimento sindical na política incomodava as Forças Armadas. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, as associações

²⁰⁰ *Jornal da Bahia*, 17 de setembro de 1963, p. 1.

²⁰¹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 119.

²⁰² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 242.

²⁰³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 137.

patronais, todos estes poderiam agir livremente, a ponto de levar o país a uma guerra civil, mas os sindicatos dos trabalhadores não. A visão conservadora avaliava que os trabalhadores não podiam participar da política, somente as classes dirigentes eram capazes de influenciar nas decisões do estado. Este excesso de participação política era visto como comunismo, ou seja, todas as ações populares assombravam os empresários e fazendeiros. Por fim, as Forças Armadas acreditavam que, de uma forma ou de outra, Jango identificava-se com aquele movimento que ela pretendia reprimir²⁰⁴.

Para agravar o conflito entre os altos escalões dos militares e os sindicatos, o general nacionalista, Osvaldo Ferreira Alves, deixou o comando do I Exército. Este possuía uma grande influência no Exército e gozava de enorme prestígio com o CGT, seu afastamento, devido à idade, enfraqueceu a linha de defesa do governo. Jango perdia o controle da situação e a conspiração passou a envolver um número maior de oficiais brasileiros²⁰⁵.

A insatisfação frente às reivindicações dos trabalhadores, por meio das greves, era perceptível no jornal *A Tarde*. Noticiando sobre a greve de Santos em setembro de 1963, com a reportagem de primeira página “Greve de Santos ameaça alastrar-se²⁰⁶”. A greve geral ocorreu em Santos, no dia 2 de setembro de 1963, em apoio aos enfermeiros da Santa Casa, a polícia dissolveu uma Assembléia no Sindicato dos Portuários e prendeu trabalhadores e sindicalistas. O periódico descreveu o pedido do “Pacto de Unidade e Ação²⁰⁷” ao presidente Goulart para libertar os líderes presos, caso contrário, seria deflagrada uma greve nacional. A visão contrária as reivindicações do movimento sindical estavam evidentes no texto, este analisava a fala do Secretario de Segurança Pública de São Paulo sobre a disposição de forças suficientes para manter a ordem, e do general do II Exército Peri Bevilacqua que mostrava-se indignado com os “maus brasileiros²⁰⁸” que tentavam levar a discórdia as classes trabalhadoras, e que estaria preparado para conter qualquer situação mais grave.

Percebemos que a necessidade de demonstrar a opinião dos órgãos de segurança devia-se a visão pejorativa sobre os movimentos sociais e estas organizações deviam ser tratadas como um caso de polícia. No dia 4 de setembro de 1963 a primeira página do *A Tarde* estampava “Ministro de Guerra: greve vai terminar”, expondo o perigo de uma greve

²⁰⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 243.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 244-245.

²⁰⁶ *A Tarde*, 3 de setembro de 1963, p. 1.

²⁰⁷ Era uma organização intersindical de trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários, atuou na luta pelas reformas de base, na antecipação do plebiscito nacional que decidiria sobre a continuidade do regime parlamentarista no país ou o retorno ao presidencialismo, posição do presidente. Foi extinta após o golpe de 1964.

²⁰⁸ *A Tarde*, 3 de setembro de 1963, p. 1.

nacional, mas anunciando o comprometimento do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, em acabar com a greve de forma mais rápida possível.

O fim da greve foi anunciado na primeira página “Termina greve que paralisou o porto de Santos²⁰⁹”, o jornal tentou amenizar a fala dos dirigentes sindicais, estes afirmavam que a greve acabou devido ao apelo do presidente Goulart e não pelas ameaças do Exército, contudo o periódico destacava a firme decisão do Exército para acabar com a greve.

No dia 10 de setembro de 1963, uma coluna de Mario Piva intitulada “Num rio de lama” faz duras críticas ao governo Goulart, descrevendo-o como incerto, aventureiro e sem rumo. Criticava as greves, classificadas de assaltos aos cofres públicos os prejuízos que alguns trabalhadores vêm trazendo a nação, criticava a falta de firmeza do presidente e a condução do país a um quadro de deterioração.

O confronto de classes aguçava-se com as sucessivas paralisações do trabalho e invasão de terra. De um lado, o trabalhador lutava para recuperar sua capacidade aquisitiva e pressionava pelas reformas; de outro, o empresariado não aceitava as manifestações operárias e pretendia manter a sua acumulação capitalista. Nesta disputa, a ala conservadora, da qual o *A Tarde* fazia parte, questionava o aumento das manifestações organizadas pelos sindicatos.

Espalhava-se o boato de que os líderes sindicais ligados a CGT estariam articulando uma greve geral a partir do Rio de Janeiro, noticiado sobre o título “Tanques e canhões para impedir a greve geral no país no dia 18²¹⁰”. Mais uma vez, o jornal encara o movimento de forma absurda, destacando a fala do Ministro de Guerra que determinava a vigilância da CGT e anunciando que qualquer greve política deflagrada por este movimento seria esmagada.

O número de notícias sobre as greves aumentava, “Situação de expectativa no país²¹¹”, “CGT faz séria ameaça ao governo²¹²”, “Ministros militares exigem firmeza de Goulart²¹³”, “Nota conjunta foi uma advertência das Forças Armadas contra agitadores²¹⁴”, “Agrava-se a situação político-militar²¹⁵”, dentre outras. As análises indicam uma tendência à depreciação do movimento grevista, caracterizando-o como desnecessário, indisciplinado, manipulado por intenções políticas, conclamando para uma maior disciplina por parte do governo e exacerbando as intimidações feitas pelo Exército, considerado o grande disciplinador. As Forças Armadas foram ganhando prestígio frente à cobrança de estabilização política, Jango

²⁰⁹ *A Tarde*, 5 de setembro de 1963, p. 1.

²¹⁰ *A Tarde*, 13 de setembro de 1963, p.1.

²¹¹ *A Tarde*, 18 de setembro de 1963, p.1.

²¹² *A Tarde*, 20 de setembro de 1963, p.1.

²¹³ *A Tarde*, 21 de setembro e 1963, p.1..

²¹⁴ *A Tarde*, 2 de outubro de 1963, p.1.

²¹⁵ *A Tarde*, 3 de outubro de 1963, p.1.

recebia duras críticas, sendo, muitas vezes, responsabilizado pelo momento político conturbado que o país vivenciava. Opinião expressa no editorial de 19 de setembro de 1963, “Rumos incertos”:

Greves e mais greves explodem no país. [...] Parece um governo em perene flutuação, em constante metamorfose. [...] Outros, entretanto, como era fatal, decidiram aproveitar-se da fraqueza governamental. Entre estes, os antigos pelegos e os agitadores comunistas. Antes, obedeciam ao comando do presidente da República, a CGT agitando como agência de pressão em favor do fortalecimento do chefe do governo. Hoje, tomaram as bridas nos dentes e, ao que tudo indica, querem eles mesmos dirigir o país. [...] Um presidente prisioneiro de agitadores, sem tomar rumo certo em sua política, sem ter tempo de administrar não pode ter sucesso na suprema magistratura do país²¹⁶.

João Goulart possuía um compromisso com a classe trabalhadora, visando à melhoria de sua condição de vida, a mobilização social pelas reformas de base, a luta pela reforma agrária, a liberdade sindical e a melhoria salarial foi aceita pelo presidente. O espaço dado pelo Executivo nacional para reivindicações dos trabalhadores foi considerado pelos conservadores, representados na Bahia pelo *A Tarde*, como um perigo para a nação e utilizado pelos setores golpistas como argumento para derrubada do governo Goulart, pois estas manifestações foram associadas ao risco de comunização do Brasil.

As notícias relacionadas às greves no país também foram noticiadas pelo *Jornal da Bahia*. Em 3 de setembro de 1963, a primeira página estampava “Santos paralisada: Exército de prontidão”, o texto descrevia a solidariedade dos portuários de Santos aos trabalhadores das Casas de Saúde e Hospital, detalhando que as classes conservadoras pressionavam o governador para intervir na greve e restabelecer a ordem social. O periódico expunha a possibilidade de intervenção das tropas federais de forma mais cautelosa, e preferiu analisar o pedido do presidente Goulart ao comando de greve, que havia solicitado ao presidente a libertação dos líderes sindicalistas presos e a resolução do problema dos enfermeiros em troca da suspensão do movimento.

O *Jornal da Bahia* era favorável a reivindicação dos trabalhadores, apreciando a tentativa de diálogo entre estes e o Executivo nacional. Compreendemos que o periódico associava às classes conservadoras a necessidade de intervenção da greve e, por outro lado, louvava a atitude de Goulart em manter um bom diálogo com os setores historicamente excluídos no Brasil.

O *Jornal da Bahia* não analisava de forma pejorativa a negociação entre os grevistas e o presidente e, ao contrário, do jornal *A Tarde*, não exacerbava os apelos por intervenção

²¹⁶ *A Tarde*, 19 de setembro de 1963, p.5.

federais, entendendo como normal os movimentos de reivindicações feitas pelos trabalhadores.

No dia 4 de setembro, o *Jornal da Bahia* afirma que o estado de São Paulo estava quase que, totalmente, sob o controle do Governo Federal. Na continuação do texto, denominado “Ademar: SP quase sob controle do Governo Federal” apontava o pedido do Ministro da Justiça solicitando a libertação dos presos sindicais, que era a condição mínima para o fim da greve, o que foi recusado pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros. Percebemos, mais uma vez, que os apelos do movimento grevista são vistos com naturalidade pelo periódico, por outro lado, conservadores como o governador de São Paulo taxavam como absurdas as concessões do Governo Federal às reivindicações dos trabalhadores.

Uma série de notícias demonstrava a aceitação do *Jornal da Bahia* sobre a relação existente entre o Governo Federal e as negociações dos trabalhadores, o que constituía uma exceção naquela conjuntura, onde grande parte dos periódicos intensificava as críticas contra Goulart. Entre os noticiários destacamos: “Bancários querem que JG interfira: reivindicações²¹⁷”, “Classes produtoras querem medidas enérgicas de Carvalho Pinto para tranquilizar o país²¹⁸”, “Classes produtoras com Carvalho Pinto²¹⁹” e “Goulart tenta a solução para a greve dos bancários antes que seja geral²²⁰”.

Por fim, interessante a coluna assinada por A. Mendes Netto denominada “Intranquilidade Nacional²²¹”, o colunista afirma:

Continua o nosso país atravessando uma série de dificuldades, agravada ainda mais pela lamentável falta de preocupação, nos setores mais importantes do poder público, na busca de soluções a que devem ser encaminhadas, urgentemente, os nossos problemas. Existe ademais, no desdobramento da vida pública brasileira, uma agitação cuja finalidade ninguém entende. [...]A sucessão de greves, as informações falsas, as notícias alarmantes, tudo, a um só tempo, a uma só hora, desencadeia uma convulsão cujos propósitos não definidos pelos inspiradores de tal adversidade, ficam a amostrar pelas feridas que abrem no seio da nacionalidade. Vive o Brasil uma etapa de leões e chacais. Os leões atrás da caca necessária e justa. Os chacais pelo prazer de destruir a vítima. As greves responsáveis, coerentes, logo se juntam greves desmascaradas por uma justiça autêntica. Quando se dá sim no Norte, se diz não no Sul. Quando se aplaude o Governo em um canto, em outro se condena. Quando se estimula uma solução de imediato aparece quem a desmoralize. Assim o país está condenado. Um país onde ninguém se entende.

²¹⁷ *Jornal da Bahia*, 19 de setembro de 1963, p.1

²¹⁸ *Jornal da Bahia*, 25 de setembro de 1963, p.1.

²¹⁹ *Jornal da Bahia*, 27 de setembro de 1963, p.1.

²²⁰ *Jornal da Bahia*, 29 de setembro de 1963, p.1.

²²¹ *Jornal da Bahia*, 02 de outubro de 1963, p.3.

A quantidade de notícias que demonstravam a relação de Jango com os trabalhadores e o editorial apontam a insatisfação do *Jornal da Bahia* com o aumento de informações sobre o caos nacional. Entendendo que esta ampliação servia ao interesses de setores que pretendiam desestabilizar o governo. Ao contrário de boa parte da imprensa, o jornal demonstra satisfação com a tentativa de Goulart manter uma boa relação com os diversos setores da sociedade, fazendo coro em favor das reformas que diminuiriam, no seu entendimento, a exclusão e miséria de parte da população.

A proposta de estado de sítio

No início de outubro de 1963 o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em entrevista ao *Los Angeles Times* afirmou que o governo do presidente João Goulart poderia cair antes do final do ano e que os militares estariam estudando a melhor forma de derrubar o presidente do Brasil. Os militares liderados pelo general Jair Dantas, o almirante Sílvio Mota e o brigadeiro Anísio Botelho consideraram a entrevista um insulto as Forças Armadas e ao povo brasileiro. Exigiram o estado de sítio para legalmente retirar Lacerda do poder e, assim, processá-lo e julgá-lo. Pressionado pelo Exército e diante do fato, Jango resolveu utilizar o instrumento constitucional do estado de sítio, encaminhando o pedido ao Congresso Nacional, justificado pelo perigo iminente que rondava o país²²².

Tentando garantir o apoio das forças populares para a medida, Goulart se reuniu com Brizola. Este sempre exigiu de Jango uma postura mais radical, aconselhando diversas vezes ao presidente que desse um golpe ele mesmo. Para Moniz Bandeira, o presidente não teria sido muito explícito no seu diálogo com Brizola. Depois da reunião, Brizola soube que Goulart havia encaminhado ao Congresso o pedido de estado de sítio e ficou surpreendido com tal atitude, pois esperava daquela reunião outra ação, o golpe de Estado²²³.

João Goulart não tinha a intenção desfechar um golpe de Estado. Deparado com a crise resolveu tomar uma atitude enérgica, sem fugir da Constituição²²⁴. Antes da reunião com Brizola, Goulart reuniu-se com o general Jair Dantas que havia saído com a determinação consentida dos ministros da Marinha e Aeronáutica para ocupar o Estado da Guanabara e prender Lacerda. Entretanto, um major amigo de Lacerda o avisou sobre a manobra e este fugiu.

²²² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 258.

²²³ *Ibid.*, p. 261.

²²⁴ *Ibid.*, p. 259.

Em seguida, o parecer do Deputado Roland Corbusier do PTB favorável a decretação do estado de sítio foi rejeitado pela Câmara Federal. Jango não possuía força militar suficiente para levar a frente qualquer ordem que violasse a legalidade. Depois de saber da derrota do estado de sítio, o presidente havia afirmado “Nesta madrugada começou a minha deposição²²⁵”.

A mensagem solicitando o estado de sítio ao Congresso serviu para plantar a semente da desconfiança em grupos da direita e da esquerda. Para a direita Jango queria permanecer no poder, dando um golpe e estabelecendo uma ditadura. Para parte da esquerda, como a UNE e o CGT, havia um entendimento de que os poderes de exceção poderiam ser utilizados contra os trabalhadores e os movimentos populares²²⁶.

O *A Tarde* analisou o caso envolvendo o governador da Guanabara Carlos Lacerda. Descreveu que o pedido de sítio foi solicitado caso banqueiros e bancários voltassem a se desentender e para conter os ânimos do governador. Ainda, avaliava que o Executivo nacional não duvidava da aceitação do pedido pelo Congresso, mas alerta que tal medida sofreria forte resistência. Também relata que João Goulart estava disposto a ir às últimas conseqüências contra Carlos Lacerda e o governador de São Paulo Ademar de Barros, entretanto os ministros militares exigiam iguais providências contra a CGT. Os fatos foram noticiados na primeira página sobre o título “Agrava-se a situação político-militar²²⁷”.

Percebemos que o jornal demonstra mais preocupação com as manifestações sindicais, entendendo que a mesma preocupação que o presidente estava tendo com os governadores da Guanabara e de São Paulo devia existir na relação com as organizações sindicais.

No dia posterior, 4 de outubro de 1963, o jornal anunciou em primeira página “Governo pedirá hoje o estado de sítio²²⁸”, descrevendo a insatisfação e a tentativa de controlar as declarações revolucionárias de Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Narrando também a possibilidade de ocorrer uma série de greves em todo país. O jornal alertava sobre a dificuldade da medida do estado de sítio ser aprovado, identificava que a UDN e parte da oposição voltariam contra, que o PSD tem seus motivos para não aceitar a medida e as esquerdas, definidas como Frente Parlamentar Nacional e ala radical do PTB, desconfiavam da possibilidade de golpe e estariam unidos na Câmara contra a medida.

²²⁵ Ibid., p. 262.

²²⁶ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 119.

²²⁷ *A Tarde*, 3 de outubro de 1963, p.1.

²²⁸ *A Tarde*, 4 de outubro de 1963 p. 1.

Um editorial do *A Tarde* explicou a opinião sobre o caso, iniciado com uma crítica a declaração feita pelo governador Carlos Lacerda afirmaria:

O conceito de cada país se constrói e robustece com a normalidade de sua vida política, conseguida, internamente com os hábitos de respeito mutuo. Tudo isto faltou na entrevista desatinada do Sr. Carlos Lacerda ao jornal Los Angeles. [...] Já lhe demos o crédito, linhas acima, o reconhecimento de que suas declarações continham algumas verdades (e também vários exageros, naturalmente frutos do seu temperamento irrequieto e apaixonado). [...] Sirvam ao Sr. Lacerda, de lição, os protestos gerais contra a sua incontinência. A ele e a outros. Nossos problemas, nossas dificuldades, resolvem-se aqui e a ninguém mais interessam²²⁹.

Estava registrada a concordância do *A Tarde* com as críticas de Lacerda, avaliando como negativo apenas o pronunciamento a nível mundial. O conservadorismo do jornal entendia que as greves conduziam o país a um caos administrativo e que as decisões de Jango acabavam aumentando a crise. Posteriormente, o jornal anunciaria “Retirada a mensagem de sítio²³⁰”, descrevendo as declarações de Jango sobre as motivações que o levaram a pedir o estado de sítio, incluindo os pedidos dos militares, e que o pedido da retirada da medida seria avaliada naquele dia.

Outro editorial, demonstrando satisfação pelo recuo no estado de sítio, especificava a visão do periódico sobre o presidente:

Vários outros dados informam essa inconformidade geral contra a implantação do sítio no Brasil. O primeiro, e maior deles, é o fato de não se compreender as razões em que ele se funda, nem também se ter certeza de quem e a que propósitos ele vai servir. As direitas temem que ele se transforme em repressão contra os srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros. As esquerdas, por seu lado, temem que ele venha a colher o igualmente governador Miguel Arraes, o CGT e as organizações políticas a seu serviço. [...] E também é um consenso nacional o de que ninguém pode jurar sobre as inclinações ideológicas ou as preferências por um caminho certo por parte do Sr. João Goulart. Sua figura já não se impõe confiança a nenhum grupo nacional²³¹.

O texto demonstra que a crise político-administrativa agravava-se, os conservadores do *A Tarde* consideravam João Goulart incapaz de controlar as greves e a crise econômica, avaliavam o presidente como um homem sem confiança e incerto quanto as suas intenções, o medo do Brasil tornar-se uma Republica Sindicalista crescia, João Goulart não trazia desconfiança, mas medo e insegurança.

²²⁹ *A Tarde*, 4 de outubro de 1963, p.5.

²³⁰ *A Tarde*, 4 de outubro de 1963, p.1.

²³¹ *A Tarde*, 7 de outubro de 1963, p.5.

Por fim, o periódico avalia a derrota do governo no pedido de estado de sítio, o que gerou o editorial nomeado “Lições do episódio²³²”, que de forma dura avaliou que o recuo do governo federal demonstrava que o executivo possuía planos próprios e que os ministros que solicitaram a medida eram homens incoseqüentes.

O *Jornal da Bahia* participou do debate sobre o envio do pedido de estado de sítio pelo presidente Goulart ao Congresso. No dia 1 de outubro de 1963, analisou a nota dos militares: General Jair Dantas Ribeiro, Brigadeiro Anísio Botelho e Almirante Sílvio Mota, acusando os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros de causar agitações e desmoralizar o Brasil no exterior. No texto, o periódico avaliava a entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times* como antipatriótica, ofensiva ao povo brasileiro e a dignidade das Forças Armadas.

Foi noticiada no *Jornal da Bahia* a possibilidade do pedido de decretação de Estado de Sítio de Goulart ao Congresso. A reportagem “Arraes: Goulart não é culpado pela crise²³³” analisava a opinião do governador Miguel Arraes sobre a crise no país. Este afirmava que interessava ao povo brasileiro a manutenção do regime democrático, com o fortalecimento dos organismos operários e estudantis que eram os porta-vozes das reivindicações populares. Entendia, ainda, que a crise não era responsabilidade de Jango, mas dos que se opunham aos interesses brasileiros e as reformas de base.

Enquanto figuras como Miguel Arraes e Leonel Brizola eram atacadas pela ala conservadora, representada na Bahia pelo *A Tarde*, pois significavam o perigo da comunização do Brasil, o *Jornal da Bahia* continuava a defender a liberdade de opinião e manifestação dos diversos setores da sociedade. Este, mais uma vez, preferia defender o presidente Goulart e acreditar na intenção do presidente em concretizar as reformas de base e, ainda, compreendia a necessidade de mobilização social de todos os setores como forma de pressionar o governo em favor de suas reivindicações.

A possibilidade da derrota do Estado de Sítio foi analisada no dia 5 de outubro de 1963. A defesa da linha reformista que tanto agradava o *Jornal da Bahia* sofreu uma desconfiança com o pedido de Estado de Sítio ao Congresso. O editorial no “Perplexidade e Inquietação”, afirmava:

Deseja-se saber se a crise justifica medida de exceção, a que os governos democráticos só recorrem em casos extremos. Pergunta-se, ainda, se o Governo esgotou, de fato, todas as possibilidades de que dispõem para dirimir os conflitos que se registram no País, antes de apelar para a exceção

²³² *A Tarde*, 9 de outubro de 1963, p.5.

²³³ *Jornal da Bahia*, 4 de outubro de 1963, p. 1.

agora solicitada. [...] Perguntamo-nos se o Presidente Goulart e seus Ministros estão a acolher, não desígnios sinistros, mas pelo menos, intuitos capazes de violentar a programática do governo, que se definiu como reformista (e reformas de que a Nação carece como em termos desesperados) para tornar-se, agora, depois de ontem, num aprendiz do pior nasserismo²³⁴.

O receio frente o pedido de Estado de Sítio não retirou o apoio do *Jornal da Bahia* às reformas propostas por Jango. A demora do executivo em realizar as reformas inquietava o jornal em alguns momentos, mas havia um entendimento sobre as dificuldades enfrentadas pelo governo, que sofria com o receio dos conservadores em aceitar as mudanças e apoiar o presidente.

A intensificação das lutas sociais

O Plano Trienal identificava a inflação brasileira como um risco iminente e apontava os apertos monetários e fiscais como solução. Entretanto, em um ambiente político marcado por pressões e cobranças ao governo federal foi difícil manter a rigidez fiscal²³⁵. O operariado pressionava através das greves, pois pretendia recuperar sua capacidade aquisitiva, deteriorada pelo alto custo de vida. O empresariado, por sua vez, não aceitava qualquer aumento, pretendendo um rebaixamento dos salários para manter a lucratividade. Para alcançar este resultado seria necessário reprimir a organização e mobilização dos trabalhadores, intervindo nos sindicatos e extinguindo as greves. A reforma agrária também se tornou um fator de intenso conflito social, os proprietários de terra temiam que os trabalhadores agrícolas se unissem com os operários e formassem uma poderosa força política²³⁶.

Diante de tal conjuntura, a partir de novembro de 1963, o confronto de classes aumentou, com crescentes paralisações do trabalho e invasões de terra. Nas grandes cidades, as greves afetavam quase todos os setores da produção e categorias profissionais. Elas não se restringiam apenas as cidades, alcançavam o campo. Em novembro de 1963 inúmeras greves dos trabalhadores agrícolas espalharam-se pelo país²³⁷. Enquanto o Congresso, liderado pelos conservadores, recusava-se a modificar a Constituição e executar a Reforma Agrária, João Goulart determinou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) a elaboração da minuta

²³⁴ *Jornal da Bahia*, 5 de outubro de 1963, p. 1.

²³⁵ MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 96.

²³⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 300.

²³⁷ *Ibid.*, p. 301.

de um decreto, desapropriando, de acordo com as possibilidades legais, as terras situadas as margens das rodovias federais e açudes para conceder aos lavradores.

Jango optava por amenizar o sofrimento dos menos privilegiados, o que aumentou a insatisfação dos latifundiários. A questão agrária radicalizava as posições políticas, levando Goulart e o Congresso a um impasse, prejudicando o andamento de todas as outras reformas e a própria administração do país²³⁸. À medida que o tempo passava o Executivo não conseguia realizar as reformas e, com o aumento das manifestações e greves em todo o país, o jornal *A Tarde* realizava mais críticas a administração de João Goulart. Num editorial, sob o título de “Plebiscito é moda²³⁹”, o periódico avaliava a possibilidade de Jango realizar um plebiscito para reformar a Constituição. Tal proposta é combatida no texto, afirmando que o presidente possuía condições de conduzir o parlamento e provocar as alterações pretendidas, responsabilizando Goulart pelas reformas não ter saído do papel, pois sua liderança e comportamento não davam a possibilidade de liderança necessária.

O *A Tarde* passou a exacerbar as notícias sobre um caos administrativo. Novembro foi marcado por uma reunião entre os governadores dos diversos estados. Após o encontro o jornal estamparia na primeira página “Diversos governadores poderão romper com o presidente Goulart²⁴⁰”, avaliando que a estratégia utilizada por Ademar de Barros surtia efeito. As críticas a administração de Jango foram utilizadas como argumento para que os governadores Magalhães Pinto (MG), Ney Braga (PR), Ildo Menegheti (RS) e Virgílio Távora (CE) anunciassem a possibilidade de rompimento com o presidente.

Diante do entendimento que Jango não conseguia executar as reformas, a reportagem “Surge uma quarta fórmula para reforma agrária: PSD²⁴¹”, analisava a dificuldade do governo modificar a constituição e realizar a reforma agrária, avaliando que o PSD estudaria uma nova maneira de alcançar o sucesso nas alterações constitucionais necessárias para mudar a Constituição. Realizava, ainda, críticas a Jango, defendendo que as implicações criadas com o governador de Minas Gerais, seria a mesma criada com todos aqueles que se oponham a sua continuidade na presidência, pois Jango pretendia ser um novo Getúlio Vargas e assumir o poder com este fez em 1937.

Outra reportagem, “O Congresso se manterá em vigília permanente²⁴²”, avaliava o pedido do presidente do Senado Áureo de Moura Andrade para uma convocação

²³⁸ Ibid., p. 303.

²³⁹ *A Tarde*, 4 de novembro de 1963, p. 5.

²⁴⁰ *A Tarde*, 7 de novembro de 1963, p. 1.

²⁴¹ *A Tarde*, 8 de novembro de 1963, p. 1.

²⁴² *A Tarde*, 14 de novembro de 1963, p. 1.

extraordinária do Congresso Nacional, nos períodos entre 16 de dezembro e 8 de março, a fim de manter uma vigília permanente no país, devido a grave situação política e em função da desconfiança em torno do presidente João Goulart e suas intenções. A atitude do Congresso foi analisada no editorial “De sobreaviso”²⁴³, onde afirmava

Nesse lapso de tempo, quinze preciosos dias, tema a oposição que o Sr. João Goulart amplie a aventura do Estado de Sítio para um assalto mais amplo ao poder, tornando-se ditador. Se as instituições democráticas estão em perigo, deve o Congresso, manter-se vigilante.

As notícias sobre o caos administrativo e a falta de pulso de Goulart em controlar as greves foi seguida pela tentativa de reforma ministerial. Esta seria mais uma atitude que trazia preocupação para o *A Tarde*, através da reportagem “Teria caráter esquerdista a próxima reforma ministerial”²⁴⁴ que analisava uma aproximação entre João Goulart e os grupos de esquerda, podendo dar a Leonel Brizola a pasta do Ministério da Fazenda, argumentando que o presidente acreditava ter falhado em utilizar os métodos clássicos de combate à inflação e pretendia utilizar meios mais agressivos de combate, seguindo a opinião de Brizola. A figura de Leonel Brizola incomodava as alas mais conservadoras do país, tendo em vista a associação entre ele e os grupos comunistas. Para os conservadores o sinal era evidente, Goulart teria o apoio necessário desde que a esquerda fosse afastada do círculo do poder. Após a vitória no plebiscito, conservadores e moderados esperavam que Jango enfrentasse os problemas considerados urgentes: a crise política (consequência, principalmente, da radicalização à esquerda e à direita) e econômica (refletida na alta da inflação).

A tentativa de diálogo com a esquerda e direita começou a se complicar no primeiro semestre de 1963, com o fracasso da resolução econômica através do Plano Trienal, e com o colapso do campo político. A pretensão de pacificação política foi minada pela ação empreendida pelos grupos de esquerda próximos ao presidente, que almejavam uma definição mais precisa das intenções do presidente, juntamente com a intolerância dos grupos conservadores com o espaço dado pelo Executivo a estes grupos.²⁴⁵

O calor dos problemas administrativos em conjunto com o aumento dos boatos sobre a infiltração comunista no Brasil levou o Cardeal Arcebispo Primaz, D. Augusto Álvaro da Silva, a redigir uma carta pastoral, “Pela defesa do Brasil contra seus inimigos”²⁴⁶, advertindo contra o perigo do comunismo. O documento qualificava como miserável o panorama

²⁴³ *A Tarde*, 16 de novembro de 1963, p. 5.

²⁴⁴ *A Tarde*, 5 de dezembro de 1963, p. 1.

²⁴⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 136.

²⁴⁶ *A Tarde*, 6 de dezembro de 1963, p. 1.

político, social, econômico e religioso que o Brasil atravessava, mas que isto não era justificativa para dar espaço ao adversário, ou seja, o comunismo ateu.

Como bem observou Célio Roberto de Araújo, a Igreja Católica, diante do contexto de mudanças da sociedade brasileira, passou a modificar a sua atuação na vida pública do país. Setores do clero repensaram a atuação da Igreja. A Igreja na Bahia, representada por D. Augusto não teve uma postura passiva diante do quadro de mobilização e acirramento político, destacando a atuação da Igreja na contribuição do enriquecimento de um imaginário anticomunista, em sintonia com a campanha dos setores que se opunham ao governo de João Goulart.

Finalmente, o editorial “O menos indicado”, de 12 de dezembro de 1963 espessaria a opinião do *A Tarde* sobre os fatos, com perplexidade frente a possibilidade de Carvalho Pinto deixar o Ministério da Fazenda para que Leonel Brizola assumisse, entendia, então, que Brizola:

É o próprio conhecido aliciador de uma revolução das esquerdas quem se incube de pavonear o convite, dando-lhe como quase investido nas funções que almeja. Nestes tempos explosivos, que fará o governo? Será possível que tente tirar do posto um homem equilibrado, conhecedor profundo de finanças, que trás consigo tradição de bom senso administrativo – para substituí-lo por um famoso agitador, que não conseguiu trazer carta de boa recomendação do seu governo no Rio G. do Sul?²⁴⁷

Nesta conjuntura, Leonel Brizola e suas posturas radicais elevaram o tom do debate político, pregando o lema “reformas na lei ou na marra” o que deu origem ao aumento da polarização entre os campos políticos e, conseqüentemente, a inúmeras crises²⁴⁸. A demissão de Carvalho Pinto, em dezembro de 1963, abriu espaço para que Brizola disputasse, abertamente, o Ministério da Fazenda e concretizasse a sua candidatura a presidência da República.

A demissão de Carvalho Pinto ajudou a liquidar o resto da confiança que as classes dirigentes tinham no governo. Restava ao governo João Goulart o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais, segmentos das classes médias e setores descontentes do empresariado nacional, as forças populares representadas pelos sindicatos, ligas camponesas, entidades estudantis, os partidos de esquerda (PTB, PCB e PSB) e políticos nacionalistas de outras agremiações.

²⁴⁷ *A Tarde*, 12 de dezembro de 1963, p. 5.

²⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 137.

O *Jornal da Bahia* continuava esperançoso com as reformas propostas por Jango e preferia entender as dificuldades enfrentadas pelo presidente. A reportagem “UDN inicia ‘obstrução’ contra Jango²⁴⁹” aponta a pretensão do partido em dificultar as solicitações de reformas propostas pelo presidente.

Se de um lado o *A Tarde* enumerava uma série de reportagens que indicavam um caos administrativo e político, o *Jornal da Bahia* preferia concentrar-se nas realizações do governo. Destacava a defesa de Jango de que os capitais externos deviam chegar ao Brasil para ajudar e não para espoliar: “Goulart Reafirma: não é contra o capital que venha para ajudar-nos²⁵⁰”; descreveu o aumento dos subsídios dos deputados como tentativa de diminuir as divergências políticas dos mesmos; “Orçamento saíra com aumento dos Deputados²⁵¹”; o aumento do salário mínimo: “Novo mínimo no primeiro semestre de 1964²⁵²”; a reforma administrativa que pretendia instrumentalizar o governo no caminho das outras reformas, como a reforma agrária: “Reforma administrativa: Projeto vai a João Goulart na próxima semana²⁵³”; e o pedido de João Goulart ao PTB para pressionar o Congresso a votar nas leis fundamentais que o país reclama: “PTB vai começar ofensiva contra os Congressistas²⁵⁴”.

Estas reportagens recebiam destaques e pretendiam demonstrar os esforços do Executivo para efetuar as reformas. As greves e críticas realizadas pela oposição eram também anunciadas pelo *Jornal da Bahia*, contudo ocupavam pequenas notas e não exacerbavam os acontecimentos com tom de medo nem de caos administrativo. Como exemplo, o manifesto enviado pelas mulheres mineiras solicitando a renúncia de João Goulart: “Mulheres mineiras querem a Renúncia de João Goulart²⁵⁵” e o temor do deputado Armando Falcão de que era necessário o Congresso Nacional se reunir no período de recesso para que Goulart não se aproveitar da situação e decretar o Estado de Sítio: “Falcão teme Sítio e quer Congresso Ativo²⁵⁶”.

Outros acontecimentos mereciam destaque como a reportagem “Brasil vem sendo espoliado há 15 anos pelos trustes: Jango²⁵⁷”, que analisava a entrevista de Jango a revista *Manchete*, denunciando que o Brasil durante quinze anos foi espoliado pelas grandes potências, demonstrando a preocupação com a dívida externa brasileira, analisando a queda

²⁴⁹ *Jornal da Bahia*, 9 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵⁰ *Jornal da Bahia*, 2 de novembro de 1963, p. 3.

²⁵¹ *Jornal da Bahia*, 5 de novembro de 1963, p. 3.

²⁵² *Jornal da Bahia*, 9 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵³ *Jornal da Bahia*, 14 de novembro de 1963, p. 3.

²⁵⁴ *Jornal da Bahia*, 17 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵⁵ *Jornal da Bahia*, 8 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵⁶ *Jornal da Bahia*, 10 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵⁷ *Jornal da Bahia*, 20 de novembro de 1963, p. 1.

crecente do preço das matérias-primas o que contribuía para a deterioração da receita cambial, apelando para que as grandes potências ofereçam condições aos países subdesenvolvidos, e apontando as reformas de base como um dos caminhos para superar o atraso e o subdesenvolvimento.

A possibilidade de substituição de Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda foi amenizada. Enquanto o *A Tarde* enumera críticas inclusive falando da possibilidade de Brizola assumir a pasta, o *Jornal da Bahia* minimiza os fatos noticiando “Desmentida demissão de Carvalho Pinto²⁵⁸”. E, em seguida, destacava o encaminhamento ao presidente da lei de Remessa de Lucros feita pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em pedido do Ministério da Fazenda, projeto que pretendia dar ao poder executivo o instrumento de fiscalizar o capital estrangeiro.

Interessante também é a análise da entrevista do economista Rômulo Almeida, intitulada “Rômulo vê perigo de golpe se desenvolvimento for retardado²⁵⁹”. Na opinião do economista o Brasil podia sofrer um golpe reacionário de direita, caso o seu desenvolvimento fosse retardado pela radicalização de posições políticas. A preocupação com a possibilidade de um golpe foi comentada, também, pelo Ministro da Justiça Abelardo Jurema: “Jurema: Conspiração no Brasil é mal endêmico mas Jango está preparado²⁶⁰”. O entrevistado analisou que a oposição, encabeçada por Carlos Lacerda, poderia continuar conspirando contra o governo, mas que os Comandantes militares estariam identificados com o Ministro de Guerra para manter a normalidade da democracia no País.

Existia uma continuidade na forma do *Jornal da Bahia* compreender o contexto. Reafirmamos que as greves, seguidas das pressões dos diversos setores sociais eram entendidas como uma forma natural e aceitável de pressionar o governo. E, por vezes, o periódico enaltecia o respeito e capacidade de Jango em entender estas pressões como resultado de um governo democrático.

A queda do regime constitucional

O ano de 1964 foi iniciado com um clima político de grandes incertezas, a desconfiança de que Goulart pretendia dar um golpe e dissolver o Congresso, a dissensão

²⁵⁸ *Jornal da Bahia*, 22 de novembro de 1963, p. 1.

²⁵⁹ *Jornal da Bahia*, 29 de novembro de 1963, p. 3.

²⁶⁰ *Jornal da Bahia*, 30 de novembro de 1963, p. 3.

entre os vários grupos políticos (tanto esquerda quanto direita) e a deterioração da situação econômica marcavam o contexto daquela conjuntura²⁶¹.

Jango pretendia amenizar a desigualdade no Brasil e, por isso, seu governo defendia a reforma agrária (prevendo a indenização prévia em dinheiro), reforma política (estendendo o direito de voto a analfabetos e soldados de pré), reforma universitária (pregando liberdade de ensino e o fim da vitaliciedade da cátedra), reforma da Constituição (para delegação de poderes legislativos ao presidente da República) e consulta a vontade popular (através de plebiscitos). Estas reformas objetivavam viabilizar o capitalismo no Brasil, dando maior capacidade de autotransformação e auto-sustentação ao país.

Uma intensa campanha associava as iniciativas de Goulart a pretensões comunistas²⁶². A campanha contra o governo de João Goulart era fomentada por uma direita que explorava os conflitos internos e as lutas de classes, com a participação dos norte-americanos como empresários. Este grupo, utilizando-se do apelo religioso e da propaganda anticomunista, e com o auxílio da imprensa conservadora obtiveram resultados significativos. Considerável parte das classes médias (castigada pela inflação) migrou para a direita engrossando as correntes anti-Goulart, o balanço de forças havia sido rompido²⁶³.

Diante da deterioração do apoio ao seu governo, Jango passou a apoiar a esquerda radical e promover comícios em algumas cidades do país com a intenção de mobilizar a população em favor das reformas de base. Decidiu que iria realizar as reformas utilizando-se de decretos, passando por cima do Congresso. O comício de 13 de março de 1964, ocorrido no Rio de Janeiro, foi mais um fator de união dos grupos conspiradores militares e civis, que preparavam a derrubada de Goulart. Jornais, políticos, a Igreja e os empresários relacionaram o comício ao comunismo. Os jornais intensificaram as notícias e declarações de políticos, personalidades públicas e militares sobre a comunização do Brasil²⁶⁴.

Em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, ocorria a Marcha da Família com Deus para a Liberdade. Esta foi a resposta da classe média e conservadora paulistana ao comício de 13 de março ocorrido no Rio de Janeiro²⁶⁵. A Marcha constituiu a primeira das grandes manifestações de massas que procurou criar o clima político para o golpe de Estado contra o governo de João Goulart, justificando-o, com o objetivo de propagar a idéia de que a

²⁶¹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 121.

²⁶² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 314.

²⁶³ *Ibid.*, p. 316-317.

²⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 122.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 123.

população o desejava. A pretensão era espalhar a Marcha por todo o Brasil, objetivando encorajar a oposição no Congresso e nas Forças Armadas²⁶⁶.

Os fatos propostos corroboram com a perspectiva de René Dreifuss. Entendemos que os acontecimentos de 1964 marcaram um movimento arquitetado de classes e não um mero golpe militar. Foi uma estratégia bem sucedida de desestabilização do governo João Goulart, organizada por uma elite orgânica; formada por empresários, tecnoempresários, intelectuais, militares e representantes de interesses multinacionais e associados. O complexo IPES/IBAD teria sido o núcleo ativo da derrubada de Goulart, com o objetivo de restringir as organizações de classe, consolidando o crescimento econômico inserido em um modelo de capitalismo dependente, promovendo os interesses multinacionais.

A propagação do fantasma comunista foi o principal fator que uniu imprensa, militares, Igreja, classe média, empresários rurais e urbanos e diferentes setores da sociedade em apoio à queda do governo constitucional de Goulart. Para alguns destes setores, inclusive a imprensa, apoiar o golpe não era implantar no país um regime autoritário, mas o restabelecimento da ordem e o afastamento do comunismo. O perigo comunista foi uma imagem construída ao longo dos anos no Brasil, e a conjuntura da Guerra Fria contribuiu para expandir este medo e conseguir a adesão de grande parte da sociedade brasileira²⁶⁷.

O jornal *A Tarde* iniciou o ano de 1964 com um editorial, denominado *Perspectiva* analisando que o ano de 1963 foi marcado por um clima de intranqüilidade e instabilidade governamental, denunciando a subversão e pretensões de golpe a nível nacional. Mostrava-se contente com as promessas de Jango de levar em frente às reformas de base, entretanto, demonstra-se pessimista com a falta de definição do governo frente os problemas nacionais. Diante dessa conjuntura afirmava:

Não se pode negar 1964 traz outro fator positivo: é que será o ano do início das campanhas políticas sucessórias. Se isto, traz, geralmente, agravamento nas lutas políticas, em detrimento da eficiência administrativa, a fixação das candidaturas terá, na atual conjuntura, o efeito promissor de somar esforços para a manutenção do regime. Quando mais não seja, 1964 pode ser, assim, o ano da consolidação da democracia no País²⁶⁸.

Representante da ala conservadora, as críticas no *A Tarde* intensificavam-se, e uma coluna assinada por Gustavo Coração, denominada *Agitações Presidenciais*²⁶⁹, condenava o

²⁶⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 317.

²⁶⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 127.

²⁶⁸ *A Tarde*, 2 de janeiro de 1964, p. 5.

²⁶⁹ *A Tarde*, 2 de janeiro de 1964, p. 5.

projeto de João Goulart de desapropriar as terras marginais das rodoviárias. Apontando a opinião contrária de alguns economistas sobre o tema e associando a idéia de Jango a de um subversivo, em mais uma atitude infeliz do governo.

Uma coluna, *Mensagem de Fim de Ano*, assinada por Mario Piva analisava o conteúdo do pronunciamento do presidente no final de ano. Piva entendia que 1964 seria o ano das reformas, o que ocorreria pela força da vontade popular e não pelas atitudes do presidente, caracterizado como um homem de promessas. O documento, no entanto, traz esperanças devido à quantidade de compromissos que não saíram do papel durante o governo Goulart.

O início de janeiro de 1964 foi marcado pelos comentários no *A Tarde* sobre a capacidade administrativa de João Goulart, entretanto as páginas não deixavam de figurar o caos administrativo e político pensado pelos conservadores. O periódico observava a manifestação da Federação Carioca de Servidores Públicos, União dos portuários do Brasil e a União Nacional dos Servidores Civis do Ministério da Marinha e a vagarosidade do governo em pagar o décimo terceiro salário do funcionalismo federal²⁷⁰. A invasão de terras feita por camponeses na fazenda “Bica” em Sergipe²⁷¹ e a paralisação grevista na Guanabara do grupo Light, responsável pela água, luz, gás e telefone da região²⁷². Todos estes fatos eram motivos para o *A Tarde* caracterizar o Executivo como ineficiente.

Ao analisarmos as páginas do jornal *A Tarde* no início do ano de 1964, entendemos que a paciência com João Goulart havia acabado. O aumento da ação das organizações de esquerda, a chegada inesperada de um governante com forte tendência trabalhista e nacionalista a presidência já constituíam fatores elementares na construção de um discurso anticomunista. Isto, aliado a dificuldade de Jango promover as reformas e, a escalada de reivindicações da esquerda, disposta, cada vez menos, em negociar as medidas que visavam modificar a estrutura da sociedade e, sim, fazê-las, era entendida pelo periódico como uma incapacidade de Jango conduzir a nação.

Chamava atenção, também, a primeira página do dia 15 de janeiro de 1964, *Goulart não assinaria mais decreto da Supra*²⁷³, descrevendo que o presidente Jango não assinaria mais o decreto de desapropriação de terras, entendendo que o presidente tomou esta decisão a partir da falta de apoio do PSD. Outra reportagem, *Povo sofre no Rio enquanto governos exploram as greves*, analisava as dificuldades enfrentadas pelo povo da Guanabara diante da

²⁷⁰ *A Tarde*, 11 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷¹ *A Tarde*, 13 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷² *A Tarde*, 15 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷³ *A Tarde*, 15 de janeiro de 1964, p. 1.

falta de luz, água e telefone, demonstrando a troca de acusações entre Lacerda e Goulart que não se preocupavam em resolver o problema.

Sob o título *Fantasia ou realidade* o periódico analisou as denúncias de Bilac Pinto, presidente da UDN, sobre o golpe de esquerda traçado de acordo com o Governo Federal. Responsabilizado o presidente João Goulart pela revolução popular, acusando a Frente de Mobilização Popular, que contava com a presença de Leonel Brizola e Miguel Arraes de organizar uma reunião objetivando tomar o poder. Denunciava ainda:

Assim, o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação, organismos tipicamente comunistas dirigidos por deputados vermelhos, vão ligar-se à Frente para ajudá-la a conquistar o poder. Não se sabe se as esquerdas querem ou não a derrubada de Goulart por meios pacíficos ou através da revolução. Hoje os esquerdistas decidirão este ponto de vista²⁷⁴.

As críticas continuavam, no mesmo dia, o editorial *Onda de greves*, apontava a generalização das greves pelo país, inclusive em Salvador onde várias categorias encontravam-se paradas. Responsabiliza a incapacidade do governo de controlar a crise econômica, pois a alta inflação desvalorizava os salários:

Será, por exemplo, que ainda não enxergou ele que, nesse passo, só consegue favorecer a candidatura dos radicais? Que o povo já está cansado dessa inquietação que devora o país? Que, por outro lado, essa onda de greves só faz criar condições para uma medida política violenta, dando razão para os que defendem uma solução golpista para a crise nacional? Ou quer o presidente dar razões aqueles que o apontam como um golpista? Essas perguntas se faz a Nação, perplexa e preocupada com o constante e contínuo agravamento da situação brasileira. O Brasil está como num plano inclinado, a beira do abismo, cada vez correndo mais celeremente em direção a este²⁷⁵.

O dia 23 de janeiro de 1964 foi marcado por fortes acusações, anunciando *Autoridades gaúchas com a prova da sedição*²⁷⁶. O texto descrevia a denuncia da imprensa carioca de um golpe da esquerda que pretendia matar o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti. No mesmo dia, o periódico analisava o *Manifesto de Miguel Arraes*²⁷⁷, avaliando a reunião entre o governador e o presidente João Goulart que solicitava apoio para realizar as reformas de base, anunciando que a formação de uma Frente popular ou Progressista para pressionar em favor das reformas é necessária, tendo em vista que o Congresso Nacional sofria pressões internacionais e que dificilmente aprovara as reformas.

Preenchendo suas páginas com o noticiário de greves e caos, o *A Tarde* unia-se ao grupo dos opositores de Jango. As especulações e suposições dos anticomunistas ganhavam

²⁷⁴ *A Tarde*, 17 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷⁵ *A Tarde*, 17 de janeiro de 1964, p. 5.

²⁷⁶ *A Tarde*, 23 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷⁷ *A Tarde*, 23 de janeiro de 1964, p. 1.

verossimilhança a partir dos primeiros meses de 1964, pois para estes, a aproximação de Goulart com a esquerda e a possibilidade de choque com o Congresso era o caminho para um golpe.

A organização de um Congresso Continental dos Trabalhadores da América Latina era outro fato que incomodava os conservadores. Tal reunião foi comentada no editorial do *A Tarde*, *É o CGT Continental*²⁷⁸. Este compreendia que o Brasil trazia para o país mais um elemento de agitação, no momento em que o Brasil precisava de paz. Entendendo ainda que os sindicatos fossem regulamentados, as cúpulas sindicais não representavam os interesses dos filiados, servia para implantar pelegos e agitadores. Os dirigentes do CGT representavam a nata do comunismo e “peleguismo” nacional.

Em seguida, a coluna de Mario Piva, *A grande praga*²⁷⁹, analisava que o problema enfrentado pelo Brasil não é fruto de nossa condição, mas do despreparo dos homens públicos que ocupavam o poder. E duramente afirma:

As convulsões sociais nascem sempre de erros praticados pelos homens que dirigem um país. As sementes revolucionárias encontram solos propícios nos vales da inconformidade. Delas medram os frutos da agitação. Para transformá-lo em alimento de paz, torna-se indispensável exterminar a praga da irresponsabilidade²⁸⁰.

Notícias relacionadas a um caos administrativo continuavam. O dia 6 de fevereiro foi marcado pela matéria *Goulart assina decreto cortando 40% das verbas orçamentais*²⁸¹, o texto expunha a previsão do Ministério da Fazenda de entregar aos órgãos governamentais apenas 12% das verbas previstas, associando tal necessidade de redução dos investimentos ao desequilíbrio do Tesouro Nacional que alcançou um déficit de 15 bilhões de cruzeiros.

O programa da Frente Única foi analisado na matéria *Programa da Frente Única prevê quatro emendas constitucionais*²⁸², o texto teria sido enviado às correntes políticas que apoiavam o governo e previa a extensão dos votos aos analfabetos, elegibilidade aos alistáveis, abolição da vitalidade nas cátedras e a reforma nos artigos 141 e 147 da Constituição (referentes a desapropriação de terras por interesses social, sem a prévia e justa indenização em dinheiro), pretendendo que a desapropriação de terras seja compensada em títulos de valor reajustável. No mesmo dia, um editorial critica a administração de João Goulart, que seria incapaz de conduzir responsabilmente o País. O texto, cujo título era *Sem*

²⁷⁸ *A Tarde*, 25 de janeiro de 1964, p. 5.

²⁷⁹ *A Tarde*, 25 de janeiro de 1964, p. 5.

²⁸⁰ *A Tarde*, 25 de janeiro de 1964, p. 5.

²⁸¹ *A Tarde*, 6 de fevereiro de 1964, p. 1.

²⁸² *A Tarde*, 7 de fevereiro de 1964, p. 1.

*ânimo de resolver*²⁸³, entendia que as reformas eram necessidades urgentes para a melhoria de condição do povo brasileiro, mas que o governo federal não tomava decisões e transferia a culpa de sua incapacidade para o Congresso.

Diante da idéia de incapacidade administrativa, outra medida do governo incomodava os conservadores do *A Tarde*. A reportagem do dia 8 de fevereiro, *Governo mantém entendimentos para a formação da Frente Única*²⁸⁴, afirmava que a legalidade do Partido Comunista seria aceita, em princípio, pelos deputados governistas. Tal anúncio gerou uma matéria *Brasil não será nova Cuba nem nova China*²⁸⁵, avaliando o pronunciamento da Organização Interestudantil Brasileira contra a legalização do Partido Comunista, afirmando que o governo há tempos se apoiava em atividades comunistas.

A questão agrária foi um dos fatores que radicalizou as posições políticas, levando o governo de João Goulart e o Congresso a um impasse, dificultando o andamento das reformas de base e a própria administração do país. SanTiago Dantas, mesmo doente e afastado do governo, tentou uma solução de compromisso, formando a Frente Única ou Frente Popular, que apoiaria as reformas através de um programa mínimo, sendo aceito pelo PSD, PTB, PCB e adeptos de Brizola. Quando o programa saiu, não se concretizou, as resistências apareceram em todas as áreas. Brizola admitia a Frente, entretanto sem a participação do PSD, Miguel Arraes considerava inviáveis os termos que Dantas intencionava, os comunistas retraíam-se e no PSD nem todos defendiam a legalização do PCB²⁸⁶.

Legalizar o PCB significaria importante passo para a ampliação da democracia. Em todos os países da Europa e nos Estados Unidos o PC era legalizado, mas no Brasil o interesse das classes dirigente e dos estrangeiros não desejava tamanha abertura democrática. Goulart não discriminava os comunistas nem a organização dos trabalhadores. O PTB mantinha relações com os comunistas desde 1954, o que se constituía numa condição indispensável à unidade do movimento operário e a constituição de uma frente popular em defesa das posições nacionalistas. As relações do PTB com os comunistas não implicava que estes estivessem no governo²⁸⁷.

Os rumores de que Goulart pretendia continuar no poder também era anunciado pela mídia. Na reportagem *Goulart tentará reforma para reeleger-se*²⁸⁸, o *A Tarde* avaliava que a

²⁸³ *A Tarde*, 7 de fevereiro de 1964, p. 5.

²⁸⁴ *A Tarde*, 8 de fevereiro de 1964, p. 1.

²⁸⁵ *A Tarde*, 13 de fevereiro de 1964, p. 5.

²⁸⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 303.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 304-305.

²⁸⁸ *A Tarde*, 17 de fevereiro de 1964, p. 1.

proposta de reforma na Constituição seria seguida por um plebiscito que concederia a Jango a condição de concorrer à reeleição. A reforma constitucional era a meta do presidente para tocar seus projetos, diante da dificuldade de apoio no Congresso para efetivar as reformas de base. João Goulart pretendia utilizar-se da imprensa para pressionar em favor das reformas. O que ocorre, por exemplo, no noticiário *Pronta a mensagem para a reforma*²⁸⁹ que seria feita no programa a Voz do Brasil.

A avaliação sobre o discurso do presidente foi realizada pelo *A Tarde* no editorial *O discurso*²⁹⁰. O texto analisava os pontos positivos da fala do presidente, tendo como principal meta o controle da dívida comercial brasileira, mas, seria também necessário:

Que o governo reconquiste a confiança pública, concretizando o plano de combate a inflação e das reformas de base, mais uma vez anunciadas, quando fracassou após tantas promessas. O Sr. João Goulart tem falado muito, mas realizado relativamente pouco²⁹¹.

O medo da comunização do país não deixava de ser explorado. O editorial *Suicídio*²⁹² refletia sobre a legalização do partido comunista e, considerava um erro, pois não se deveriam admitir facções partidárias que objetivassem exterminar a democracia. Na concepção do *A Tarde*, a legalidade de um partido comunista para defender a ideologia vermelha, garantiria a propagação das idéias subversivas e, conseqüentemente, uma ameaça a democracia.

Um documento foi elaborado pelos Bispos da Arquidiocese da Bahia sobre a situação brasileira. Um reportagem do *A Tarde*, *Declaração dos Bispos*²⁹³, analisava a reflexão dos bispos, que viam no documento um dever religioso e cívico de protestar contra a conspiração comunista e, de alertar a população sobre a ideologia vermelha que colocava em perigo a democracia. A decisão dos religiosos agradou os conservadores que lançaram uma nota sobre o assunto na primeira página do dia 9 de março, intitulada *Povoa a trincheira*²⁹⁴. O texto falava sobre a necessidade dos outros setores da opinião pública apoiar o Episcopado baiano, entendendo que o Brasil não podia negar os quatro séculos de religiosidade para aceitar um regime que excluía a idéia de Deus.

O comício do dia 13 de março se aproximava e com eles as especulações. A primeira delas falava sobre a possibilidade de Jango anunciar a reforma da Constituição possibilitando a sua reeleição, como foi anunciado na reportagem *Comício deflagraria a campanha da*

²⁸⁹ *A Tarde*, 19 de fevereiro de 1964, p. 1.

²⁹⁰ *A Tarde*, 21 de fevereiro de 1964, p. 5.

²⁹¹ *A Tarde*, 21 de fevereiro de 1964, p. 5.

²⁹² *A Tarde*, 24 de fevereiro de 1964, p. 5.

²⁹³ *A Tarde*, 6 de março de 1964, p. 1.

²⁹⁴ *A Tarde*, 9 de março de 1964, p. 1.

*reeleição*²⁹⁵. As preocupações sobre os anúncios de Goulart no comício levaram a publicação de uma reportagem pelo *A Tarde* intitulada *Goulart falará no mesmo palanque em que Vargas inaugurou o Estado novo*²⁹⁶, esta comentava sobre a revisão do decreto de desapropriação que ampliaria de 100 para 500 hectares as áreas não desapropriáveis, contudo, denotava seu tom de preocupação sobre as decisões de Jango no palanque.

A incerteza amedrontava aqueles que desconfiavam das intenções de Goulart, a reportagem *País em “suspense” aguarda o comício*²⁹⁷ comentava sobre as medidas de segurança para a realização do comício, e as possíveis falas do presidente que seria em torno da necessidade de reformas, contudo, mais uma vez o título do documento denotava a desconfiança sobre o presidente. Tal preocupação foi seguida pelo editorial do mesmo dia *Lenha na fogueira?*²⁹⁸, o texto retratava a publicação do Estado Novo por Getúlio e caracterizava a longa permanência no poder como algo perigoso, entendendo que o alongamento do poder era um caminho aberto para a ditadura, que naquela conjuntura poderia ser acompanhada de uma ideologia perigosa, o comunismo.

Constituiu-se um marco para a união de todos os conspiradores civis e militares o comício de 13 de março de 1964, pois estimulou na classe média o medo sobre a implantação do regime comunista. Alguns setores, até então favoráveis as reformas, mudaram de posição e se alinharam aos anticomunistas. A relação entre o comício e o comunismo foi feita pelos jornais, políticos, Igreja e empresários. E o *A Tarde* alinhava-se a estes setores.

O jornal *A Tarde* anunciava o resultado do comício na reportagem *Desapropriação de terras e refinarias*²⁹⁹, onde Goulart assinou o decreto sobre a desapropriação de áreas de interesse público e da encampação de refinarias particulares de petróleo. Jango, em seu discurso, convocou o povo para lutar pelas mudanças na Constituição, mas o desgosto com os anúncios de Jango foi retratado no editorial *Sexta-feira, treze*³⁰⁰, onde o periódico caracterizou o comício como um espetáculo demagógico, condenando a participação e o pronunciamento de Miguel Arraes e Leonel Brizola. Além de ser severo com a participação e pauta de reivindicações do Partido Comunista e, finalmente, convocando o Congresso, as Forças Armadas e os homens de bem a não submeter-se a uma ditadura falida e estrangeira.

²⁹⁵ *A Tarde*, 11 de março de 1964, p. 1.

²⁹⁶ *A Tarde*, 12 de março de 1964, p. 1.

²⁹⁷ *A Tarde*, 13 de março de 1964, p. 1.

²⁹⁸ *A Tarde*, 13 de março de 1964, p. 5.

²⁹⁹ *A Tarde*, 14 de março de 1964, p. 1.

³⁰⁰ *A Tarde*, 16 de março de 1964, p. 1.

O Congresso também reagiria à fala do presidente, a reportagem *Congresso reage ao discurso presidencial*³⁰¹ demonstrava a insatisfação do presidente do Senado e da Câmara, juntamente com os líderes da UDN e do PSD com o discurso de Jango. Apontava a preocupação com a possibilidade Goulart propagar outros comícios pelo Brasil, anotando o receio de lideranças partidárias que exigiam a reação imediata do Congresso por temer que as teses defendidas pelo presidente levassem a um plebiscito que dissolvesse o Congresso, e expondo a sugestão dos líderes da UDN para um pedido de impeachment.

Ainda, o editorial *O Comício*³⁰² entendia que o presidente conseguiu um resultado positivo com os decretos de desapropriação de terras e refinarias, mas, que Goulart não devia se deixar levar pelos aplausos e nem pela aventura continuista e, mais, alertando que o povo brasileiro não suportava mais ditaduras, mas reformas dentro da ordem.

Num editorial denominado *Destino de uma nação*³⁰³, avaliava que os boatos sobre a aventura ditatorial pretendida por Jango começavam a fazer sentido. O exemplo disto seria a convulsão social para qual propositadamente o Brasil se encaminhava, o aumento da inflação era uma arma para desestabilizar o país e encaminhá-lo para o comunismo. E, por fim, convocava o povo e as Forças Armadas para agir contra a minoria de agitadores que pretendiam mergulhar a pátria numa ditadura comunista.

Continuando sua análise sobre a crise política administrativa, o *A Tarde* analisava no editorial *Lenha na Fogueira*³⁰⁴ as pressões do CGT sobre o Congresso para aprovar as reformas. Qualificava o CGT como um órgão ilegal e representante de alguns setores do comunismo, não tendo relação com os interesses dos trabalhadores brasileiros e convocava o governo a controlar as atividades ilegais do CGT.

O comício de Jango assustava os conservadores, o *A Tarde* seguia com uma série de editoriais analisando as conseqüências e atitudes do presidente após o comício. O editorial *Por que os sinos dobram*³⁰⁵ entendia que o caminho adotado por Goulart foi de abrir as portas do Brasil ao comunismo internacional. Tudo começou com a entrega de postos-chaves a elementos vinculados ou simpatizantes ao comunismo, e depois, incentivou a população a se posicionar contra o Congresso. Assim, o presidente queria dar a impressão de que o Congresso era um órgão desnecessário, dando oportunidade aos comunistas decidirem sobre os rumos do Brasil.

³⁰¹ *A Tarde*, 16 de março de 1964, p. 1.

³⁰² *A Tarde*, 16 de março de 1964, p. 5.

³⁰³ *A Tarde*, 16 de março de 1964, p.1

³⁰⁴ *A Tarde*, 18 de março de 1964, p.1.

³⁰⁵ *A Tarde*, 19 de março de 1964, p.1.

Distinto editorial, *A técnica é igual*³⁰⁶, entendia que a situação vivida pelo país assemelha-se com os anos de 1935 e 1945, quando os comunistas tentaram tomar o poder, demonstrando que Carlos Prestes era o mesmo agitador e questionava até quando o Brasil permitiria que o chefe dos comunistas continuasse tomando atitudes que prejudicavam a democracia do país.

A agitação contra Goulart acirrou-se, ocorreram conflitos em São Paulo e Belo Horizonte provocados pelos grupos de direita. A UDN, parte do PSD e outros partidos reivindicaram o impeachment de Jango. Grupos, financiados pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural e outras, organizaram as chamadas “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” em diversas cidades do país e tinha como objetivo provocar a fúria anticomunista em todo o país³⁰⁷.

A reportagem *Comício monstro contra as medidas do governo*³⁰⁸ destaca a presença da classe média e da Igreja em São Paulo, onde foi solicitado aos “bons” brasileiros a fé e a coragem necessária para enfrentar a comunização do país.

O trabalho de Ediane Lopes de Santana buscou compreender a organização por parte de mulheres da classe média soteropolitana de uma marcha de apoio aos militares, após o golpe civil-militar de 1964, sendo o maternalismo e o anticomunismo as principais motivações destas para a organização da marcha em Salvador.

Na continuação de suas críticas, o editorial *Eles sabem o que fazem*³⁰⁹ denunciava a intenção de Goulart de estabelecer o monopólio da importação do papel da imprensa, visto pelo periódico como uma tentativa do governo controlar os órgãos de comunicação, dando e negando papel por mérito pessoal. E, por fim, convocava as forças dispostas a defender a democracia brasileira a fazê-lo, antes que o inimigo (os comunistas) ocupe todas as trincheiras.

O medo continuava a se propagar. A reportagem *Partido Comunista quer convocação: plebiscito*³¹⁰ analisava o documento elaborado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) propondo um plebiscito e analisando que o Exército poderia adotar soluções para os problemas sociais, independente do Congresso. Finalizando com a fala do deputado Bilac Pinto que denunciava que tudo era fruto do plano golpista de João Goulart.

³⁰⁶ *A Tarde*, 20 de março de 1964, p.1.

³⁰⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 316.

³⁰⁸ *A Tarde*, 20 de março de 1964, p.1.

³⁰⁹ *A Tarde*, 21 de março de 1964, p.1.

³¹⁰ *A Tarde*, 25 de março de 1964, p.1.

No dia 26, o periódico analisava a decisão dos marinheiros de se reunirem no Sindicato dos Metalúrgicos, sob o pretexto de comemorar o segundo aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e, contrariando a determinação do Ministro da Marinha, discursaram em favor da reformas de base. A reportagem que analisou o encontro, *Marinha de prontidão em todo o país*³¹¹, qualificava o encontro como subversivo e para assustar, ainda mais, os conservadores que entendiam que Jango pretendia dar um golpe e permanecer no poder, os acontecimentos envolvendo os marinheiros gerou os rumores sobre a possibilidade de decretação de um Estado de Sítio, o que foi avaliado pelo *A Tarde* sobre o título *Governo cogita em estado de sítio*³¹².

Os acontecimentos agravaram ainda mais a situação política, e com o título *Motim da Marinha traumatiza política*³¹³, o *A Tarde* demonstrava o estado de tensão, indicando a insatisfação do Clube Naval que denunciou o presidente por não ter cumprido a promessa de punir os amotinados da Marinha, prometendo tomar uma posição mais radical contra o presidente Goulart. Por outro lado, o Clube Militar acusava os participantes do encontro no Sindicato dos Metalúrgicos de serem doutrinados pelos chefes sindicalistas e a serviço de Moscou, afirmando que as Forças Armadas saberiam reconduzir o país.

A Revolta dos Marinheiros foi interpretada com a senha para o início da revolução comunista. Foi utilizada como argumento pelos grupos de direita para demonstrar que os comunistas incentivaram a quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas para acelerar o golpe³¹⁴. Diante da situação, brasileiros e norte-americanos acertavam os últimos detalhes do golpe. Lincoln Gordon informou às autoridades de Washington que Goulart estava definitivamente decidido a obter o poder ditatorial, aceitando a colaboração do PCB e outros revolucionários da esquerda radical³¹⁵.

Na proximidade da derrubada do seu governo, Goulart pronunciou um discurso, qualificado pelo *A Tarde* como violento. Na manchete *Acatamento à hierarquia legal, pede Goulart*³¹⁶, agradecia a homenagem dos sub-oficiais e sargentos da Polícia Militar e acusava os reacionários como responsáveis pela campanha contra o seu governo, refutando as

³¹¹ *A Tarde*, 26 de março de 1964, p.1.

³¹² *A Tarde*, 28 de março de 1964, p.1.

³¹³ *A Tarde*, 30 de março de 1964, p.1.

³¹⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 123.

³¹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 324.

³¹⁶ *A Tarde*, 31 de março de 1964, p.1.

acusações da oposição de que sua administração contrariava a boa fé da família católica brasileira.

O editorial *O momento nacional*³¹⁷ avaliava o motim da Marinha e afirma que o princípio de autoridade estava abalado, entendendo que a solução do governo era de orientação duvidosa, alertando:

Esta semana poderá, assim, marcar para o Brasil uma época decisiva, talvez, para a normalidade democrática, inclusive, enquanto a vida econômica do País continua em suspenso, com repercussões eminentemente danosas para a nação³¹⁸.

Apesar das críticas à administração de João Goulart e o medo de comunização do Brasil, podemos dizer que a sociedade baiana foi surpreendida pelo golpe civil-militar de 1964. O que pode ser observado na postura do governador Lomanto Junior em apostar na permanência de Jango até o desfecho definitivo do golpe e na defesa da legalidade assumida pelo jornal *A Tarde* após o 31 de março de 1964³¹⁹. O periódico lutou pela defesa dos seus interesses, acreditando numa transformação política que ocorresse dentro da legalidade.

De outro lado, o *Jornal da Bahia* continuava a depositar esperanças na administração do presidente João Goulart. A primeira página do ano que se iniciava indicava *Goulart promete ao país: 1964 vai ser o 'ano das reformas'*³²⁰. O texto tratava da necessidade de se realizar as reformas, indicando que a manutenção das estruturas existentes significara a anulação do trabalho nacional.

Foi demonstrada a preocupação com a possibilidade de rompimento da legalidade, Leonel Brizola alertava que a UDN e o PSD tenderiam a se reunir para precipitar uma ditadura, e o texto *Brizola no Rio: UDN e PSD preparam a ditadura*³²¹ ainda demonstrava o tom de crítica de Brizola contra Jango, entendendo que o presidente iniciou seu governo como um líder popular, e que agora era um conciliador que não resolvia nada.

O tom de apoio às medidas de Jango continuava, as reportagens *Regulamentada a remessa de lucros*³²² analisava o documento que determinava o registro na SUMOC dos capitais estrangeiros, e o texto *Reforma agrária entra em regime de urgência*³²³ avaliava o pedido de urgência no projeto de reforma agrária.

³¹⁷ *A Tarde*, 31 de março de 1964, p.5.

³¹⁸ *A Tarde*, 31 de março de 1964, p.5.

³¹⁹ FERREIRA, Muniz Gonçalves. O golpe de estado de 1964 na Bahia. 2004, p. 4.

³²⁰ *Jornal da Bahia*, 1 de janeiro de 1964, p. 1.

³²¹ *Jornal da Bahia*, 5 de janeiro de 1964, p. 1

³²² *Jornal da Bahia*, 18 de janeiro de 1964, p. 1.

³²³ *Jornal da Bahia*, 21 de janeiro de 1964, p. 1.

O *Jornal da Bahia* preocupava-se com a possibilidade de conspiração contra o Executivo. Analisando a fala do governador Miguel Arraes, *Arraes: terrível maquinação está sendo preparada contra o governo*³²⁴, alertando Jango contra a máquina anti-nacional dos imperialistas e latifundiários que há anos tentava controlar a nação, demonstrava ao presidente a necessidade de um pacto com as forças populares para efetivar as reformas.

Fazendo coro a necessidade de transformações significativas na conservadora estrutura brasileira, o *Jornal da Bahia* publicou um artigo de Celso Furtado, *O processo econômico brasileiro*³²⁵, denunciando que o controle inflacionário no Brasil não dependia somente da disciplina dos que controlavam o poder público, tendo em vista a necessidade de maiores alterações na estrutura social, contudo, os grupos no poder continuavam a conservar uma estrutura de privilégios.

O *Jornal da Bahia* fazia parte do pequeno grupo de veículos de imprensa que ainda defendiam a manutenção do regime constitucional, acreditando nas reformas de base. O periódico optou por criticar aqueles que desacreditavam na capacidade do governo de preservar a ordem pública, contornar as greves e o problema inflacionário. Recriminava aqueles grupos que se mantinham no poder e lutavam pela permanência de seus privilégios, utilizando-se de métodos ultrapassados para conservá-los. Quando necessário, denunciava aqueles que exageravam nas críticas à administração de Goulart.

Enquanto o *A Tarde* criticava e se amedrontava com as pressões de Jango sobre o Congresso, a reportagem *'Frente Ampla' quer plebiscito sobre a reforma agrária*³²⁶ demonstrava o contentamento do *Jornal da Bahia* com um projeto de “teses nacionalistas e populares, o qual, por sua vez, atuaria como elemento de pressão legítima em face do Congresso, para dele arrancar a consulta do povo³²⁷”.

O *Jornal da Bahia* entendia as dificuldades do governo João Goulart, e evitou exacerbar qualquer tipo de situação, acreditando no poder de negociação do presidente. Destacou, por exemplo, no texto *Reforma Agrária: PSD disposto a reiniciar os entendimentos*³²⁸ a possibilidade de entendimento entre o PSD e o PTB em favor da reforma agrária e a garantia de análise e posicionamento do PSD sobre a Frente Ampla.

A defesa em favor de Jango continuava na primeira página do dia 14 de fevereiro quando estampou *Darci: Medidas nacionalistas do governo são a causa das acusações*

³²⁴ *Jornal da Bahia*, 23 de janeiro de 1964, p. 3

³²⁵ *Jornal da Bahia*, 1 de fevereiro de 1964, p. 2.

³²⁶ *Jornal da Bahia*, 5 de fevereiro de 1964, p. 3.

³²⁷ *Jornal da Bahia*, 5 de fevereiro de 1964, p. 3.

³²⁸ *Jornal da Bahia*, 8 de fevereiro de 1964, p. 3.

*contra Jango*³²⁹, o texto continha uma análise do Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, denunciando que a propagação da idéia de que Jango conspirava contra a manutenção das instituições democráticas no Brasil era um incômodo da UDN frente às medidas nacionalistas do executivo nacional, e o boato de que o governo pretendia armar o governo para desfechar um golpe era sempre anunciado pelas mesmas figuras ligadas a UDN, como Bilac Pinto.

Mereceu destaque no *Jornal da Bahia* o pronunciamento feito pelo presidente, *Reescalonamento, reforma cambial e luta contra a especulação anunciados por Jango*³³⁰, este enfatizou o saneamento das finanças externas através de um reescalonamento dos pagamentos aceito pelos credores do Brasil, a reforma cambial e o plano nacional de abastecimento que visava defender o plano aquisitivo da classe média. Anunciava também que 1964 seria o ano das Reformas de Base e, da política externa independente sem subordinação de qualquer espécie.

A incorporação de propostas dos vários setores da população ao governo era encarada com naturalidade pelo *Jornal da Bahia*. A reportagem *Brizola e FMP poderão integrar a Frente Ampla, diz SanTiago Dantas*³³¹ analisou, sem exagero, a possibilidade de Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular integrar-se ao esquema da Frente Ampla, e o encontro do ministro SanTiago Dantas com os dirigentes do CGT, onde as classes trabalhadoras demonstraram interesse no esforço da formação de uma Frente Única.

Possuindo uma equipe mais progressista, o *Jornal da Bahia* adotava uma postura mais crítica daquela conjuntura. O periódico resistiu a uma campanha estratégica dos Estados Unidos e de veículos de comunicação transnacionalizados no sentido de estabelecer uma hegemonia informativa sobre determinados consensos, como da possibilidade de cubanização do Brasil³³². Defendendo, naquele contexto, a legalidade do Governo Goulart, defendeu a linha de diálogo do presidente com todos os setores da sociedade.

O *Jornal da Bahia* analisou uma reunião secreta ocorrida entre João Goulart e a oficialidade da Casa Militar, na reportagem *Firme o Dispositivo Militar de Goulart*³³³. O encontro debateu a situação nacional e revelou, nas palavras do periódico, a absoluta integridade do dispositivo militar ao governo. Assim, Goulart teria seu caminho livre e desimpedido, com o apoio dos Militares, das forças populares e sindicais para prosseguir em direção da concretização das reformas de base.

³²⁹ *Jornal da Bahia*, 14 de fevereiro de 1964, p. 1.

³³⁰ *Jornal da Bahia*, 20 de fevereiro de 1964, p. 1.

³³¹ *Jornal da Bahia*, 28 de fevereiro de 1964, p. 3.

³³² MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 121.

³³³ *Jornal da Bahia*, 10 de março de 1964, p. 1.

No dia do comício o periódico expõe *Jango: povo não se deve deixar aterrorizar*³³⁴, o texto avalia o discurso tranqüilizador de Goulart aos operários do arsenal da Marinha, alertando que grupos contrários ao governo tentam mistificar e aterrorizar a população. A fala do presidente no comício foi celebrada pelo *Jornal da Bahia*, o artigo *200 mil pessoas saudaram com o Hino Nacional a encampação das refinarias e a assinatura do decreto da Supra!*³³⁵ trazia uma avaliação positiva, onde o presidente falava do respeito a democracia, indicava realizações iniciais para encaminhar as reformas, como a nacionalização das refinarias de petróleo, a assinatura do decreto da Superintendência de Política Agrária (Supra) e a afirmação de que 1964 seria o ano das reformas de base.

As reformas de base foram definidas pelo periódico como a condição definitiva para a emancipação econômica do país. Continuando tratando do discurso de Jango, o *Jornal da Bahia* analisou *Reformas de Base foram a tônica dos discursos*³³⁶, demonstrando a insistência dos oradores que participaram do comício (o deputado Sergio Magalhães, o governador de Sergipe Seixas Dória, o senador Artur Virgílio, o presidente da UNE José Serra, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola, entre outros) na união das forças populares pelas transformações sociais no Brasil.

Elogiando a fala de João Goulart, o colunista Flávio Costa explicava no texto *João Goulart está com tudo*³³⁷, que havia no Brasil uma dificuldade dos governantes atacarem determinados problemas sobre pena do mundo desabar sobre eles, certas transformações incomodavam demais alguns setores, entretanto Jango demonstrou firmeza e certeza que agiria para possibilitar as necessárias transformações do país. Sobre as reformas afirmava:

Meus amigos, algo de muito grave aconteceu ontem à noite. Um homem até então considerado excessivamente cuidadoso e indeciso, resolveu por de lado seus receios e passar aos fatos concretos. O resultado foi aquele impressionante apoio popular. [...] Mas ontem, durante as três ou quatro horas que durou o comício, algo mudou. Mas mudou de verdade, sentindo-se esta mudança no ar, nas conversas, na confiança que exaltava do povo³³⁸.

O *Jornal da Bahia* adotava uma tendência editorial que escapava dos esquemas formulados sobre Cuba pelos setores da imprensa pró-Estados Unidos³³⁹, da mesma forma que não se alinhava aos setores de comunicação conservadores, que acabavam por defender

³³⁴ *Jornal da Bahia*, 13 de março de 1964, p. 3.

³³⁵ *Jornal da Bahia*, 14 de março de 1964, p. 1.

³³⁶ *Jornal da Bahia*, 14 de março de 1964, p. 1.

³³⁷ *Jornal da Bahia*, 15 de março de 1964, p. 2.

³³⁸ *Jornal da Bahia*, 15 de março de 1964, p. 2.

³³⁹ MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010, p. 105.

uma política administrativa que preservasse as estruturas sociais, buscando criticar qualquer transformação significativa da sociedade.

João Goulart iniciaria as negociações com os parlamentares para a concretização de seus objetivos, o *Jornal da Bahia* no texto *Jango articula a aprovação da mensagem*³⁴⁰ descrevia a insatisfação dos opositores com o impacto positivo do comício de Jango nas forças populares e alertava que os parlamentares udenistas, mais subordinados a Carlos Lacerda, pretendiam derrubar Goulart antes das reformas.

Sobre os rumos da possibilidade de Jango permanecer no poder, o jornal explicava a opinião do presidente na reportagem *João Goulart desmente os rumos do continuísmo*³⁴¹ que, em reunião com os deputados do PSD, afirmava que sua intenção era a realização das reformas de base, descartando qualquer intenção de continuar no poder. A tranquilidade quanto à intenção de Goulart também é expressa no texto *Jango confirma o propósito de prestigiar a legalidade*³⁴², nela transcreveu a fala do presidente:

Enganam-se aqueles que procuram ver qualquer outra intenção nas atitudes e luta do Presidente da República. Nós, trabalhistas, mais do que ninguém, desejamos preservar e prestigiar a legalidade democrática. Exatamente porque desejamos preservá-la é que lutamos para modificá-la, porque Constituição e Legalidade valem na medida em que o povo nelas acredita e confia e nelas possa inspirar sua ação³⁴³.

O *Jornal da Bahia* alertava sobre os perigos que Jango sofria após o comício. A coluna de Flávio Costa intitulada *A última oportunidade*³⁴⁴ entendia que a atitude de Goulart no encontro popular foi honrosa, e que o presidente teve paciência demais. Tomando a atitude correta, mas que incomodava as forças reacionárias, afirmando que:

Por que sentiram que poderão ser efetivamente incomodados pelas atitudes que o Presidente João Goulart está tomando os privilégios deste País resolveram levar a sério a mobilização de seus recursos materiais e humanos, para resistir ao que eles chamam de ‘tentativa de cubanizar ou bolchevizar o Brasil’. [...] Os que os seguem, não sabem que enquanto rezam, estão pedindo pelo aumento continuo dos alugueis, pela elevação sistemática dos gêneros de primeira necessidade, pelo seu empobrecimento e pela riqueza deles, os ‘democratas’. A alegação é que ‘devemos evitar o comunismo’. Mas quem é comunista? Jango? João Pinheiro? Brizola? É preciso não conhecer nada da política brasileira, é preciso estar inteiramente desligado para chegar a esta conclusão³⁴⁵.

³⁴⁰ *Jornal da Bahia*, 17 de março de 1964, p. 1.

³⁴¹ *Jornal da Bahia*, 21 de março de 1964, p. 3.

³⁴² *Jornal da Bahia*, 22 de março de 1964, p. 1.

³⁴³ *Jornal da Bahia*, 22 de março de 1964, p. 1.

³⁴⁴ *Jornal da Bahia*, 24 de março de 1964, p. 3.

³⁴⁵ *Jornal da Bahia*, 24 de março de 1964, p. 3.

Refletindo sobre a crise da Marinha, o periódico amenizava a situação com a notícia *Jurema desmente decretação do sítio*³⁴⁶ e sugeria que a crise já estava superada, afirmando que não teria como o Chefe do Governo adotar qualquer medida sem consultar a Câmara ou o Senado, descartando a possibilidade de Estado de Sítio. Por fim, a reportagem *J. Goulart aos sargentos: minoria de golpistas e privilegiados insuflou a crise na marinha*³⁴⁷ expunha que Goulart associava a manifestação a uma minoria golpista, alertando o país contra aqueles que diziam “defender a democracia³⁴⁸”, responsabilizando tais grupos pela campanha de sabotagem que rondava o Brasil.

João Goulart foi alertado pelo comandante Ivo Acioly Corseuil, subchefe da Casa Militar da presidência da república, que o líder do movimento dos marinheiros, José Anselmo dos Santos era agente do serviço secreto trabalhando para CIA. Diante dos fatos, Jango avisou as lideranças sindicais sobre a possibilidade de infiltração de elementos de direita e provocadores³⁴⁹. O alerta do *Jornal da Bahia* demonstrava porque o periódico era um veículo renovador da imprensa baiana, tornando-se uma alternativa aos conservadores do *A Tarde*.

Simpatizante das propostas reformistas e um defensor de João Goulart na Bahia, o *Jornal da Bahia* foi invadido por 12 oficiais que pretendiam impedir que o mesmo circulasse na edição de 1º de abril de 1964 com uma reportagem defendendo o presidente. João Falcão relatou seus esforços para fazer o periódico circular, pois tinha receio de que o impedimento da circulação naquele dia barrasse definitivamente a publicação do jornal, retirou a defesa a Jango e publicou o periódico do dia 1º de abril com páginas em branco, seria a primeira censura na Bahia após o golpe³⁵⁰.

³⁴⁶ *Jornal da Bahia*, 29 de março de 1964, p. 1.

³⁴⁷ *Jornal da Bahia*, 31 de março de 1964, p. 1.

³⁴⁸ *Jornal da Bahia*, 31 de março de 1964, p. 1.

³⁴⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 320.

³⁵⁰ FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 65-66.

Conclusão

O período do governo João Goulart foi cercado por contradições. Os interesses e demandas de vários grupos dificultam um entendimento mais consensual sobre o período. Neste sentido, sobrou ao presidente uma imagem de um político sem rumos definidos. Contudo, uma análise mais específica do contexto demonstra a necessidade do Executivo de responder aos interesses, pressões e questionamentos dos mais variados grupos da sociedade.

Os conservadores, formados pela União Democrática Nacional (UDN), militares, parte de membros do Partido Social Democrata (PSD) e tecnocratas. A primeira semelhança entre estes era a possibilidade que o governo João Goulart trazia da entrada do comunismo no Brasil e a instalação de uma República Sindicalista. Assim:

Difundiu-se a crença de que havia um golpe governista em vias de se concretizar e que exigia, da parte dos defensores da ordem, um estado de alerta constante³⁵¹.

E, a segunda, a imagem do presidente como um homem descompromissado com a hierarquia e a autoridade. A elite política não aceitava a forma como João Goulart negociava com os trabalhadores, o presidente não se atentava para as formalidades do cargo e tratava os trabalhadores igualmente. Por último, tem-se a visão equivocada de que o presidente tinha uma avaliação errônea de sua base de sustentação política, o que faria com que a esquerda tivesse as armas necessárias para implementar seu programa de reformas.

Um fato que a elite política e intelectual não parecia enxergar é que João Goulart precisava atender as necessidades e pressões populares. Entendiam que o povo existia para responder a construção da ordem imposta pelos governantes, que era constituída pela elite intelectual, e esta elite se colocava como os únicos conhecedores das reais necessidades do país, qualquer manifestação popular significava uma quebra da hierarquia, assim, era necessário um governo forte e disciplinador para nortear a população

Os integrantes do PCB, PTB e algumas lideranças sindicais refletem o pensamento do grupo de esquerda sobre o governo João Goulart. Neste grupo não há uma homogeneidade. Primeiramente, os aliados mais à esquerda do presidente não se viam como uma base de sustentação segura e estável por que não acreditavam que o presidente correspondia às suas expectativas e que mesmo com a supervalorização das potencialidades das forças sindicais, João Goulart negligenciava demais o poder das oposições³⁵².

³⁵¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 12.

³⁵² *Ibid.*, p. 20.

João Goulart foi apontado também como um político que ora acenava para a direita, ora para a esquerda, não passando de um manobrista político, analisando o cenário para poder posicionar-se. No entanto, o governo João Goulart se preocupou com as questões sociais e a defesa da economia. O que se via é que a herança dos problemas sociais e econômicos pedia a realização de diversas reformas, o que era difícil de efetivar devido à capacidade de financiamento do governo que estava limitado pela própria inflação. No entanto, o compromisso estabelecido com a classe trabalhadora de melhoria da condição de vida impedia uma política de arrocho salarial, assim, as aparentes contradições do governo de João Goulart foram às contradições daquela conjuntura sociopolítica.

O golpe de 1964 na Bahia gerou transformações na sociedade política. Foi responsável pela recuperação da influência nacional de Juracy Magalhães, converteu Luís Viana Filho e Antonio Carlos Magalhães em influentes quadros da política após o golpe. Antonio Carlos Magalhães aproveitou-se das circunstâncias políticas para retomar a trilha modernizante iniciada em 1950 e foi um representante da elite baiana no poder.

Além da tentativa de se fazer uma imprensa mais participativa, a mídia impressa é uma mercadoria. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) cerca de 40% da população entre 15 anos ou mais era analfabeta nos anos 60³⁵³. A educação no contexto abordado era um privilégio em grande parte da classe média e das elites do país. Assim, a imprensa estava interessada em abordar as preocupações dos seus consumidores, e temas como comunismo e subversão, reforma agrária e terras ocupadas, demandas da classe média, eram assuntos que interessavam aos leitores dos periódicos.

Uma mídia engajada nos debates políticos e os interesses classistas contribuíram na construção das opiniões jornalísticas sobre o governo presidencialista de João Goulart. A idéia de um presidente confuso e de opiniões variáveis escondia as dificuldades de Goulart em responder a todas as demandas postas naquela conjuntura. A falta de entendimento daquele contexto, conjuntamente com interesses que pretendiam ofuscar uma tentativa de mudança no nosso capitalismo excludente ajuda a consolidar uma memória negativa do Executivo entre os anos de 1963-1964.

O jornal impresso pode ser um dos principais espaços para o entendimento destas contradições e interesses que cercavam a conjuntura analisada. Nele podemos compreender as visões políticas dos donos e representantes de um determinado veículo impresso. Uma análise mais cautelosa permite

³⁵³ Dados retirados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 18 de Julho de 2009.

entender, ainda, os meandros de um contexto marcado por lutas de classe e interesses internacionais cercados pela Guerra Fria, sem cair na idéia de falsa objetividade pretendida pela mídia.

Fora a imprensa, outros fatores teriam intensificado a onda do medo do comunismo. Primeiramente o reatamento diplomático do Brasil com a União Soviética em 1962; o fenômeno da Guerra Fria com o mundo dividido entre países comunistas e o chamado mundo livre, e o Brasil se mostrava disposto a aumentar as suas negociações com o primeiro, estimulando a desconfiança. Ainda tivemos a Revolução Cubana, a tentativa de João Goulart de nacionalizar algumas empresas estrangeiras e a Lei de remessas de lucros.

Na leitura do material impresso identificamos a construção de uma opinião sobre o governo Goulart. Entendemos que estudar os meios de comunicação nos permite conectar visões de mundo e construção de identidades, e que a formação destes discursos está relacionada a um contexto histórico. A análise da imprensa baiana naquela conjuntura aponta o jornal *A Tarde* com um padrão discursivo marcado pelos valores liberais associados a traços conservadores. Inicialmente apoiou o fim do parlamentarismo e o retorno do poder a Jango e, paulatinamente, o insucesso com as reformas de base, o clima de agitação proporcionado pelas greves e manifestações sociais e o medo de comunização do Brasil, aumentaram o grau de desconfiança sobre o presidente, levando o jornal a questionar os interesses de Goulart, solicitando modificações dentro da legalidade.

O *Jornal da Bahia* nasceu como concorrente da estrutura conservadora defendida pelo jornal *A Tarde* e, naquela conjuntura, representava a ala progressista do cenário baiano. Acreditava nas reformas de base como fundamentais para a mudança da estrutura social. Manteve uma postura de compreensão sobre os limites de atuação de Goulart e, sempre que possível, optou por acreditar nas intenções do presidente em consolidar as reformas necessárias para minimizar o capitalismo excludente.

A constituição dos dois jornais, *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*, demonstra na Bahia uma explícita oposição entre os conservadores, representados no *A Tarde*, e os progressistas, expressos na página do *Jornal da Bahia*. O primeiro grupo defensor de modificações menos impactantes na sociedade e receosos com o comunismo; o segundo, interessado em mudanças significativas na estrutura social do país. Este enfrentamento foi um caminho fértil para compreender os interesses que estavam em jogo naquele contexto e, com o entendimento por parte de cada grupo daquela conjuntura, auxiliou na construção de um discurso sobre o presidente Goulart.

FONTES

- **Biblioteca Pública do Estado da Bahia**

Jornal A TARDE (1963-1964)

Jornal da Bahia (1963-1964)

- **Arquivos e Entrevistas**

Bahia. Assembléia Legislativa. Jorge Calmon: Sessão de 11 de maio de 1995.

Salvador: Assembléia Legislativa, 1995. 37 p. (Sessão especial,3).

CALMON, Jorge. *Entrevista ao jornal-laboratório da FACOM*. Junho de 2006, retirado do sítio:http://www.jornaldafacom.ufba.br/v3/reportagens/reportagem_28.htm

FALCÃO, João. *Não deixe esta chama se apagar*. Rio de Janeiro, Revan, 2006.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do Golpe de 1964*. Ano de Obtenção: 2008.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, 8ª edição, São Paulo, Editora UNESP, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Campanha das letras, 1996.
- BRITO, Antônio Maurício Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a ditadura militar (1964-1968)*. Salvador, 2008. 242 p. Tese (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CAPELATO, M. H. R.. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1998.
- CHARTIER, Pierre. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998.
- CUNHA, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria Do Rosário da C. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História (PUCSP), v. 1, 2008.
- DANTAS NETO, P. F. *Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (Artigo em publicação eletrônica).
- DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- DIAS, José Alves Dias. *A Subversão da Ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia (1964-1968)*. Banca: Israel de Oliveira Pinheiro (orientador); Emiliano José da Silva Filho e Ubiracy de Souza Braga.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder*. Rio de Janeiro, Editora da Fgv, 1996.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classes*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

- FALCÃO, João. *Jornal da Bahia: um jornal perseguido por ACM*. Armazém literário, 2006, retirado do sítio: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=401AZL001>
- FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a construção dos sentidos ideologia e política*. UFBA, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- FERREIRA, M. G. . *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. 2004. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, nº 22, 2004.
- FILHO, Aloysio de Carvalho. “Jornalismo na Bahia: 1875-1960”. In: *Apontamentos para a História da imprensa na Bahia*. Salvador, Academia de letras da Bahia, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.
- GOMES, A. M. C. . “Política: história, ciência, cultura, etc”. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. UFBA, 1982.
- GRAZZIOTIN, Francine. “Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica”. In: *Semina (Cadernos dos pós-graduandos do programa de pós-graduação em história revista)*. UPF, V IV, 2005.
- GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- MATTOS, Sergio . Jorge Calmon: O ponto de Referência. *NEON*, Salvador, v. 47, p. 3 - 9, 15 dez. 2004.
- MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal a Tarde, agências internacionais de notícias e a revolução cubana como representação jornalística (1959-1964)*. UFBA, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- NAIBERG, Maurício. *Dez dias que abalaram a imprensa baiana*. Salvador: Contexto e Arte, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo, Annablume, 1993.
- RANGEL, Monique Benati. *Escândalo Impresso: o Governo Goulart em O Globo e no Jornal do Brasil*, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.
- RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- ROMANCINI, Richard . “História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa”. In: Cláudia Lago; Márcia Benetti. (Org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*, Universidade da Borgonha, Dijon, 2005.
- SANTANA, Ediane Lopes de. *Em nome da Família, da moral e da propriedade: Amém! - As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador 1962-1964*. UFBA, 2009.
- SILVA, Vicente da. *A aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1962-1964)*. 2008.
- SILVA, Sandra Regina Barbosa da. “*Ousar lutar, ousar vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Banca: Muniz Ferreira (orientador); Antônio da Silva Câmara e Maria Vitória Espinera Gonzaléz..
- SOARES, G. A. D. ; D'ARAÚJO, M. C. S. ; CASTRO, C. . *Visões do Golpe: 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Sete matizes do rosa ou o mundo conta contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*, Salvador, UFBA, Ano de Obtenção: 2009.
- TANNOUS, Simão Alves. A IMPRENSA NA DERRUBADA DO GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART (1963-1964). Caderno Caminhos da História (Universidade Severino Sombra), 2009, v. 5.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.